

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

ROSÁLIA VARGAS CAMPANHA

**O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NOS ESPAÇOS VINCULADOS À
SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO RS**

Porto Alegre

2020

ROSÁLIA VARGAS CAMPANHA

**O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NOS ESPAÇOS VINCULADOS À
SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dr^a Tatiana Reidel

Porto Alegre

2020

DEDICATÓRIA

Dedico esta produção a dois servidores (*in memoriam*) que adoeceram no serviço público, e (talvez) pelo serviço público, e estiveram em atendimento no Serviço Social, aos quais pude e tive o privilégio de escutar suas histórias e definitivamente entender que a vida do servidor público não tem nada de *glamour*. Dois servidores, operários, em momentos distintos da minha profissão. Figuras que perpassavam as mesmas mazelas, com personalidades bem distintas e que entregaram a vida pelo serviço público.

Sr. M, que tinha fala mansa e doce, e diversas vezes era rechaçado por colegas e chefias por sua condição de adoecimento frequente, pois não acreditavam e diziam que “era frescura”, e colocavam-no em péssimas condições de trabalho, fato que agravava seu quadro. Um dia, faleceu no trabalho. Talvez após este episódio, chefias e colegas passaram a acreditar que ele tinha realmente problemas de saúde.

Sr. “Baiano”, que chegou ao Serviço Social encaminhado pelas chefias, preocupados porque este havia sofrido uma amputação. Ele revelou o desejo de seguir trabalhando, e que eu jamais mencionasse para ele o termo “invalidez”, pois sua cabeça era ativa, cheia de planos e cumpriria seu tempo até a aposentadoria. Dizia que ainda tinha muito a contribuir e precisava conduzir seus “soldados”, que havia entrado de cabeça erguida pela porta da frente e por ela sairia. Após ter sido “menino de rua”, passado fome e frio, como todo migrante esperançoso que vem para o sul, acreditava que, pelo fato de estar no serviço público, era um vencedor. Revelou o quanto o alcoolismo no trabalho era inevitável pelas condições insalubres que vivenciavam: *“Guria, pra descer no esgoto, na chuva, no frio, muitos só encaravam bebendo, e à volta onde a gente trabalha, sempre tem alguém vendendo”*. Pediu que o Serviço Social auxiliasse vários de seus colegas que, sim, precisavam do nosso trabalho mais do que ele. Sr. Baiano faleceu dois meses após se aposentar.

Por eles e por tantos milhares que perdem, no cotidiano, a saúde e a vida no/pelo trabalho, entrego este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, aos(às) professores(as) da UFRGS e aos(às) colegas assistentes sociais que contribuíram para a viabilização desta produção.

Ingressar na UFRGS foi um sonho. Vivenciar o mestrado, uma linda realidade.

Identidade

Ederaldo Gentil (1983)

*05342635 é o meu número, o meu nome
Minha identidade
Mínimo salário é o meu ordenado
12 horas de trabalho
Que felicidade, que felicidade*

*Acordo sem dormir
Faço pelo sinal
Ouço o radinho de pilha
Pra saber do horário
Preparo quase nada
E levo na marmita
Vou dependurado e os sinais fechando
Chego atrasado, é cortado o dia
São tantos os descontos
Que nem mesmo sei
Me falam de vantagens que eu jamais ganhei*

*É o INPS, FGTS
IRSS, o seguro e o PIS
Com trinta de trabalho
Estou aposentado
E com mais de 70
Eu penso ser feliz*

RESUMO

Trata-se de uma dissertação concentrada na área de Política Social e Serviço Social, cuja linha de pesquisa é Fundamentos do Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional. Os elementos que se destacam para a contextualização do problema de pesquisa se inscrevem no adensamento da precarização do trabalho pelas configurações que partem da Reestruturação Produtiva, alicerçada pelos processos da Contrarreforma do Estado. Tem-se por objetivo analisar a constituição do trabalho da(o) assistente social nos espaços vinculados à saúde do servidor público municipal do estado do Rio Grande do Sul, com vistas a apontar qual a sua contribuição para a efetivação do projeto ético-político. Como objetivos específicos, visa-se a analisar as condições de trabalho dos(as) assistentes sociais nos espaços vinculados à saúde do servidor público, pretendendo dar visibilidade e contribuir com estes espaços de trabalho, conhecer as demandas dos usuários e as requisições profissionais nos espaços vinculados à saúde do servidor público para reconhecer esse ambiente e suas possibilidades de universalização de direitos e investigar como os(as) assistentes sociais definem seu trabalho e o relacionam com a direção ético-política do Serviço Social. Para a compreensão da realidade, a investigação é orientada pelo Método Dialético Materialista e apresenta enfoque qualitativo por meio da pesquisa de campo, que utilizou entrevistas semiestruturadas com nove assistentes sociais que constituíram a amostra final. No que tange à análise de dados, adotou-se a técnica de Análise de Conteúdo subsidiada por Lawrence Bardin. Como alguns dos resultados, destaca-se que o trabalho desenvolvido pelo(a) assistente social nos espaços vinculados à saúde dos servidores públicos municipais no estado do Rio Grande do Sul extrapola a esfera do que as instituições preconizam em suas diretrizes. Destaca-se que, alicerçados no projeto ético-político profissional, trazem possibilidades aos trabalhadores do serviço público municipal socializando informações que visam à proteção social destes sujeitos, ainda que as políticas de saúde do trabalhador estejam aquém de contemplar as necessidades reais dessa população.

Palavras-chave: Trabalho do(a) assistente social. Saúde do trabalhador. Projeto ético-político. Servidor Público Municipal.

ABSTRACT

It is a dissertation focused on the Social Policy and Social Work area, whose Research Line is Fundamentals of Social Service, Training and Professional Work. The elements that stand out for the contextualization of the research problem are inscribed in the thickening of the precariousness of work by the configurations from the Productive Restructuring, grounded by the processes of the State's Counter-reform. It aims to analyze the constitution of the work of the social worker in the spaces linked to the health of the municipal public servant of the state of Rio Grande do Sul with a view to pointing out his contribution to the effectiveness of the ethical-political project. analyze the working conditions of social workers in spaces linked to the health of public servants, with a view to providing visibility and contributing to these workspaces; to know the demands of users and professional requests in spaces linked to the health of public servants to recognize this space and its possibilities for universal rights; and investigate how social workers define their work and relate it to the political ethical direction of Social Work. In order to understand reality, the investigation is guided by the Materialistic Dialectic Method and presents a qualitative focus, through field research that used semi-structured interviews with nine social workers who constituted the final sample. With regard to data analysis, the Content Analysis technique subsidized by Lawrence Bardin was adopted. As some of the results, it is noteworthy that the work developed by the social worker in the spaces linked to the health of municipal public servants in the state of Rio Grande do Sul goes beyond the sphere of what the institutions recommend in their guidelines. It is noteworthy that, based on the professional ethical-political project, they bring possibilities to municipal public service workers by socializing information aimed at their social protection, even though workers' health policies fall short of addressing the real needs of this population.

Keywords: Social worker work. Worker's health. Ethical-political project. Municipal Public Servant.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
DSS	Determinantes Sociais da Saúde
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FAMURS	Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GEFESS	Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MS	Ministério da Saúde
NOB	Norma Operacional Básica
PASS	Política de Atenção à Saúde do Servidor
PDRE	Plano Diretor da Reforma do Estado
PEPP	Projeto Ético-político Profissional
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
PNST	Política Nacional de Saúde do Trabalhador
PNSTT	Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RJU	Regime Jurídico Único
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
ST	Saúde do Trabalhador
SUS	Sistema Único de Saúde

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapeamento dos municípios do RS que possuem assistentes sociais nos espaços vinculados à saúde dos servidores.....	17
Figura 2: Estruturação do estado. Sistematizada pela autora a partir dos referenciais teóricos da produção.....	32
Figura 3: Demandas categorizadas que se apresentam nos espaços vinculados à saúde dos servidores públicos municipais no RS.....	91
Figura 4: Demandas institucionais nos espaços vinculados à saúde dos servidores públicos municipais no estado do RS.....	93
Figura 5: Demandas traduzidas pelos(as) assistentes sociais.....	95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONFIGURAÇÃO E IMPACTOS NO TRABALHO A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	22
2.1 CONTRARREFORMA DO ESTADO: O APARELHO ESTATAL EM PROL DO CAPITAL E DETRIMENTO DO TRABALHO.....	29
2.2 CONTRARREFORMAS NO ESTADO BRASILEIRO NA ERA NEOLIBERAL.....	36
2.3 TRABALHO E SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO.....	49
3 PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: LEGITIMIDADE NOS ESPAÇOS VINCULADOS À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS NO ESTADO DO RS	59
4 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS ESPAÇOS VINCULADOS À SAÚDE DOS SERVIDORES	70
4.1 APONTAMENTOS SOBRE AS DEMANDAS E RESPOSTAS DO SERVIÇO SOCIAL.....	88
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICE A - CARTA CONVITE	111
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	112
APÊNDICE C - TERMO DE CONCORDÂNCIA INSTITUCIONAL	113
APÊNDICE D - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA - ASSISTENTES SOCIAIS	114

1 INTRODUÇÃO

A proposta do presente estudo parte das vivências e inquietações da experiência profissional da autora, em um primeiro momento enquanto estagiária de Serviço Social em uma Gerência de Acompanhamento Funcional do Servidor Público, e posteriormente pela inserção profissional como assistente social no Centro de Atenção ao Servidor Público, sendo ambos espaços situados na região metropolitana de Porto Alegre/RS que atendem demandas dos servidores públicos relacionadas aos processos da vida funcional destes.

Percebeu-se, no decorrer da trajetória profissional, que esse espaço tem pouca divulgação na categoria por meio de seminários, grupos de trabalho e afins, bem como uma escassa produção teórica, quase inexistente, sobre o tema, sendo aferido em estado da arte realizado no ano de 2018. Para Ferreira (2002, p. 258), o estado da arte é reconhecido por realizar uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que se busca investigar à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais, em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

A implicação da temática com a especificidade do espaço público municipal se dá por existirem políticas para o atendimento das demandas em saúde dos servidores nos âmbitos federal e estadual. Tais políticas estão constituídas por decretos e leis e estão estabelecidas no estado do Rio Grande do Sul, conforme levantamento realizado em 2017, que revela estes espaços disponibilizados para os servidores dessas esferas; entretanto, na esfera do serviço público municipal, em seus 497 municípios, não há dados disponibilizados que revelem a existência dessas políticas para os seus servidores.

Através dos estudos dirigidos no Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social – GEFESS/UFRGS, obteve-se o aporte teórico que possibilitou o início da construção do banco de dados, que através da localização de teses, dissertações, catálogos e as coleções de periódicos, iniciou o Estado da Arte sobre o tema da pesquisa. Buscou-se, no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), artigos, teses e dissertações dos últimos cinco anos com os descritores “Trabalho do Assistente Social”, “Servidor Público”, “Demandas de Saúde” e “Projeto ético-político”. As pesquisas que retornaram

resultados pertinentes, considerando tema, objetivos, problemáticas, metodologias, conclusões e a relação entre o tema de pesquisa, foram quinze publicações entre os anos de 2013 e 2018, o que corrobora com a hipótese inicial das poucas produções acerca do tema, fato que instiga o aprofundamento sobre a temática.

Contextualiza-se que os anos de 2010 trazem novos contornos à precarização do trabalho e marca a intensificação da ostensiva do capital sobre o trabalho, que resulta na perda de direitos. O Estado desonera-se frente aos investimentos nas políticas públicas, e conseqüentemente severas críticas são atreladas à prestação dos serviços públicos.

Sob a égide de princípios administrativos que mais se aproximam da iniciativa privada, mesmo que sem as vantagens concedidas a seus trabalhadores, a prestação de serviços públicos torna-se cada vez mais restrita e escassa aos usuários. Esta conjuntura condiciona o trabalho do servidor público a um lugar distante da sua finalidade. Os serviços que, até então, deveriam ser de exclusividade do Estado, através das privatizações passam a ser alvo do mercado:

O fundo público é cada vez mais desigualmente distribuído, sendo canalizado para a sustentação dos grandes capitais, em especial o capital financeiro, como nos casos de socorro do Estado à quebra e saneamento de bancos. Neste contexto, o fetichismo do dinheiro e da mercadoria parece reinar com todas as pompas: ao lado da exaltação do mercado, o cidadão é reduzido à condição de consumidor (IAMAMOTO, 2009, p. 34-35).

A precarização do trabalho é imposta com o objetivo de redução de custos e maximização da produção, mas tais premissas impactam na saúde dos servidores, levando a afastamentos no trabalho. Sob a perspectiva de reduções de absenteísmo, presenteísmo, conflitos interpessoais e outras dissonâncias que prejudicam o andamento do trabalho no entendimento das gestões, surgem, nos locais de trabalho, uma abordagem com enfoque biopsicossocial que intenciona o resgate ao trabalho destes servidores. O enfoque biopsicossocial justifica-se por considerar que as concepções atuais de saúde não condicionam apenas a ausência de doença; nesse contexto, o trabalho do(a) assistente social é convocado por ser este o(a) profissional que “encontra-se em contato direto e cotidiano com as questões da saúde pública, da criança e do adolescente, da terceira idade, da violência, da habitação, da educação etc., acompanhando as diferentes maneiras como essas questões são experimentadas pelos sujeitos” (IAMAMOTO, 2009, p. 40).

O trabalho do(a) assistente social nas equipes interdisciplinares na esfera administrativa da gestão pública com servidores públicos encontra-se em uma arena de tensões e conflitos, pressupondo-se que sua requisição, quando não delineada e sob a luz do projeto ético-político profissional, pode reforçar a lógica capitalista, ao mesmo tempo em que é solicitado, como já assinala Iamamoto (2009, p. 46), “para eliminar focos de tensões sociais, criar um comportamento produtivo da força de trabalho, contribuindo para reduzir o absenteísmo, viabilizar benefícios sociais, atuar em relações humanas na esfera do trabalho”.

No cotidiano de trabalho, existem inúmeros desafios que colocam em xeque o projeto ético-político no conflito que se estabelece entre as demandas dos usuários, as institucionais e a demanda profissional articulada com a direção social do trabalho do(a) assistente social. Isso instiga aprofundar o conhecimento sobre esse contexto, a fim de contribuir com o trabalho do(a) assistente social que está lotado nesses espaços vinculados à saúde do servidor público:

[...] o exercício da profissão realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, que tem no Estado e nos organismos privados – empresariais ou não -, os pilares de maior sustentação dos espaços ocupacionais desse profissional, perfilando o seu mercado de trabalho, componente essencial da profissionalização do Serviço Social. A mercantilização da força de trabalho do assistente social, pressuposto do estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas de alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional (IAMAMOTO, 2010, p. 416).

De acordo com os resultados da pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) no ano de 2005, acerca do perfil dos assistentes sociais no Brasil, 78,16% desses profissionais trabalham em instituições públicas de natureza estatal, sendo que 40,97% trabalham na esfera municipal, 24% na estadual e 13,19% na federal. Dito isso, é relevante conhecer espaços vinculados ao atendimento do servidor público, pois estes podem atender demandas, inclusive as do(a) próprio(a) assistente social enquanto trabalhador.

Conforme mencionado, existem reconhecidas dificuldades na caracterização e conceituação sobre o trabalho do(a) assistente social nos espaços vinculados à saúde dos servidores, especialmente os servidores municipais do Estado do Rio Grande do Sul. Tais dificuldades expressam-se como motivadoras para explorar o objeto do presente estudo, surgindo, então, o problema de pesquisa sintetizado no

questionamento sobre “Como se dá o trabalho do(a) assistente social nos espaços vinculados à saúde do servidor público e qual a sua contribuição para a efetivação do projeto ético-político?”. Assim, avalia-se que tal questionamento direciona o trabalho com vistas a contribuir na condição do trabalho do(a) assistente social nos espaços vinculados ao projeto ético-político do Serviço Social.

A fim de compor a formulação central do problema de pesquisa, elencaram-se questões norteadoras, sendo elas: 1. Como constitui-se as condições de trabalho do(a) assistente social nos espaços vinculados à saúde dos servidores públicos? 2. Como apresentam-se aos(às) assistentes sociais as demandas e requisições profissionais nos espaços vinculados à saúde do servidor público municipal? 3. Qual a relação entre o trabalho realizado e a direção ético-política profissional do(a) assistente social?

Considera-se, então, necessário e relevante para o próprio Serviço Social discutir os espaços de trabalho nos quais seus profissionais estão inseridos, assim como as relações que se estabelecem, quais reflexões são feitas a partir deste local de trabalho e como é enfrentado este trabalho demandado. A partir disso, pretende-se avaliar e ampliar o debate sobre o trabalho do(a) assistente social. Busca-se, assim, uma investigação que tem por objetivo analisar a constituição do trabalho da(o) assistente social nos espaços vinculados à saúde do servidor público municipal do estado do Rio Grande do Sul com vistas a apontar qual a sua contribuição para a efetivação do projeto ético-político.

No que tange à metodologia deste estudo, adotou-se a pesquisa qualitativa por contemplar a intenção de construir um significado acerca da concepção do trabalho do(a) assistente social frente às demandas de saúde nos espaços vinculados à saúde do servidor público e a sua contribuição para a efetivação do projeto ético-político profissional. A pesquisa qualitativa é atenta à sua dimensão sociocultural que se expressa através de “crenças, valores, representações, formas de relação, simbologias, usos, costumes, comportamentos e práticas” (MINAYO, 2017, p. 2).

Para a compreensão da realidade, escolheu-se o Método Dialético Materialista, por sua característica de movimentar o pensamento pela materialidade histórica dos homens em sociedade e suas formas de se relacionarem e desvelar as leis que regem a sua organização através da história.

Na investigação de como se constitui o trabalho do(a) assistente social nos espaços vinculados à saúde dos servidores públicos e quais as relações que se

estabelecem no sentido do direcionamento ético e político da profissão, foram adotados os princípios dialéticos da contradição, historicidade, totalidade e mediação. Costa (2007) define a contradição como o princípio básico pelo qual os seres existem, expressando uma relação conflitante no devir do real, a dicotomia entre a determinação e negação do outro; a transformação, dessa forma, só é possível pela coexistência dessas duas forças, que buscam unidade e oposição.

A historicidade contextualiza o fenômeno em função da intencionalidade da reunião de condições teóricas para a proposição da transformação da realidade, como a relação entre o passado e o presente, mas também como o futuro incidirá no presente, como apreende-se no pensamento de Gramsci (1978): a História é o que o presente custou ao passado e o que o futuro custará ao presente. Por totalidade entende-se que é uma categoria que se articula com os processos singulares, particulares e universais na busca da compreensão maior dos fenômenos que se apresentam, coexistindo diferentes realidades e fenômenos que interagem e se interconectam, e suas contradições. A totalidade é alicerçada em aspectos culturais, econômicos e políticos inscritos na sociedade. Por fim, a mediação, que se refere à categoria central da articulação entre as partes de uma totalidade complexa, sendo responsável pela possibilidade da passagem entre o imediato e o mediato (PONTES, 1995). Tem o objetivo de organizar metodologicamente o trabalho, e compromisso constitui-se em categoria central pelas potencialidades que apresenta. Assim, após a reconceituação metodológica do Serviço Social, é possível identificar nas mediações a concretude e capturar as particularidades históricas e sociais, identificando as vinculações, os determinantes, as complexidades inerentes à realidade social e suas problemáticas.

Portanto, o método dialético, através de suas categorias, propõe o desmonte da objetividade do fenômeno a ser estudado, pretendendo o conhecimento da verdade por trás de sua aparência com sucessivas aproximações, descontextualizando os fatos e isolando-os de forma a torná-los independentes.

A pesquisa é de caráter exploratório devido às poucas informações sobre o tema a ser explorado, e tem o objetivo de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias. Os vários aspectos relativos ao objeto da pesquisa devem ser considerados, traçando “um plano executável de acordo com os recursos e tempo disponíveis para que se adote os procedimentos adequados para a proposta” (DOXSEY & DE RIZ, 2003, p. 27).

Adotou-se, para a coleta dos dados empíricos, entrevistas semiestruturadas e orientadas por um formulário (Apêndice D) com perguntas abertas e fechadas elaboradas pelas pesquisadoras que coadunaram com os objetivos da pesquisa. Observaram-se normas precisas a fim de ampliar a validade e eficácia dos questionamentos¹. Preliminarmente, realizou-se um levantamento acerca dos espaços vinculados à saúde do servidor público, na administração direta², em todos os municípios do estado do Rio Grande do Sul. Com dados obtidos na FAMURS – Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, criou-se um banco de dados com todas as informações acerca dos 497 municípios do RS, registrando nome do município, endereço, telefone, CEP, site, criação e população.

Após a consulta nos sites oficiais dos municípios, registramos os e-mails das Secretarias Municipais que respondem ao que concerne a vida funcional dos servidores. Encontrou-se as seguintes denominações para tais secretarias: Gestão de Pessoas, Administração e Recursos Humanos. Apontou-se os respectivos e-mails e o contato dos gestores da pasta, sendo realizado um contato via e-mail a fim de obter a informação se nestes espaços existe o trabalho do(a) assistente social. Dos 497 municípios, obteve-se um retorno de 59, aos quais 15 possuem assistentes sociais que trabalham em espaços vinculados à saúde do servidor público atendendo suas demandas, e estes 15 já indicaram dados de contato dos respectivos assistentes sociais³.

O mesmo e-mail foi reenviado aos municípios que não responderam a primeira remessa, e obteve-se um novo retorno de mais 17 municípios. Posteriormente, entrou-se em contato telefônico com os municípios dos quais não se obteve nenhum tipo de retorno. Então, obteve-se dos 497 municípios pesquisados, 76 respostas, das quais 18 municípios indicaram 24 profissionais assistentes sociais, conforme ilustra a Figura 1.

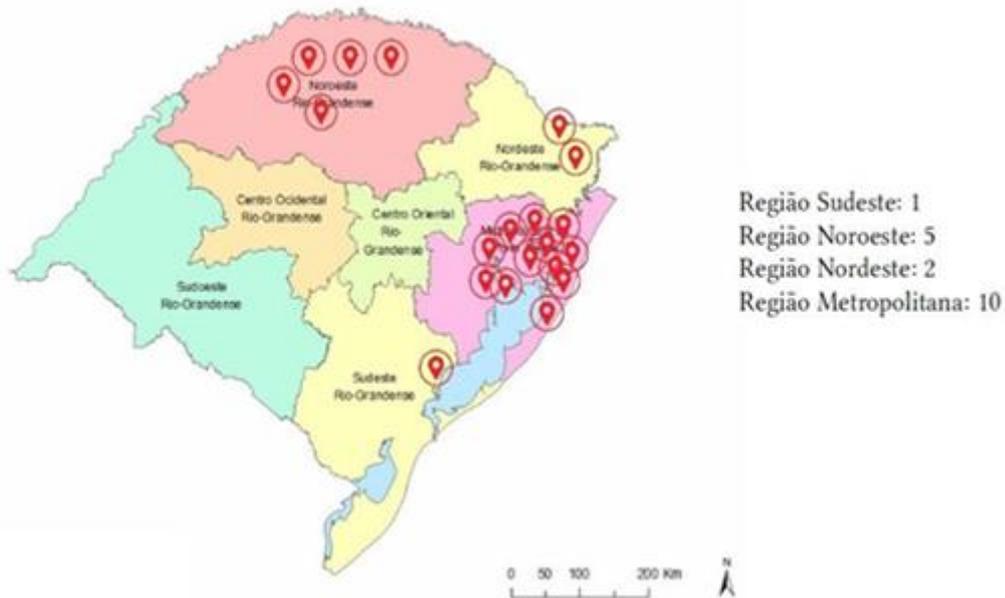
¹ Após a fase da elaboração, realizou-se o pré-teste do formulário, aplicado em uma pequena amostra de participantes para que se determinassem possíveis alterações que, porventura, fossem necessárias, a fim de ir ao encontro dos objetivos da pesquisa.

² Considerou-se a administração direta como critério de seleção.

³ Dado este que até o momento dessa investigação não se tinha acesso e/ou estava invisibilizado.

Figura 1: Mapeamento dos municípios do RS que possuem assistentes sociais nos espaços vinculados à saúde dos servidores.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - MESORREGIÕES



Utilizou-se uma amostra probabilística não intencional que teve como critério de seleção a livre adesão do(a) assistente social em participar da pesquisa. Todos(as) os(as) vinte e quatro assistentes sociais identificados(as) foram convidados(as) a participar, mas apenas nove aceitaram e conseguiram conciliar suas agendas com o período previsto no cronograma para a realização da coleta dos dados; finalizando a amostra, nove servidores(as) que trabalham nos espaços vinculados à saúde dos servidores públicos municipais, doravante mencionados(as) por códigos (AS1, AS2, AS3, AS4, AS5, AS6, AS7, AS8 e AS9), a fim de não caracterizá-los(as), preservando o anonimato.

Tão logo houve o aceite dos(as) trabalhadores(as), agendou-se a data da entrevista, bem como o local. Entendeu-se que a coleta teria maior fidedignidade se realizada presencialmente. Houve o deslocamento por parte da mestrandia até o local indicado pelo(a) assistente social, em seu respectivo município. Para a coleta dos dados, observou-se a garantia de sigilo pelo local da entrevista, reafirmando o compromisso de não revelar os dados pessoais dos(as) participantes, bem como o cuidado com a integridade destes.

Após a informação quanto aos objetivos da pesquisa, através da conjunção de fatores como momento adequado, local e condição para que todos os esclarecimentos sobre a pesquisa fossem efetuados, realizou-se o convite aos participantes e buscou-

se garantir a liberdade para o(a) assistente social aceitar ou não, bem como retirar-se em qualquer etapa da pesquisa. Sobre esses aspectos, vale acrescentar que

Pesquisar é conhecer a realidade. É levantar informações significativas e representativas existentes nesta realidade, às quais chamamos “dados”. Às vezes esses dados – atributos e características das pessoas e dos fenômenos que elegemos estudar – podem ser observados, contados, medidos diretamente. São informações tangíveis. Outras vezes, não. Muitos fenômenos que interessam ao educador e ao cientista não podem ser medidos ou observados diretamente. Nas Ciências Humanas, precisamos estimular respostas, questionar e observar para produzir os nossos dados (DOXSEY & DE RIZ, 2003, p. 36).

Utilizaram-se, para fins de registros, devidamente autorizados pelos participantes, gravação de áudio e posterior transcrição para a aproximação da integridade das falas dos assistentes sociais que participaram da pesquisa; quando não autorizada a gravação, transcreveram-se as falas. Buscaram-se informações necessárias para a materialização do processo da pesquisa nos relatos destes sujeitos acerca de suas experiências e compreensão sobre o trabalho do(a) assistente social. Além da entrevista, elencou-se a observação enquanto instrumental, por ser considerada parte essencial do trabalho de campo da pesquisa qualitativa. Todas as informações concernentes ao processo da pesquisa foram registradas em diário de campo.

Optou-se, para a análise dos dados coletados, pelo método de Análise de Conteúdo de Lawrence Bardin (2009), que conceitua a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações de indicadores quantitativos ou não, que possibilitam a dedução de conhecimentos relacionados às condições de produção e recepção das mensagens, que objetiva ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Concomitantemente, Bardin (2009) pondera três etapas básicas para o desenvolvimento dessa técnica: a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação inferencial. A fase em que o material a ser analisado é organizado é denominada de pré-análise e tem o objetivo de torná-lo operacional e sistematizar as ideias iniciais. É a organização estabelecida em quatro etapas:

(a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referência dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise (BARDIN, 2009, p. 121).

A leitura das falas é, do ponto de vista operacional, o início da análise de conteúdo, realizada por meio das transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos. Geralmente, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas com estruturas sociológicas dos enunciados e articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processos de produção de mensagem. Esse conjunto analítico visa a dar consistência interna às operações (MINAYO, 2007).

A segunda fase foi constituída pela exploração do material, definindo-se as categorias (sistemas de codificação) e a identificação das unidades de registro (unidade de significação a codificar correspondente ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, vislumbrando a categorização e a contagem frequencial) e das unidades de contexto nos documentos (unidade de compreensão para codificar a unidade de registro que corresponde ao segmento da mensagem, a fim de compreender a significação exata da unidade de registro) (BARDIN, 2009).

A exploração do material constituiu-se como a fase das interpretações e inferências, da descrição analítica propriamente dita, na qual o material coletado se submeteu a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e pelos referenciais teóricos. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesse momento (BARDIN, 2009).

O tratamento dos resultados, inferência e interpretação constituiu-se como a terceira etapa e foi destinada ao tratamento dos resultados, em que ocorreu a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais. Constituiu-se no momento da intuição e da análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2009). Recorreu-se a gráficos, tabelas e citações das falas dos(as) participantes para a demonstração dos dados.

No que tange aos cuidados legais, a pesquisa envolvendo seres humanos necessita da observação de aspectos éticos versados na Resolução número 510, de 7 de abril de 2016, do Ministério da Saúde. Aplicou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), que considerou a livre participação dos participantes, apresentado a estes, lido e assinado em duas vias, sendo uma armazenada com o entrevistador e outra entregue ao entrevistado. Outro aspecto observado foram as gravações, devidamente autorizadas pelos sujeitos, transcritas e armazenadas sob a responsabilidade da pesquisadora e da orientadora responsável, no prazo de cinco anos, sendo posteriormente destruídas.

Os(as) participantes da pesquisa foram cientificados da relevância de sua participação frente à contribuição posterior que se almeja com o instrumento de pesquisa para a categoria profissional dos assistentes sociais e de seus locais de trabalho, com o objetivo de qualificar o atendimento aos servidores, visando a contribuir para a garantia de direitos. O projeto de pesquisa foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul⁴.

Por fim, ainda que se insira em um âmbito pouco explorado no campo da pesquisa, cabe destacar que a devolução da pesquisa é um comprometimento ético dos que a desenvolveram, pois diz respeito aos participantes da pesquisa, podendo contribuir para a produção de conhecimento sobre o tema, com vistas, inclusive, a subsidiar o trabalho do(a) assistente social nos espaços vinculados à saúde do servidor público em seu cotidiano. As estratégias que permitem ampliar o impacto do estudo para além dos indivíduos que participaram diretamente dessa análise parecem ser uma boa alternativa para um retorno mais efetivo dos resultados, ou seja, os achados podem, de fato, serem relevantes para a vida das pessoas. Nesse sentido, o investimento dos estudos deve ser no “retorno dos resultados aos serviços, profissionais e gestores, visto que são estes agentes que têm o poder de mudar as práticas e políticas que interferem diretamente no cotidiano dos grupos estudados” (KNAUTH; MEINERZ, 2015, p. 2665).

Assim, visualiza-se a realização de um seminário em que serão convidados os identificados como trabalhadores deste espaço no estado do Rio Grande do Sul para a devolução dos dados e reflexões sobre o trabalho do(a) assistente social nesse cenário. No que concerne aos resultados, aponta-se, a partir das entrevistas, a interlocução com o estudo em suas categorias e subcategorias elencadas por tais a partir da análise, ressaltando-se que os depoimentos dos(as) assistentes sociais permearão a discussão no decurso da produção em um movimento dialético.

Embora a densidade de análise dos dados coletados se evidenciará no quarto capítulo, as descobertas da pesquisa com o(a) assistente social permearão todo o processo de produção escrita dessa dissertação, perpassando todos os capítulos e não restringindo-se apenas a um capítulo para a apresentação do estudo, articulando a fundamentação teórica com os dados da realidade, o que se constituirá como

⁴ Os dados foram coletados, após sua aprovação, sob o número de aprovação no Certificado de Apresentação para Apreciação Ética 12497119.5.0000.5334.

contraprova histórica e, por esse motivo, busca dar visibilidade ao seu procedimento desde a introdução.

Estrutura-se, então, o presente trabalho da seguinte forma: inicialmente, apresentam-se, na introdução, as aspirações que justificam o estudo com vistas a esclarecer a elaboração do objeto de pesquisa e o percurso metodológico desenvolvido em sua construção. O segundo capítulo trata dos aspectos da Reestruturação Produtiva e seus impactos no trabalho, considerando que a produção versa sobre o trabalho do assistente social em um espaço dedicado à saúde dos trabalhadores no serviço público municipal, desdobrando-se em subitens que revelam os aspectos da Contrarreforma do Estado brasileiro, especialmente no que trata das Reformas Administrativas e suas refrações quanto aos direitos dos servidores públicos. Aqui também dedicar-se-á um subitem à caracterização dos aspectos legais, processos de trabalho e impactos do aparelhamento estatal na saúde do profissional da assistência social.

No terceiro capítulo aborda-se o trabalho do assistente social, da gênese da profissão, perpassando as considerações e definições dos profissionais no sentido de caracterizarem seu trabalho nos espaços vinculados à saúde dos servidores municipais. Nos elementos da análise, ainda, apresenta-se o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, o processo histórico de sua construção, em que se destaca o grande avanço e conquista que representa para a categoria profissional.

Parte da relação dialética que se estabeleceu na construção da dissertação, as considerações finais trazem as análises e os elementos deste estudo com vistas a atender o que se pretende, ou seja, trazer para o debate profissional e para os municípios do estado do Rio Grande do Sul o trabalho do(a) assistente social nos espaços vinculados à saúde dos servidores públicos municipais, apontando as possibilidades de consolidação do PEPP nos locais de trabalho.

2 CONFIGURAÇÃO E IMPACTOS NO TRABALHO A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Entende-se conceitualmente por trabalho como sendo uma atividade humana com o intuito de produzir meios de subsistência, em que é empregada a força do ser humano para produzir o seu sustento; “[...] o processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas” (MARX, 1988, p. 153).

Anteriormente à sociedade capitalista, a relação entre subsistência e trabalho era intrínseca, e por esse motivo Marx (1988) definiu a força de trabalho como um bem inalienável do ser humano. Ainda sob essa ótica, transferir o direito ao aproveitamento dos proventos do trabalho para outra pessoa consistiria em alienar a própria vida. A Revolução Industrial, no século XVIII, trouxe profundas mudanças no modo das relações do trabalho, formando grandes centros urbanos e modificando a maneira de vida e trabalho até então conhecidas. Surgiu, então, a classe de trabalhadores que vendem sua força de trabalho:

A universalização da etapa de desenvolvimento capitalista monopólica intensifica e generaliza não só o produto do trabalho, mas também a relação de compra e venda da força de trabalho, à forma mercadoria, subsumindo o modo de produzir e reproduzir a vida material e social à forma capitalista, quase que excluindo outras possibilidades de produção dos meios necessários da vida social (CEOLIN, 2014, p. 245).

Nas diferentes fases do capitalismo, a separação das concepções do trabalho e sua execução foram se intensificando ao longo do tempo, introduzindo formas de gerenciamento “cada vez mais acuradas no estabelecimento dessa separação” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 160).

A evolução e a organização do processo de trabalho não se desassocia da evolução do capitalismo, pois seus aspectos influenciam intrinsecamente na direção que este vem assumindo ao longo das décadas. O capitalismo globalizado infere na reestruturação do trabalho nos locais de produção e reprodução do capital, nas organizações privadas e também na administração pública. Supõe-se que qualquer forma de produção e reprodução do capital implica, como pressuposto da base

técnica, uma determinada forma de organização do trabalho ou gestão e um determinado modo de vida (ALVES, 2014, p. 15).

Nesse sentido, visando à retomada do crescimento de acumulação produtiva, a Reestruturação Produtiva, conhecida também por capitalismo flexível, é entendida como uma forma de reorganização dos modos de produção e trabalho; com a motriz de extrair o máximo de desempenho, desenvolveu-se um conjunto de métodos de aplicação e controle a fim de evitar “desperdícios”. Entre 1960 e 1970, a Reestruturação Produtiva, como processo de consolidação do modelo flexível do trabalho, deu-se em função da crise do capitalismo e do declínio dos modelos fordistas e tayloristas. Em meio ao processo de acumulação e produção industrial, caracterizou-se por sucessivas desregulamentações e flexibilização do trabalho na chamada Terceira Revolução Industrial⁵.

Estas formas de assujeitamento do trabalhador e captura da subjetividade em prol da expansão capitalista configuram-se e reconfiguram-se, impactando no mundo do trabalho, com os acirramentos e formas de precarização:

Ocorre ainda que a dinâmica de reprodução do capital exige uma apropriação da parte do valor novo produzido necessário à manutenção da força de trabalho. Ao apropriar-se não apenas do trabalho excedente, mas também de parte do trabalho necessário à reprodução da força de trabalho, o capital submete o trabalho às condições de precarização e de não atendimento das necessidades humanas da classe trabalhadora (CEOLIN, 2014, p. 247).

Para Alves (2013), a crise estrutural do capital nos anos 1970 impulsionou a reestruturação capitalista nas diversas instâncias da vida social: economia, comércio, política, cultura, trabalho, tecnologia, sociabilidade, psicologia, entre outras. Para o perfilamento do trabalhador, a matriz de conhecimento pautava-se na escola de relações humanas e as teorias humanistas visavam ao envolvimento subjetivo do trabalhador com a empresa, ou seja, o “vestir a camisa”, a motivação e a fidelidade para a submissão destes funcionários. Nas relações entre empresa e empregados, estava a figura do gerente de linha nas intermediações, então as concentrações nos treinamentos passaram a ser designadas a esses gerentes, como assinala Fischer:

⁵ No mundo do trabalho, a Terceira Revolução Industrial, sobretudo a globalização, traz como um dos seus desdobramentos mais visíveis as novas tecnologias, o desemprego e as novas formas de organização do trabalho. As propostas neoliberais têm produzido efeitos deletérios no mercado de trabalho, tendo como um dos maiores problemas o aumento do desemprego.

O foco de atuação se concentraria no treinamento gerencial, nas relações interpessoais, nos processos de avaliação e desempenho e de estímulo ao desenvolvimento de perfis gerenciais coerentes com o processo de gestão de pessoas desejados pela empresa. Motivação e liderança passariam a constituir os conceitos-chave do modelo humanista (FISCHER, 2002, p. 21).

No período entre os anos 1970 e 1980, nos processos de ajustamento dos trabalhadores utilizados pelo capitalismo, iniciou-se, por meio da gestão de pessoas, o caráter estratégico para vincular ações às estratégias das organizações. Rompe-se parcialmente com as escolas comportamentais, pois foi possível que um funcionário motivado e disposto a trabalhar poderia simplesmente não impactar na produtividade das empresas.

Retoma-se, então, no plano econômico, o modelo liberal, ou neoliberal, com o predomínio máximo do setor privado e mínima intervenção estatal. Na administração, o toyotismo tornou-se o novo modelo de trabalho, entendido pela flexibilização de funções em detrimento à especialização dos modelos anteriores. O toyotismo, também conhecido por modelo japonês, incorre na produção em menor tempo e com maior qualidade, e “é caracterizado pela flexibilização tanto do aparato produtivo como dos trabalhadores, em que as regras da produção são voltadas e conduzidas diretamente pela demanda do mercado e não é mais pensada uma produção em série e de massa” (SCHERER, 2011, p. 12), agregando novos aspectos até então não utilizados ou promovidos nos moldes do fordismo e taylorismo. Passou a instigar a polivalência dos trabalhadores e atender as novas demandas do capitalismo.

Cabe ressaltar que nos processos de desenvolvimento que emergem a partir da Reestruturação Produtiva no Brasil, os modelos de gestão não são excludentes: os padrões de produção utilizam-se tanto dos aspectos taylorista-fordista quanto das características do modelo toyotista, não sendo considerada uma rígida estrutura, e gradativamente a organização do trabalho se dá sob o norte da flexibilidade (PINTO, 2006).

A Reestruturação Produtiva também foi possível em razão dos avanços tecnológicos que permitiram maior celeridade na produção, diminuindo o espaço do trabalhador, pois a máquina substitui o trabalho de vários trabalhadores, elevando o emprego temporário e sazonal, já que as contratações ocorrem de acordo com a demanda de produção de mercadorias. Os contratos passam a ser precários,

diminuindo a média salarial. Ao trabalhador, passa a ser exigido mais produção em menos tempo:

Através da redução e degradação dos seres humanos ao status de meros “custos de produção” como “força de trabalho necessária”, o capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma “mercadoria comercializável”, da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a às determinações desumanizadoras da compulsão econômica (MESZÁROS, 2002, p. 8).

Essas novas atribuições são designadas à área de gestão de pessoas, atreladas à onda de flexibilização, evoluindo da centralização em aspectos internos da organização para o ambiente e os fatores externos; os trabalhadores são convocados à cooperação para a obtenção dos resultados. Até os anos de 1990, essa descentralização da gestão de recursos humanos passou a ser entendida como uma atividade de RH, na atuação do dia a dia de cada gestor de pessoas, com o desafio de gerir com redução de postos de trabalho e a modernização das empresas (TONELLI, LACOMBE e CALDAS, 2002, p. 72). A partir dos anos de 1990, a gestão de pessoas passou a ser “gestão por competências”, perfil exigido pelo contexto neoliberal que fomenta a competitividade, exigindo desempenho e resultados, atrelados à:

[...] 1º. reengenharia (mudança radical da cultura da empresa) que alterava o foco do desempenho para habilidade, da atividade para os resultados fomentando a competitividade das empresas diante da globalização; 2º. gestão por competências que significa um conjunto de práticas que tem como propósito diagnosticar os conhecimentos pessoais, experiências, perfil psicológico(ou comportamental) e a aptidão física dentre outros aspectos necessários a uma determinada função ou processo e um exercício crítico dessas competências dentro do universo da Instituição (RIBAS e DURAN, 2012, p. 23).

Com a Quinta Onda⁶, as metas tornaram-se cada vez mais elevadas e os funcionários necessitaram de múltiplas competências e habilidades. O empreendimento também é uma premissa, e as equipes são estimuladas a conhecer, aprender constantemente e a estarem atentas aos concorrentes. A economia globalizada não conhece fronteiras, porém a qualidade total é largamente aplicada nas organizações, fomentando o individualismo. De acordo com Chiavenato (2006, p.

⁶ A denominada Quinta Onda é o período compreendido na sociedade atual (1990 - 2020), a Era da Informação através da Internet, a rede mundial que conecta milhões de pessoas no mundo, bem como as equipes e organizações, que fazem atentar à velocidade dos fenômenos sociais, desejos de clientes e respostas rápidas no atendimento (CHIAVENATO, 2006).

336), “a qualidade total muda o foco do controle externo para o interior de casa pessoa. O objetivo é tornar cada pessoa a responsável por seu desempenho, e que todos se comprometam a atingir a qualidade de maneira motivada”.

A gestão de pessoas vem paralelamente à evolução do capital, adequando o capital humano às necessidades das organizações. O discurso consensual entre os administradores é de que estes precisam dar suporte aos “colaboradores”⁷ para que desenvolvam suas potencialidades e aperfeiçoem-se constantemente, e uma vez que tenham possibilidades de progressão, darão o máximo da sua capacidade laboral em prol dos objetivos traçados (CHIAVENATO, 2006). Esse discurso aliado às novas tecnologias que se inserem nos locais de trabalho revela a captura da subjetividade do trabalho pelo capital, premissa do toyotismo, que corrobora para a máxima exploração da força de trabalho. Em tempo integral, o trabalhador é acessado pelo empregador, conforme as colaborações de Alves:

Computadores, notebooks, tablets e smartphones conectados às redes informacionais desterritorializam os locais de trabalho e “implodem” a jornada de trabalho, na medida em que a força de trabalho fica “full time” à disposição do capital. Por isso, trabalha-se após a jornada de trabalho e trabalha-se nos fins de semanas devido o envolvimento da força de trabalho com as redes sociais, esta é a materialidade da síntese entre a mais-valia absoluta e mais-valia relativa, produzindo a “vida reduzida” e o modo de vida “just-in-time” (ALVES, 2018b, p. 18).

Já no setor público, é possível verificar que não há uma diferenciação no que concerne a gestão de pessoas com fins de exploração e maximização de produtividade. Cabe destacar que os critérios de ingresso dos trabalhadores, denominados servidores públicos, se dá via concurso público, e as perspectivas de desenvolvimento pessoal são ínfimas e sem a proteção ampla da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), no caso dos servidores denominados estatutários.

Em um contexto de precarização no serviço público, as gestões preocupam-se em captar a força de trabalho máxima destes sujeitos, sob a justificativa de atendimento à função social dos governos. Isso diz respeito também ao(à) assistente social, pois o Estado ainda é o maior empregador da categoria, então, os impactos da

⁷ O espírito do toyotismo, que permeia o discurso da organização do trabalho flexível, atribui aos trabalhadores assalariados um novo léxico: “colaboradores”. Trabalhadores assalariados tornam-se “colaboradores”, na medida em que cultivam a disposição anímica de colaborar e envolver-se com o processo de produção do capital, sendo incentivados a se tornarem personalidades particularistas, ou ainda, personalidades-simulacros, pessoas ensimesmadas ou fechadas-em-si (ALVES, 2018b, p. 19).

Reestruturação Produtiva nos processos de trabalho revelam-se habitualmente nas condições de trabalho:

Em relação às condições de trabalho, (...) , os principais aspectos destacados pelos assistentes sociais consistem na falta de incentivos institucionais aos que buscam maior capacitação, juntamente com os baixos salários; o excesso de demandas e de cobranças; o sobretrabalho; e, a ausência de preocupação com a saúde do trabalhador no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais (CLOSS e PRATES, 2015, p. 364).

No trabalho do(a) assistente social alguns impactos da Reestruturação Produtiva se manifestam através de contratos que diferenciam os regimes entre a própria categoria, impactando o mercado de trabalho do profissional, reduzindo postos de trabalho e salários e sobrecarregando de tarefas e funções os que são submetidos a estas formas de contratação. Sobre essas constatações, Raichelis afirma que

[...] a redução de postos governamentais, principalmente nos níveis federal e estadual, e a sua transferência para os municípios em virtude dos processos de descentralização e municipalização dos serviços públicos. Intensificam-se os processos de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria na prestação de serviços aos governos, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais (RAICHELIS, 2009, p. 7).

Portanto, o trabalho do(a) assistente social é convocado para integrar espaços que atendem as expressões da questão social que surgem desse arranjo capitalista de sociedade, que, ao mesmo tempo em que supervaloriza a condição do trabalhador, enquanto engrenagem do sistema, busca a resolução paliativa das demandas que surgem a partir da classe operária, conforme as premissas da sociedade burguesa:

Justamente quando as classes dominantes e o Estado precisam responder de modo mais qualificado às demandas impostas pelo movimento da classe operária, a questão social ganha status e passa a exigir respostas mais elaboradas e sistematizadas, que não apenas a repressão. O Serviço Social é, então, demandado enquanto participe do conjunto de profissões justificadas pelas necessidades de controle da força de trabalho e de legitimação da ordem societária burguesa, bem como das instituições e do próprio Estado, como mediadores das classes e projetos em disputa na sociedade (CEOLIN, 2014, p. 248).

As teorias administrativas são, até o momento, implementadas na organização da gestão pública através das reformas administrativas que ocorrem de acordo com os interesses de cada governo e período histórico da sociedade, sempre com vistas a

ratificar o capitalismo enquanto sistema hegemônico. Todos os avanços legais, no sentido de proteção ao trabalho, atendiam minimamente o que se esperava, por favorecer condições aos trabalhadores.

No Governo Temer (2017-2018), já considerado por alguns autores como o início de uma nova ofensiva neoliberal, severos ataques foram promovidos com reformas administrativas, tais como a Lei da Terceirização e o desmonte na legislação através da Reforma Trabalhista, que, por meio da Lei 13.467/2017, implementa as principais tendências do capitalismo flexível. Saúde, assistência e previdência são as primeiras instâncias a incorrerem retrocessos ante o congelamento de investimentos de recursos públicos. Michel Temer (PMDB), com ampla base parlamentar de direita, promoveu, em menos de um ano, com a celeridade exigida pelo grande empresariado brasileiro, “um conjunto de profundas reformas neoliberais, que alteram, a médio e longo prazo, a configuração do gasto público e das políticas sociais do Estado brasileiro e o modo de regulação do mercado de trabalho no Brasil” (ALVES, 2018, p. 41).

Todas as ciências burguesas utilizadas como ferramentas do capitalismo transformaram o homem em uma mercadoria deplorável e sem valor, e a economia política determinou os processos de alienação entre trabalho, trabalhador e o que este produz:

Quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formatado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado o seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador (MARX, 1989, p. 82).

O processo de acumulação do capitalismo encontrou-se diante de defasagem na forma de produção rígida imposta pelo fordismo e taylorismo, que exigiram o desenvolvimento de estratégias para acelerar a livre expansão da produção e do comércio, necessitando do aparato estatal para realizar novas políticas determinadas por uma base econômica e ideológica que se complementam – a reestruturação produtiva e o neoliberalismo –, e que, ofensivamente, impactaram nos aspectos subjetivos e objetivos da classe trabalhadora. Contribuindo para essa discussão, um dos(das) assistentes sociais entrevistados(as) aponta:

Penso que as dificuldades para os trabalhadores são as diretrizes políticas e econômicas, essas direções que os governos dão que tá na

questão do Estado, muito mais para o interesse do mercado, do que o interesse social, a dificuldade está nas diretrizes ampliadas, nessas questões de estrutura, essas são as dificuldades em qualquer contexto de trabalho (AS 4, 2019).

Assim, ressalta-se que, no contexto da precarização no mundo do trabalho, é imposto à classe trabalhadora um ritmo intensivo laboral, avaliando-se a multifuncionalidade como algo comum, exigindo múltiplas competências para a execução do trabalho sem a contrapartida remuneratória, sendo a redução salarial, conforme Oliveira (2007), uma das faces da precarização mais degradantes, pois é a que provoca efeitos nefastos nas condições de vida dos trabalhadores, que se condicionam a duplicar a jornada de trabalho, realizando mais horas extras e, por vezes, tendo dois empregos(formais ou não) para garantir melhores rendimentos para a sua subsistência. Além disso, anota-se como consequência da Reestruturação Produtiva o crescente desemprego e a elevação de contratações sazonais, em que o trabalho é convocado somente de acordo com a demanda do mercado e as demissões ocorrem quando não há mais a conveniência da produção de mercadorias em larga escala. Resulta desse processo a precarização do trabalho, de forma irremediável e impactante, e das condições de vida da classe trabalhadora.

Para uma melhor compreensão dos impactos da Reestruturação produtiva na vida dos trabalhadores, e contextualizar como esta vem sendo implementada com os atos administrativos do aparelho do Estado, dedicar-se-á o próximo subitem ao processo de Contrarreforma do Estado, que é decisivo na expropriação dos direitos, sendo um processo que se vincula à ascensão neoliberal a partir dos anos 1980, após a crise capitalista nos anos de 1970.

2.1 CONTRARREFORMA DO ESTADO: O APARELHO ESTATAL EM PROL DO CAPITAL E DETRIMENTO DO TRABALHO

[...] todo Estado é uma sociedade, a esperança de um bem, seu princípio, assim como de toda associação, pois todas as ações dos homens têm, por fim, aquilo que consideram um bem.
(ARISTÓTELES, 1991, p. 1).

O Estado brasileiro, a cada ciclo histórico, ampara as sucessivas metamorfoses do trabalho, que são o reflexo das refrações de uma crise estrutural e sistêmica e que

contêm um peso jamais visto com relação às práticas que forjam consentimentos em torno da ordem capitalista (ALVES, 2009). Estas mudanças cíclicas modelam novos contornos constitucionais; portanto, não é incorreto analisar as refrações que impactam os trabalhadores.

Tais impactos se dão pela supressão de diversos direitos historicamente conquistados através de Projetos de Emendas Constitucionais. Na Reforma do Estado, os processos de mudanças se refletem em grupos como a Ordem Econômica, a Reforma Tributária e a Reforma Política, e na análise desse estudo compete explicitar aspectos das Reformas Administrativas, pois sua agenda centra-se diretamente no ataque a direitos dos servidores civis.

Inicialmente, reflete-se sobre as mudanças e ajustes no aparelho do Estado brasileiro no denominado capitalismo tardio que, diante das sucessivas crises, vem se posicionando desfavoravelmente à classe trabalhadora e favorecendo, de forma irrestrita, a burguesia e o capital. Cabe, ainda, a conceitualização e a distinção de Estado e aparelho do Estado, entendendo que este

[...] é um agenciamento concreto que efetua a máquina de sobre-codificação de uma sociedade. Essa máquina, por sua vez, não é, portanto, o próprio Estado, é a máquina abstrata que organiza os enunciados dominantes e a ordem estabelecida de uma sociedade, as línguas e os saberes dominantes, as ações e sentimentos conformes, os segmentos que prevalecem sobre os outros. A máquina abstrata de sobre-codificação assegura a homogeneização dos diferentes segmentos, sua convertibilidade, sua traduzibilidade, ela regula as passagens de uns nos outros, e sob que prevalência. Ela não depende do Estado, mas sua eficácia depende do Estado como do agenciamento que a efetua em um campo social (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 105).

Portanto, tais motivações para esses arranjos se dão pela essência do Estado, conceituando-os com as contribuições de Mascaro (2013), que os revela como um fenômeno especificamente capitalista, organizado e dividido geralmente entre três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, sendo este último o que, dentre outras prerrogativas, dirime as dissonâncias existentes entre a relação capital x trabalho, então, também um prestador de serviço público. Todo esse aparato é utilizado para a reprodução e manutenção do capitalismo, nas palavras do autor:

O Estado nem é instrumento neutro, que possa ser conquistado pela classe trabalhadora em benefício da superação do capitalismo, nem é burguês por ser controlado diretamente por burgueses. Sua forma social é capitalista. É exatamente por institucionalidades políticas estatais que os circuitos da acumulação se gestam e se garantem.

Além disso, a própria materialidade do Estado depende diretamente da acumulação – sua existência demanda tributação e expectativa de força econômica –, sendo sempre, então, instrumento de reforço da dinâmica do capital (MASCARO, 2018, p. 58).

Reflete-se, então, que a forma de supressão dos direitos conquistados se dá através das “Reformas Administrativas”, que estão alicerçadas na reestruturação produtiva e implementam as novas formas de exploração, compreendendo a precarização no cotidiano de trabalho dos servidores públicos. Tais reformas afirmam-se e concretizam-se no aparelhamento⁸ do Estado, ou seja, influenciam os três poderes nas suas ações e competências, visando ao compromisso com a ideologia vigente, fazendo, inclusive, com que descumpram seus papéis constitucionais, e reduzindo a participação direta dessas estruturas nas atividades econômicas e sociais.

Marx já vislumbrava em suas produções o quanto a centralização econômica e o controle dos meios de produção são o que regula o Estado: “A centralização econômica realiza-se; tal é o fato. Em toda a parte a pequena propriedade de um só vai cedendo o posto à grande propriedade de diversos. A comunidade das coisas e dos homens é cada vez mais geral” (MARX, 2003, p. 23). Dessa forma, as reformas administrativas de Estado vinculam-se muito mais às alterações no aparelho estatal, prioritariamente, do que na ressignificação do Estado político e nas perspectivas de o alicerçar sob um novo modelo, como a figura abaixo ilustra.

⁸ O termo "aparelhamento" aplica-se quando cargos em órgãos ou setores da administração pública são divididos entre pessoas filiadas a partidos que são eleitos em alguma esfera. Seu trabalho, então, via de regra, serve a determinado grupo que está no poder. É também popularmente conhecido por “apadrinhamento político”.

Figura 2: Estruturação do estado. Sistematizada pela autora a partir dos referenciais teóricos da produção.



Fonte: Campanha, 2019.

Conceitualmente, o Serviço Público envolve a ideia de prestação de serviços aos cidadãos e a satisfação de necessidades coletivas assumidas pelo Estado através do cumprimento das políticas públicas estabelecidas nas diversas esferas, como saúde, educação, habitação, dentre outras. Nesse sentido, nota-se que as estratégias adotadas pelo Estado vêm paulatinamente suprimindo e desviando da função social que assumiu para si historicamente, delegando-a às parcerias público-privada, como forma de diminuição do aparelho estatal, sob a justificativa dos auspícios do bem comum através de sucessivas reformas administrativas.

A Reforma do Estado inicialmente associava-se ao *Welfare State*, a partir das manifestações dos trabalhadores, em que o fundo público se ampliou visando à proteção social a partir das demandas trazidas por estes. A Reforma do Estado tornou-se parte da reestruturação capitalista globalizada após a crise do capitalismo nos anos de 1970. Na crise do Estado de Bem-Estar Social, o projeto neoliberal potencializa-se, nos anos de 1980, e o Estado, então, apropria-se do termo na conjuntura neoliberal. A partir das produções, especialmente de Behring, entende-se que o que se vivencia é uma contrarreforma do Estado. Nas palavras da autora:

Do ponto de vista da reforma anunciada na Constituição de 1988 no Brasil, em alguns aspectos embebida da estratégia social-democrata e do espírito “welfareano” - em especial no capítulo da Ordem Social -, pode-se falar também de uma contra-reforma em curso entre nós,

solapando a possibilidade política, ainda que limitada, de uma reforma democrática no país, que muito possivelmente poderia ultrapassar os próprios limites da social-democracia, realizando inacabadas tarefas democrático-burguesas em combinação com outras de natureza socialista (BEHRING, 2008, p. 131).

As crises geradas no século XIX devido a práticas liberais do livre mercado, o *laissez faire*⁹, em que o Estado não interviria nas atividades econômicas, fizeram com que diversos países adotassem práticas protecionistas com forte intervenção do Estado, opostas ao ideário liberal para o fortalecimento de diversos setores, como indústria, comércio, transportes e sistema bancário. Entretanto, o século também foi marcado por crises de produção, guerras e revoluções:

O antídoto contra o Estado Liberal foi o advento do Estado Social, defendido por Karl Marx, no qual, através da supressão da propriedade privada e da livre iniciativa, ao Poder público cabia o desempenho da atividade econômica e a produção da riqueza a ser repartida entre os homens na medida de suas necessidades (SOUTO, 1997, p. 28).

Todo esse cenário serviu de apoio para que as teorias de John Maynard Keynes ganhassem força. Nas concepções keynesianas, o Estado deveria interferir na regulação dos investimentos e oscilações de emprego, objetivando dirimir as questões econômicas e sociais e harmonizar a convivência do capitalismo com o setor público, negociações sindicais, políticas de renda, assistência e seguridade social, entre outras, como assinala Moraes:

Parecia disseminado e solidamente implantado um amplo acordo sobre o papel positivo do Estado: na criação de pleno emprego; na moderação de desequilíbrios sociais excessivos politicamente perigosos; no socorro a países e áreas economicamente deprimidos; na manutenção de uma estrutura de serviços de bem-estar (habitação, saúde, previdência, transporte urbano, etc.); na gradual implantação de políticas sociais que atenuassem desigualdades materiais

⁹ O *laissez faire* é parte da frase francesa "laissez faire, laissez passer, le monde va de lui-même", que significa: "Deixai fazer, deixar passar, o mundo caminha por ele mesmo. Deus te abençoe e boa sorte", frase atribuída aos liberais do final do século XVII. O *laissez faire* tornou-se o chavão do liberalismo na proposta mais pura de capitalismo, de que o mercado deveria funcionar, isto é, livremente, sem interferência. Liberdade tanto por parte da produção quanto na circulação de mercadorias, a concepção maior da "liberdade de mercado". A frase tornou-se dominante nos Estados Unidos e nos países europeus durante o final do século XIX até o início do século XX (DUPAS, 2003, p. 3).

acentuadas pelo funcionamento não monitorado do mercado, etc. (MORAES, 2001, p. 31).

Para o sistema capitalista eram benéficas as regulações exercidas pelo Estado sob a égide do Bem-Estar Social através da proposta keynesiana, que incorria em um novo modo de produzir as decisões políticas, intermediando as corporações empresariais e o proletariado. No entendimento capitalista, os investimentos são direcionados em prol de sua própria expansão e manutenção. Para tal, a concepção do neoliberalismo nos anos de 1970 surge, ganhando força e corpo dentro dos Estados.

O neoliberalismo é uma ideologia, uma forma de ver o mundo social, uma corrente de pensamento combativo ao pensamento socialista e toda e qualquer medida política, econômica e social, com pretensões a fundar uma terceira via entre capitalismo e comunismo, vindo para extinguir o Estado de Bem-Estar Social e tendo como base um texto de Friedrich Hayek¹⁰, que tecia críticas à tutela exercida sobre os cidadãos e a aniquilação da concorrência e seus aspectos “positivos” para o desenvolvimento econômico. Moraes (2001) contextualiza que estes ideais foram resgatados nos anos de 1970 após a crise econômica que assolou o mundo em 1973. A proposta central do neoliberalismo é a redução do Estado, a liberdade dos mercados sem regulação. A desigualdade social é naturalizada e as suas correções são propostas para que a sociedade civil atue e o Estado intervenha apenas onde não há interesse em investimento ou capacidade para tal.

Há um fomento ao consumo em escalas globalizadas, impondo regras aos países endividados para que acertem o compasso ao mercado externo, gerando a dependência econômica destes, desmantelando as propostas de regulação da economia nacional e jogando a competência para grupos internacionais, como Grupo dos Sete (G7), Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), compostos por banqueiros e governos dos países capitalistas. Conforme Moraes (2001), dentre os governos mais importantes que adotaram programas neoliberais tem-se a Inglaterra: em 1979, no governo Margareth

¹⁰ *O Caminho da Servidão*, 1944. Em sua obra (frisa seu caráter político e econômico e não de filosofia social), Hayek faz uma crítica a todas as formas de coletivismo, do nazismo ao socialismo, afirmando que estes sistemas levam à supressão das liberdades. Para Hayek (2010, p. 222), o princípio orientador para construir um mundo de homens livres é o “de que uma política de liberdade para o indivíduo é a única política que de fato conduz ao progresso permanece tão verdadeiro hoje como o foi no século XIX”.

Tatcher; em 1980, os Estados Unidos, no governo de Ronald Reagan; e Helmut Kohl, na Alemanha. Na América Latina, a partir de 1973, tem-se esse cenário na ditadura de Pinochet; em 1985, na Bolívia; em 1988, no México; em 1989, na Argentina, no governo Menen; em 1989, na Venezuela; em 1990, com Fujimori, no Peru; e desde 1989, no Brasil, nos governos de Collor a FHC.

De acordo com Souto (1997), em um mercado globalizado há indicações para a desestatização, pautadas em paradigmas moldados pela ótica dos investidores internacionais, que vão ao encontro dos interesses dos governos em privatizar para isentarem-se da responsabilidade com encargos trabalhistas e do déficit financeiro gerado por uma má gestão, da pressão de empresários pela desregulação de inúmeros setores econômicos, com o intuito de reduzir a burocracia, da parceria entre os setores público e privado, potenciaizando o que ambos possuem de melhor a oferecer, e da revisão de sistemas judiciais obsoletos, privilegiando as soluções consensuais como a mediação, a conciliação e a arbitragem.

Para Mafra Filho (2008), o surgimento do Estado Social foi uma decorrência das contestações iniciadas no século XIX. Não se pode esquecer, entretanto, que a sua implementação só ocorreu nos países tradicionais da Europa, não sendo o caso do Brasil, que nos anos de 1990, apesar de nunca ter vivido plenamente um Estado de Bem-Estar Social, aderiu aos ideários neoliberais como forma de restringir qualquer movimento que não o do mercado na mobilidade do capital frente ao Estado, suscitando uma intensa reforma administrativa que romperia definitivamente com os antigos modos de relacionamento entre Estado e sociedade.

Para Behring (2008), a Contrarreforma do Estado tem impactado três dimensões compreendidas como privatizações, seguridade social e flexibilização das condições de trabalho. O modelo utilizado pelo Estado para a efetuação da Contrarreforma, denominado Reforma Gerencial, buscou realizar alterações nas condições de trabalho dos servidores e implementou a avaliação do desempenho do servidor, visando ao aumento da produtividade e ampliação da capacidade de resposta do Estado, bem como a reestruturação dos órgãos públicos, mas dentro das concepções neoliberais. O que se apregoa é a desoneração do público, atribuindo cada vez mais ao privado os atendimentos das necessidades sociais.

Percebe-se que o Estado brasileiro, em cada momento histórico, utilizou-se das teorias administrativas propostas, contudo, nunca distante da consolidação dos interesses privados das empresas interferindo no público, consolidando o sistema

capitalista na sociedade e distanciando qualquer possibilidade da consolidação de um Estado de Bem-Estar Social.

2.2 CONTRARREFORMAS NO ESTADO BRASILEIRO NA ERA NEOLIBERAL

No passado, os administradores públicos focavam os estudos administrativos pautados nos fenômenos ocorridos dentro do próprio país, mas este contexto foi significativamente alterado com o fenômeno da globalização. As respostas proporcionadas pelo contexto neoliberal visavam à redução do papel do Estado para que se ampliasse o mercado econômico. As propostas consolidadas foram de privatizações de empresas públicas e de enfraquecimento da proteção social.

O presidente Fernando Collor de Mello (15/3/1990 a 2/10/1992), através de um discurso pejorativo que envolvia os servidores públicos, referenciando-os como “marajás”, devido aos salários, avanços e planos de carreira, promoveu severos ataques aos direitos dos servidores através de uma contrarreforma alicerçada em premissas de desestatização, desregulação, privatização e enxugamento da máquina administrativa. O marco legal da Reforma do Estado na era Collor se deu através da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que estabeleceu o Plano Nacional de Desestatização (PND), reorganizado pela Lei 9.491, de 9 de setembro de 1997. Tal dispositivo normativo, em seu artigo 1º, que dispõe sobre os objetivos fundamentais do PND, dá visibilidade à passagem de um Estado Social para um Estado Regulador. Diversas Emendas Constitucionais foram editadas e atacaram vários dispositivos criados pela Constituição Federal de 1988, especialmente a Emenda nº 6/2005, que suprimiu o art. 171, que dispunha sobre a proteção e benefícios à empresa brasileira de capital nacional, transmutando seus conceitos e abrindo precedentes para as privatizações.

No que tange aos servidores públicos, foi editada em 11/12/1990 a Lei nº 8.112 (DOU, de 12/12/1990), que criou o Regime Jurídico Único (RJU) das autarquias e das fundações públicas federais, estabelecendo um regime próprio, direcionando para a reestruturação burocrática administrativa federal. O RJU passa a regular as relações trabalhistas dos servidores públicos, primeiramente estabelecendo ingresso via concurso público para as carreiras, direito à aposentadoria integral, estabilidade no serviço e promoção de desvinculação da Previdência Social que retira direitos como

PIS e FGTS, dentre outras prerrogativas estabelecidas e doutrinadas pela CLT, tornando-os estatutários. Entretanto, a Lei nº 8.112/90 não contemplava as questões que envolviam a promoção e a manutenção da saúde integral dos servidores no contexto do desenvolvimento do processo de trabalho.

Com a cassação do presidente Collor, alguns aspectos do modo de governar perderam a credibilidade, porém sem se distanciar da proposta ofensiva neoliberal, pois quem assumiu o mandato foi o seu vice-presidente, Itamar Franco, que deixava como sucessor político Fernando Henrique Cardoso. De acordo com Nogueira (1998), a contrarreforma no governo Collor, tratada de forma vazia e irreal, ganhou impulso no governo de Fernando Henrique Cardoso, sob a influência intelectual de Luiz Carlos Bresser Pereira, Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE).

No âmbito do funcionalismo público, a contrarreforma do Estado inseriu modelos híbridos de gestão de pessoas para gerenciar, e a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002), a modernização administrativa se intensificou e impactou significativamente as formas de gerenciar o público. A Reforma Administrativa Consolidada, através de suas medidas, marcou a década de 1990 para o servidor público, pelas incertezas frente aos processos neoliberais que impuseram a precarização do mundo do trabalho através de concessões, terceirizações e privatizações, dentre outras medidas.

Na era FHC, dentre outras ações, através da Emenda Constitucional nº 19/1998, de 10 de junho de 1998, alterou-se o regime da administração pública, limitando despesas com pessoal e aumentando as condições para as contratações temporárias. Também promoveram-se diversas alterações no regime previdenciário dos servidores, surgindo o advento das contratações de Organizações Sociais (OS), que passaram a realizar diversas atividades que anteriormente eram de exclusividade do Estado.

Para o neoliberalismo, a intervenção estatal é o responsável pela estagnação da economia e desenvolvimento, então a proposta era que tivesse uma série de medidas que diminuísse a participação do Estado. Dentre as principais, que impactaram para o serviço público, foram: 1) Lei de Responsabilidade Fiscal, que engessa as esferas federal, estadual e municipal em contratações; 2) reformas da Previdência Social e do Regime Geral da Previdência dos Servidores, que desregulamentaram as relações de trabalho; 3) autonomia do Banco Central na definição da política monetária e da política de juros; e 4) redução ou eliminação dos

aparatos estatais voltados para fiscalização e regulamentação do mercado, que se traduziu na ampla abertura no mercado externo. Este último item expressa a diminuição da entrada de tributos nos cofres públicos, já que a isenção tributária em diversas esferas impacta diretamente no financiamento de políticas sociais, sendo tal processo explicado por Souza (2012):

O processo de abertura comercial objetiva a eliminação de alíquotas de importação, a centralização de tarifas alfandegárias, a eliminação ou redução de barreiras não tarifárias e a unificação do regime de câmbio. A abertura comercial pressupõe, ainda, uma série de eliminações, cortes ou reduções nas restrições à saída de capital, nas exigências de repatriação das receitas e nas sobretaxas e depósitos prévios a importações. Este conjunto de medidas responde a um princípio que pretende avançar, tanto quanto possível, a um regime supostamente neutro de políticas comerciais (SOUZA, 2012, p. 2).

Assim, a saúde e a educação passaram a ser concebidas como um bem mercantil, eximindo o Estado cada vez mais da responsabilidade de prestar o serviço com qualidade. As privatizações de diversos serviços públicos, as terceirizações e as concessões impactaram significativamente o modo de trabalho dos servidores públicos. Estas medidas objetivavam o enxugamento da máquina administrativa, ou seja, a conformação para um Estado mínimo:

Privatização é a mera alienação de direitos que assegurem ao Poder Público, diretamente ou através de controladas, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade. Privatiza-se o que não deve permanecer com o Estado, quer por violar o princípio da livre iniciativa, quer por contrariar o princípio (SOUTO, 1997, p. 55).

Portanto, as privatizações têm um conceito amplo, diferentemente do que comumente é divulgado acerca da venda das estatais; incorre também na venda para o setor privado de bens e serviços que estão sob a responsabilidade do Estado. Dentre as técnicas de privatização estão

[...] a desnacionalização, entendida como a venda de bens e empresas públicas; a contratação de serviços e atividades antes geridos diretamente; a desregulação, que supõe a redução do intervencionismo nas atividades econômicas privadas, em especial a ruptura e desaparecimento dos monopólios e a substituição dos impostos por preços e tarifas a cargo dos consumidores e usuários, financiando os serviços públicos (DI PIETRO, 1999, p. 17).

Então, a privatização é entendida como um conceito ou um procedimento em aberto que admite diversas configurações, atuando na redução do Estado,

fortalecendo a iniciativa e os modos privados de gestão dos serviços públicos e, ao mesmo tempo, intensificando a perversidade que precariza e desestrutura o mundo do trabalho:

Neste sentido, desregulamentação, flexibilização, terceirização, downsizing, “empresa enxuta”, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde tem-se prevalência do capital sobre a força humana de trabalho, que é considerada somente na exata medida em que é imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital pode diminuir o trabalho vivo, mas não pode eliminá-lo. Pode intensificar sua utilização, pode precarizá-lo e mesmo desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo (ANTUNES, 2001, p. 44).

Um dos principais reflexos das privatizações foram as demissões em massa de funcionários públicos através dos pedidos de demissão voluntária. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE¹¹ (2008), apenas no setor de telefonia houve redução de 68% de funcionários públicos no período entre 1995 e 2006. As várias aparições na mídia, noticiando desvios das verbas advindas com as privatizações, desmistificaram o suposto interesse inicial da redução de custos para o Estado, revelando uma das principais características que marcam a administração pública: a corrupção.

Ao referenciar as motivações da Reforma Administrativa do governo FHC, cabe ressaltar os objetivos da mudança de paradigma acerca do Estado e a Administração Pública na visão neoliberal. De acordo com Di Pietro (1999), não se queria mais o Estado prestador de serviços, mas um que estimulasse, ajudasse e subsidiasse a iniciativa privada, bem como a democratização da Administração Pública pela participação dos cidadãos nos órgãos de deliberação e de consulta. O Estado buscava a colaboração entre público e privado na realização das atividades administrativas e objetivava a diminuição do tamanho deste para que a atuação da iniciativa privada ganhasse espaço no mercado, delegando a este suas atribuições, e “[...]visavam também a flexibilização dos rígidos modos de atuação da Administração Pública para permitir maior eficiência. A parceria entre o público e o privado para substituir a

¹¹ O DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, é uma criação do movimento sindical brasileiro. Foi fundado em 1955 para desenvolver pesquisas que fundamentassem as reivindicações dos trabalhadores. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/materialinstitucional/quemSomos.html>. Acessado em 17/07/2018.

Administração Pública dos atos unilaterais, a Administração Pública autoritária, verticalizada, hierarquizada” (DI PIETRO, 1999, p. 22).

A justificativa destas reformas no governo FHC era a superação do Estado patrimonialista, deixando de subsidiar o preço de produtos; o mercado é que ficava com a incumbência de estabelecer preços. Sobre a venda das estatais, era permitido que o Estado cessasse o desperdício de recursos que as estatais “deficitárias” oneravam, para que se investisse em políticas sociais.

Contraditoriamente ao que o governo atribuía a situação financeira do país, este não estava falido, pois tinha recursos financeiros suficientes para emprestar e investir nas empresas. Longe de evitar os gastos do Estado, a privatização implicou

[...] enormes despesas prévias (investimentos para a melhoria das empresas antes da privatização), empréstimos de recursos públicos para que as empresas efetuassem a compra das estatais, concedendo empréstimos a estes compradores depois da privatização (a juros subsidiados), e programas de revitalização das empresas privatizadas quando elas começaram a dar prejuízos a seus proprietários (LESPOUBIN, 2002, p. 35-36).

O objetivo central do Estado, com a privatização dos serviços, era a economicidade, porém, muitas vezes, o custo do empregado terceirizado era até superior ante o servidor que realizava o serviço anteriormente. Para Souto (1997, p. 252), no entanto, a justificativa era “a redução da fiscalização sobre o serviço prestado por este funcionário terceirizado que passa a ser do contratante, não exigindo mais custos com a gestão e fiscalização dos serviços”.

A relação de todas estas reformas administrativas com a questão social se deu a partir da desoneração do Estado com suas atribuições, uma vez que este delegou ao Terceiro Setor e à iniciativa privada grande parte de sua responsabilidade pela saúde, educação, moradia e emprego, fazendo com que os sujeitos buscassem por essas áreas individualmente, de acordo com Lespaubin (2002), sob a argumentação de que o governo não tinha condições de garantir esses bens para todos. Esta desoneração justificada pela ausência de recursos acaba intensificando as desigualdades sociais, pois, através da ampliação da exploração, há o aumento de enormes segmentos populacionais eliminados do “círculo da civilização”, uma vez que não conseguem transformar suas necessidades sociais em demandas monetárias (IAMAMOTO, 2010).

Vê-se, nesse ínterim, que a intensificação das desigualdades está diretamente relacionada com a desresponsabilização do Estado com os segmentos populacionais nas atribuições a ele inerentes, de garantir os direitos sociais historicamente adquiridos através da Constituição Federal (1988), oferecendo serviços insuficientes nestas áreas, o que faz com que o mercado se fortaleça. Porém, quem está à margem do pleno emprego, em situação de miserabilidade, não tem acesso aos serviços privados, ficando à mercê dos serviços públicos, que contemplam minimamente as necessidades da população.

Para Mafra Filho (2008), o Estado, sob a égide da Administração Pública Gerencial, modificou os formatos organizacionais para poucos níveis hierárquicos: flexibilidade organizacional, controle de resultados de processos administrativos, adoção de confiança limitada (no lugar de desconfiança total em relação aos servidores públicos e dirigentes) e uma administração voltada para o atendimento do cidadão, favorecendo a participação do controle social¹² na busca de resultados. Todavia, não há uma ruptura total com a administração burocrática, que conserva alguns princípios, embora flexibilizados.

O protagonista da Reforma Administrativa, Luis Carlos Bresser Pereira, sustentava que o Brasil já havia superado o patrimonialismo, atravessado a fase burocrática e estava pronto para a Administração Gerencial, porém reconheceu que o avanço rumo a esse cenário seria o horizonte que norteava a ação, o que não significava que em muitas áreas da administração pública, e sob muitos aspectos, não se devessem adotar medidas típicas da administração burocrática (MARE, 1997).

Quanto ao funcionalismo público nesse período, diferentemente do que o governo atribuía, não era o principal gastador de recursos do país, que sustentava a desoneração do Estado em investimentos para saúde, assistência e educação. De acordo com Lespaubin (2002), entre 1995 e 2001 as despesas com a folha de pagamento dos servidores giravam em torno de R\$ 50 bilhões, enquanto as despesas com amortização da dívida saltaram de R\$ 120 bilhões para R\$ 274 bilhões. Era esse o grande rombo do orçamento da União, para onde ia parte principal dos impostos dos contribuintes.

¹² Controle social é uma categoria que ganhou dimensão na Constituição de 1988. O controle social tem como uma de suas formas de atuação para a fiscalização das ações dos governos os conselhos de direitos, que são constituídos entre sociedade civil organizada e o Estado, sendo um espaço em que a democracia é a premissa para dirimir conflitos e a tomada de decisões, estando de acordo com os interesses do público em detrimento ao privado.

A estabilidade do servidor foi colocada em xeque a partir do momento em que, dentre as medidas de gestão de pessoas, foi incluída a avaliação de desempenho como condicionalidade para possíveis demissões, atendendo ao princípio administrativo da eficiência, versado no artigo 37 da CF; o que se questionava à época era qual a transparência do processo, quem faria a aferição e em quais medidas (MARE, 1997). A Lei nº 9.962/2000¹³ disciplina as possíveis formas de demissão do servidor das entidades da administração indireta, e em seu Art. 3º refere que o contrato de trabalho por prazo indeterminado somente será rescindido por ato unilateral da administração pública nas seguintes hipóteses:

I – prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT; II – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; III – necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 169 da Constituição Federal; IV – insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em trinta dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas (BRASIL, 2000).

Esse contexto de reformas aproximou o Serviço Público, que tinha como modelo administrativo, às práticas burocráticas, aos modelos administrativos gerenciais do setor privado. Uma das leis que se revelou importante para a organização das gestões nas diversas esferas foi a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)¹⁴, que visa à transparência nos processos administrativos, dá visibilidade aos atos, para que haja fiscalização e controle dos gastos públicos com a participação popular, e tem como características:

[...] ação planejada e transparente; prevenção de riscos e correção de desvios que afetem o equilíbrio das contas públicas; garantia de equilíbrio nas contas, via cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, com limites e condições para a renúncia de receita e a geração de despesas com pessoal, seguridade, dívida, operações de crédito, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar (DEBUS e NASCIMENTO, 2001, p. 10).

¹³ Lei nº 9.962/2000, que dispõe sobre o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional.

¹⁴ Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Entretanto, a LRF é, de certa forma, um entrave na renovação e ampliação do quadro de trabalhadores no Serviço Público. Ela engessa as contratações necessárias, sendo que, paulatinamente, as demandas sociais aumentam e a oferta dos serviços públicos não acompanha essa crescente, e uma das justificativas são as características dessa lei, que impedem os governos de contratar mais servidores:

Na linha da reforma do Estado, a Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000, cujo objetivo principal para o controle das contas públicas é reduzir as despesas com o funcionalismo público, inibiu a realização de concursos públicos e incentivou a terceirização, pois as despesas com a subcontratação de empresas e com a contratação temporária, emergencial e de comissionados não são computadas como despesas com pessoal (DRUCK, 2016, p. 19).

Atribui-se à Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Responsabilidade Fiscal a exigência da contabilização dos gastos com contratos, que se referem à substituição de servidores e, haja vista, à condição de endividamento da maioria dos municípios, tornando-se inviável a reposição de quadro. Tal arranjo da Contrarreforma administrativa impele novas contratações, deixando lacunas nos espaços de trabalho.

Nos anos subsequentes, o Governo Federal é assumido pela esquerda. No Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva – Lula (2003-2010), há grandes avanços no campo social, que outrora tecia severas críticas ao neoliberalismo, porém seguiu com as reformas administrativas pautadas na agenda dos ideários neoliberais, justificadas pela busca de eficiência no setor público, mas ainda fomentando as privatizações e a desoneração do Estado em diversos segmentos. No âmbito do neoliberalismo experienciado nas décadas anteriores, o primeiro mandato do governo Lula caracterizou-se mais pela “continuidade do que pela ruptura uma vez que desenvolveu políticas semelhantes àquelas propostas pelo social-liberalismo, jamais questionando a hegemonia dos capitais financeiros, seguindo rigorosamente os pilares indicados pelo FMI” (ANTUNES, 2018, p. 276). No que concerne ao funcionalismo público, especificamente, diversas entidades sindicais romperam com a CUT, posicionando-se contrárias ao governo do PT, “pois um número significativo de servidores foram atingidos fortemente pela reforma da previdência e a chamada reforma universitária” (ANTUNES, 2018, p. 278).

Já no segundo mandato da administração de Lula, amparados pelas alianças políticas de, até então, adversários políticos e ideológicos, aponta-se uma nova visão

de gestão acerca das políticas de pessoal. Guido Mantega¹⁵ privilegiava os setores sociais e de infraestrutura, multiplicando o número de servidores nessas áreas. As orientações do *Programa Gestão Pública para um Brasil de Todos*¹⁶ teve como objetivo a reestruturação do serviço público, reafirmando que o funcionalismo público é um dos fatores determinantes para que a eficiência do Estado se tornasse realidade, redesenhando os planos de carreira, cargos e salários, e favorecendo ações de atenção à saúde ocupacional e redefinindo estruturas e processos de trabalho.

Entretanto, a pressão dos empresários se dava através de exigências de juros mais baixos, proteção alfandegária, BNDES a seu serviço, diplomacia empresarial e outras benesses, rejeitando contratações, reajustes para o funcionalismo, reajuste do salário-mínimo, gasto da previdência, ou seja, o “Estado enxuto para os trabalhadores e dadivoso para os empresários” (BOITO Jr., 2018, p. 94).

O governo Dilma (2011-2016) também promoveu reformas administrativas que extinguíram oito ministérios, três mil cargos comissionados e de redução de 10% nos salários dos ministros e da presidente. Em contrapartida, avanços significativos em nível social puderam ser observados: foram promovidas secretarias em nível de ministérios, criando os Ministérios das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, com o objetivo de atuar na defesa das pautas destas áreas em conjunto com competências relativas ao relacionamento e articulação com as entidades da sociedade civil, aos instrumentos de consulta e à participação popular (BRASIL, 2015).

Em dezembro de 2015, iniciou-se a questão processual que culminou no golpe contra o Governo Dilma, ocasionando o impeachment da presidenta, marcado por arranhões em normas constitucionais, manobras e conchavos políticos, que resultaram na nomeação, para ocupar o cargo de presidente, de seu vice, Michel Temer (2016-2018). Os ataques promovidos pelo Governo Temer às leis trabalhistas e a intensificação da terceirização tenderam a, paulatinamente, extinguir o trabalho até então “protegido” dos servidores públicos, sendo substituído por uma massa de

¹⁵ Ministro da Fazenda e ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Lula, e ministro da Fazenda no primeiro Governo Dilma Rousseff.

¹⁶ Plano plurianual (2004-2007), com o objetivo de propor a qualidade do Estado — e da qualidade e produtividade do gasto público —, na perspectiva microinstitucional do processo de modelagem e fortalecimento das instituições que compõem o Estado, para incrementar seu desempenho em benefício do cidadão. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/080804_PUB_Gestao_gestaopublica.pdf. Acessado em: 08/07/2018.

trabalhadores precarizados, temporários, retornando às similaridades dos tempos progressos, em que o trabalhador era facilmente substituído quando há o adoecimento.

No entanto, para a parcela de servidores do judiciário, para ,estrategicamente, promover seus golpes e ataques com respaldo, Michel Temer promoveu reajuste de vencimentos em 41%, de forma escalonada, no período compreendido entre 2016 a julho de 2019, com impacto de R\$ 6,9 bilhões no orçamento do país. Os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal passaram de R\$ 33.763,00 para R\$ 39.293,00:

[...] a reprodução da sociabilidade capitalista na América Latina contemporânea se faz na marcha de golpes que não se deixam chamar como tais, com constituição de entendimentos ideológicos a partir de meios de comunicação de massa e com poderes judiciários aderentes ao capital que veem a lei como expressão de seu horizonte de mundo. O golpe está no mundo jurídico porque dentro, nas margens ou fora da lei, se fala direito (MASCARO, 2016, p. 2).

No ano de 2019 assume o governo do Presidente Jair Bolsonaro que, em seu primeiro ano de mandato, até meados do final do ano de 2019, pautou as reformas, primeiramente, na Reforma da Previdência Social, afetando os servidores públicos federais, excluindo, em um primeiro momento, os estaduais e municipais, por acordo com a base parlamentar para dar celeridade à aprovação. Entretanto, o Senado Federal criou um projeto paralelo, a PEC nº 133, de 2019¹⁷, que seguiu posteriormente para tramitação e teve seu conteúdo aprovado em 19 de novembro de 2019. Na explicação da ementa, no que concerne aos servidores públicos, encontra-se no texto aprovado que a PEC 133

Permite a adoção integral das regras do regime próprio de previdência social da União, mediante lei estadual ou municipal. [...] dispõe sobre a previdência dos servidores públicos dos órgãos de segurança pública, a reabertura de prazo para opção pelo regime de previdência complementar dos servidores públicos federais e o plano de equacionamento do déficit atuarial do regime próprio dos Estados e Municípios. Dispõe sobre os cálculos da pensão por morte e da aposentadoria por incapacidade para o regime geral e para o servidor público federal, das vantagens pecuniárias variáveis para a aposentadoria do servidor público e da aposentadoria do servidor público federal com deficiência (BRASIL, 2019).

¹⁷ Permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências.

Nas sucessivas perdas aos direitos dos servidores públicos, as instâncias de representatividade trabalhistas apontam que com a PEC 133 ocorrerão drásticas alterações na previdência de servidores estaduais e municipais. Para a economista da subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) da CUT de Minas Gerais, Maria de Fátima Lages Guerra, o cenário é preocupante, pois os estados terão autonomia para aprovar leis que impactarão nos municípios: “A aprovação de mudanças dessa magnitude seria um processo semelhante ao que aconteceu na tramitação da reforma da Previdência, passando por comissões, debates, votações em turnos, mas a PEC facilitará a implementação de novas regras nos estados e municípios” (CUT, 2019).

Quanto ao texto da Reforma Administrativa a ser proposto pelo Governo Federal (2019), no presente momento deste estudo encontra-se finalizado, entretanto, motivado pelas sucessivas crises dentro da base governamental, o que motivou a saída do presidente do partido político ao qual se elegeu, fundando um novo, bem como as crises que se desenvolveram a partir dos golpes governamentais na América Latina, aguarda-se o ano de 2020 para a divulgação do texto. Foram divulgadas parcialmente medidas a serem implementadas e, no âmbito do funcionalismo, a saber, encontram-se a permissão que a União, os estados e os municípios possam diminuir a jornada de trabalho e, conseqüentemente, os salários dos servidores públicos, em casos de crise fiscal, a diminuição no número de carreiras dos servidores e a ascensão pelo mérito. Tais medidas serão realizadas via emendas constitucionais.

Ao longo da trajetória brasileira, as reformas, sob a ótica neoliberal, são insuficientes e não resolvem os problemas socioeconômicos do país e estão ainda aquém de favorecer um serviço público em que o servidor seja valorizado. Os planos de carreira ainda são inconsistentes e os traços patrimonialistas ficam evidentes, com tantas notícias de corrupção na máquina administrativa. Para Mafra Filho (2008, p. 211), “as reformas estruturais na Administração Pública intentadas até o dia de hoje não foram e nem serão capazes de produzir os resultados almejados”.

Pesquisas sobre a terceirização revelam o lado perverso da precarização social do trabalho como uma estratégia de dominação aos trabalhadores, com múltiplas faces. As precarizações são expressas de forma diferenciada e hierarquizada como parte do desenvolvimento capitalista no contexto da globalização e do neoliberalismo, conforme contribui Druck:

Os estudos realizados nos últimos 25 anos sobre a terceirização no Brasil foram unânimes em revelar a degradação do trabalho em todas as suas dimensões: no desrespeito aos direitos trabalhistas, nas más condições de trabalho, nos baixos salários, na piora das condições de saúde, nos maiores índices de acidentes e na vulnerabilidade política dos trabalhadores que, dispersos e fragmentados, têm dificuldades para se organizar coletivamente (DRUCK, 2016, p. 16).

Evidencia-se que as reformas administrativas visam ao enxugamento e à desoneração do Estado e de suas esferas na justificativa de melhorias, atendo-se em revisão de fluxos, criação e extinção de órgãos, mas os principais agentes para a consolidação de serviços públicos prestados com qualidade à população (os servidores públicos) ficaram à margem destas reformas, tendo direitos sonogados e expropriados, com critérios de ingresso mais rígidos, mas sem a qualificação permanente necessária, tampouco a valorização e as formas de mantê-lo motivado no Serviço Público:

Ademais, a natureza social da precarização do trabalho no serviço público tem importante singularidade: por se tratar de uma força de trabalho cujo valor de uso é produzir bens públicos e, portanto, servir à sociedade, o seu rebaixamento ou a sua redução ou mesmo a sua extinção geram implicações imediatas e plenamente visíveis ao conjunto da sociedade, sem o fetiche da relação de assalariamento do setor privado que encobre a exploração do trabalho e a produção do lucro (DRUCK, 2016, p. 39).

O Estado, que é em seu cerne mantenedor do capitalismo, que se alimenta das desigualdades, pouco se viu em soluções para que se resolvessem as expressões da questão social, latentes na sociedade, impactando na vida dos cidadãos. No serviço público, os apontamentos de ineficiência resultaram em demissões dos servidores e terceirizações que acirraram a precarização do mundo do trabalho. Há que se destacar que nessas reformas nem tudo foi aceito passivamente: ocorreram diversos movimentos por parte dos trabalhadores de resistência. A gestão pública, sob uma ótica de ajustamento, através de exigências e qualificações, (des)preparava o servidor para os tempos de gerencialismo:

A hipótese é de que a terceirização do serviço público no Brasil, além de ser um dos mecanismos mais importantes e eficientes de desmonte do conteúdo social do Estado e de sua privatização, é a via que o Estado neoliberal encontrou para pôr fim a um segmento dos trabalhadores, o funcionalismo público, que tem papel crucial para garantir o direito e o acesso aos serviços públicos necessários à

sociedade, e sobretudo à classe trabalhadora, impossibilitada de recorrer a esses serviços no mercado (DRUCK, 2016, p. 18).

Entende-se que as privatizações vulnerabilizam a condição dos trabalhadores, pois as negociações passam a ser diretamente com as empresas contratadas, saindo do controle e da ingerência do Estado, percebendo salários menores, assim como vínculos empregatícios e condições de trabalho precárias. Sobre a privatização inserida na prestação de serviços públicos, encontra-se o quanto a perspectiva é desfavorável, conforme o relato de um dos pesquisados:

Esse processo de trabalho meritocrático é adoecedor, as relações autoritárias são adoecedoras, as relações de querer botar a iniciativa privada dentro do espaço público, a lógica privativista dentro do espaço público dizendo que ele é melhor, sem entender que ali o produto é outro, ali a lógica é outra e que tu tem que qualificar o trabalho público e não transformar ele no privado, como se fosse bom. E o privado não necessariamente é bom, ele tem outra lógica (AS 1, 2019).

O Estado, através dos ideários neoliberais, desregulamenta a força de trabalho e enfraquece as forças sindicais, traduzindo isso em diminuição dos direitos trabalhistas e, conseqüentemente, no padrão de vida dos trabalhadores. Para Boito Jr. (2018), a grande burguesia interna quer, sim, a intervenção do Estado na economia. Quer que o Estado intervenha, tanto como investidor quanto como facilitador dos investimentos privados, oferecendo melhoria da infraestrutura, ciência e tecnologia e crédito subsidiado, ou seja, atuando em seu benefício próprio.

Embora o papel do Estado e sua natureza sejam definidos pela sociedade organizada politicamente, as reformas administrativas foram pouco eficazes para a melhoria da prestação dos serviços públicos; outrossim, vieram para impactar de forma prejudicial a vida do trabalhador. A mudança é protagonizada pelas classes sociais, entretanto, a elite econômica é quem dita como as reformas se consolidarão pela manutenção dos seus interesses. O Estado ainda contém traços do patrimonialismo, que no discurso era para ser combatido pelas reformas. Quem lida com a máquina pública ainda trata o patrimônio público como privado, em prol do capitalismo.

São necessários tensionamentos incessantes para que a contrapartida das exigências da burguesia, de desoneração do Estado com os trabalhadores, não se intensifique através das reformas, administrativas e previdenciárias, e que isso

precarize ainda mais o trabalho dos servidores públicos de forma a impactar nos processos de adoecimento destes.

A contrarreforma administrativa, então, vem transpondo o modo de trabalho do servidor público, as formas do setor privado, descontextualizado e desconectado da realidade e das particularidades que estes trabalhadores vivenciam, configurando-se, assim, impactos e danos severos à saúde dos servidores. Com vistas a contribuir para a compreensão de como todos os processos destacados impactam na saúde dos servidores, o próximo subitem é dedicado à abordagem das premissas que englobam a saúde do trabalhador. A discussão inicia-se a partir do marco legal, perpassando os processos de precarização das condições de trabalho e as repercussões destas na sua saúde dos trabalhadores.

2.3 TRABALHO E SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

Sabe-se que o trabalho executado em determinadas condições impacta na saúde dos trabalhadores, a ponto de ocasionar diversas patologias e diminuir a expectativa de vida. Estudos sobre a temática são desenvolvidos desde 400 a.C. por Hipócrates, considerado o precursor da medicina, e também por Bernardino Ramazzini (1633-1714), precursor da medicina do trabalho ao final do século XVII, ao tratar de trabalhadores adoecidos com a simples pergunta “que arte exerce?”, passando a correlacionar os impactos do trabalho sobre a saúde dos trabalhadores.

No Brasil, a concepção de Saúde do Trabalhador se disseminou amplamente com o Movimento da Reforma Sanitária, e a política se desenvolveu com a Constituição de 1988, quando passou a ser incorporada nas ações do SUS em 1990. A Lei Orgânica da Saúde (LOS, nº 8080, artigo 6º) confere à direção nacional do SUS a responsabilidade das ações de política de saúde do trabalhador; em seu parágrafo 3º do artigo 6, a LOS define a política de saúde do trabalhador como: “Um conjunto de atividades que se destina, por meio das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e a proteção da saúde do trabalhador, assim como visa a recuperação e a reabilitação dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho”. Considerando as particularidades do serviço público, para os seus trabalhadores submetidos ou não à forma contratual da CLT, não havia dispositivo legal que organizasse as ações de promoção e proteção

da saúde, sendo inauguradas as primeiras ações protetivas a partir da Lei nº 8.112/1990, também conhecida como Lei do Regime Jurídico Único (RJU).

Conceitualmente, os trabalhadores inseridos no Serviço Público são os prestadores de serviços que possuem vínculo empregatício com a administração pública direta, as autarquias e as fundações públicas, empresas públicas de economia mista e fundações de direito privado:

Servidor Público é expressão empregada ora em sentido amplo, para designar as pessoas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração Indireta, com vínculo empregatício, ora em sentido menos amplo, que exclui os que prestam serviços às entidades com personalidade jurídica do direito privado. Nenhuma vez a Constituição utiliza o vocábulo funcionário, o que não impede que seja mantido na legislação ordinária (DI PIETRO, 2014, p. 595).

Di Pietro(1999), ainda, define os servidores enquanto o regime de contratação, estatutário, que são submetidos a este regime estabelecido em lei por cada uma das unidades da federação e que se modificam, desde que respeitados os direitos adquiridos pelo servidor que ocupa cargo público, empregados públicos contratados sob o regime da CLT, mas submetidos às normas dos servidores, e servidores temporários contratados para atender excepcionalmente ao interesse público, exercendo a função sem vinculação a cargo ou a emprego público.

No artigo 184 do RJU, instituiu-se o Plano de Seguridade Social para dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos o servidor e sua família, compreendendo um conjunto de benefícios e ações que atendem às seguintes finalidades: garantia de meios de subsistência nos eventos de doença, invalidez, velhice, acidente em serviço, inatividade, falecimento e reclusão, proteção à maternidade, à adoção e à paternidade e assistência à saúde. No artigo 230 da Lei nº 8.112/1990, a assistência à saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, tendo como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde, prestada pelo Sistema Único de Saúde – SUS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor ou mediante convênio ou contrato, ou ainda na forma de auxílio, por meio de ressarcimento parcial do valor despendido pelo servidor, ativo ou inativo, e seus dependentes ou pensionistas, com planos ou seguros privados de assistência à saúde, na forma estabelecida em regulamento (BRASIL, 2006).

Em contrapartida da própria regulamentação constitucional que garante acesso gratuito e universal aos atendimentos à saúde dos trabalhadores, o que se verifica no contexto dos anos 2010 é a precarização imposta pelas concepções minimalistas de Estado, que fomenta a procura de vários serviços ao setor privado. A precarização não é implementada sem intuito, primordialmente favorecendo o sistema capitalista, uma vez que os serviços prestados por vezes não contemplam as expectativas demandadas pela população nos diferentes espaços ocupacionais. O servidor público vivencia as mesmas mazelas da classe trabalhadora que busca atendimento às suas necessidades em saúde, ainda que visto como improdutivo¹⁸ pela lógica capitalista:

[...] engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para o uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo da produção do capital e de criação de mais-valia. São aqueles em que, segundo Marx, o trabalho é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca (ANTUNES, 2003, p. 102).

Sob a égide do padrão de acumulação capitalista, o trabalho do servidor público é considerado improdutivo por que não produz mais-valia. Entretanto, para Antunes (2018), a classe trabalhadora dos assalariados improdutivos vivencia situações que têm clara similitude com aquelas experimentadas pelos trabalhadores produtivos. Nesse sentido, cabe reafirmar “a necessidade de todos os trabalhadores estarem vigilantes e se perceberem como uma categoria única, pois a classe trabalhadora hoje é mais ampla, heterogênea, complexa e fragmentada do que o proletariado industrial do século XIX e do início do século XX” (ANTUNES, 2018, p. 89).

A distinção do trabalho entre produtivo ou improdutivo só tem sentido sob o ponto de vista do capitalismo. A cisão hierárquica que se revela nas relações de trabalho, no serviço público, no caso, não passa de subcategorias do trabalho abstrato, sendo que nessas relações ambos são explorados pelo capitalismo. Servidores que se relacionam hierarquicamente, na condição de “chefia” ou “servidor”, sofrem as mesmas vicissitudes da condição de vender sua força de trabalho em troca de salário.

¹⁸ A partir das formulações marxianas, o trabalho caracteriza-se como “produtivo aquele trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se realiza numa mais-valia” (MARX, 1989, p. 109), e por improdutivo os serviços comprados que “perecem no instante do desempenho e não se fixam nem se realizam ‘num objeto durável’ (também se diz particular) ‘ou mercadoria vendável’, destacada deles mesmos” (MARX, 1980, p. 145).

Na perspectiva da reprodução do capital, todos os trabalhadores são equivalentes, no sentido de querer melhorar o preço de sua força de trabalho, sendo que os burgueses pressionam o Estado para rebaixá-lo. A contradição que se estabelece nessa relação é o desafio posto ao revelar no cotidiano que os servidores públicos, sob a ótica capitalista, são considerados improdutivos, particularizados, na condição de não produzirem mais-valia, não merecedores, sob a ótica meritocrática; entretanto, como reforça o pensamento de Marx (tomo III), enquadram-se com similitudes aos operários comerciais:

O operário comercial não produz diretamente mais-valia. Mas o preço de seu trabalho determina-se pelo valor de sua força de trabalho, isto é, por seu custo de produção, enquanto que o exercício desta força de trabalho, como uma tensão que é dela, como uma liberação e um desgaste da força de trabalho mesma, não se acha limitada, nem muito menos, como não se acha limitada em nenhum operário assalariado, pelo valor de sua força de trabalho.

O salário pago ao servidor público é contratualmente acordado com o custo de sua reprodução, que determina a precificação de sua força de trabalho. Tal acordo não significa que este trabalhe além do tempo necessário, produzindo muito mais do que deveria, e recebendo aquém do que a mesma categoria em outra esfera. O trabalho do servidor público não produz mercadoria a ser entregue ao mercado (não se aplica às indústrias estatais), sendo ele um prestador de serviços do Estado que está arranjado e alicerçado para manter o capitalismo.

A condição do servidor público em estar na sociedade capitalista o torna “tão produtivos quanto os trabalhadores, pois, ao expandirem o domínio do consumo material, crescem o da produção” (Marx, 1980, p. 263), e na mesma condição dos demais assalariados, não sendo detentores dos seus meios de produção, instrumentos e do produto do seu trabalho. Assim, trabalhadores o são, independentemente da relação que se estabelece na cadeia produtiva no contexto capitalista, que se revela vivo, e a cada crise se reorganiza pela exploração de todos, condicionando-os a um trabalho precarizado e acirrando antagonismos nas relações que se estabelecem no cotidiano. Trazer essa leitura da realidade a todos os servidores revela-se um trabalho para o(a) assistente social, no sentido de identificar todos como pertencentes à mesma classe, como revela a fala da entrevistada nº 1:

[...] eu como trabalhadora, eu tento ajudar esse servidor a pensar os processos de trabalho. A pensar o que é do trabalho, da instituição, dele, entendendo qual é a lógica de estar inserido ali, e ver quais as condições de resistência que ele pode ter, que tipo de ações de

protagonismo ele pode ter, o que ele vai ter que se dar conta que ele não vai poder mudar mas que não é dele, tentando tirar ele dessa questão de objeto de rh. Tentando ver com ele que outras parcerias ele pode ter no espaço de trabalho com ações do grupo de servidores e inclusive chefia, porque a chefia também é um trabalhador que muitas vezes é exigido coisas que ele nem se dá conta, não é permitido entender qual é o papel dele e acaba sendo um executor. Então qualquer trabalhador, seja chefia, ou servidor, a tentativa é isso, de entender aonde ele está, qual seu papel e o sentido e significado do trabalho dele, o que ele pode modificar, com quem ele pode se aliar, pra poder criar alternativas pra um processo de trabalho melhor (AS 1, 2019).

Os trabalhadores do serviço público têm admissão através de processo seletivo e adquirem estabilidade após o período de três anos em estágio probatório, com avaliações periódicas. A estabilidade do servidor público, ou seja, o impedimento de livre exoneração a critério da administração sem o devido processo administrativo disciplinar ao qual seja assegurada a ampla defesa, é contraditório, é dissonante dos critérios capitalistas. Para os empregadores da esfera privada, devido ao exército de reserva (MARX, 1988), a substituição da força de trabalho é livre e sem critérios, por vezes desrespeitando a própria CLT, e as justificativas são inúmeras, como não atingir metas, fuga de encargos trabalhistas, casos de adoecimento, dentre outras situações as quais consideram ameaçadoras a obtenção de mais-valia.

Dos modelos de gestão administrativos, os governos inserem as exigências aos seus trabalhadores, como produtividade e meta, mas não oferecem as vantagens que estes mesmos modelos de gerenciamento têm. Lápiz e Merlo (2007) assinalam que o serviço público se caracteriza como um “Frankenstein”, que possui modelos de gestão híbridos com traços do taylorismo, fordismo e toyotismo, sem oferecer o salário fordista, nem a possibilidade taylorista de crescer na carreira, tampouco a valorização e a autonomia dos toyotistas.

Preconiza-se ao senso comum que o servidor público trabalha e produz pouco; entretanto, percebe-se que o enxugamento da máquina pública impõe mais horas de trabalho, mais metas a serem atingidas e responsabilidade total ao servidor nas dissonâncias e desvios da finalidade pública do cumprimento da função social do Estado prestador de serviços:

Verifica-se, na prática, uma verdadeira campanha caracterizada por atitudes de desprezo, discriminação, descrédito e desvalorização direcionada a este setor. Por público considera-se tudo que é ineficiente, associado ao desperdício, à corrupção, à falta de controle

e coordenação, e o privado é apontado como o lugar da eficiência e dos resultados (RIBEIRO e MANCEBO, 2013, p. 199).

Não raro, discursos que depreciam a condição do servidor público se apresentam, e o que fica em segundo plano nas narrativas são os desinvestimentos no serviço público. A falta de recursos voltados à manutenção dos serviços precariza o trabalho do servidor em seu cotidiano, e uma vez que a interface do seu trabalho é a atuação direta com a população, na mediação das políticas públicas com o usuário destinatário dessas políticas, sofre as críticas que deveriam ser direcionadas aos princípios de um Estado regido pela ótica neoliberal. São serviços como educação, transportes, órgãos de trâmites burocráticos e especialmente a saúde pública. As mídias tradicionais e as redes sociais trazem publicamente um lado da precarização responsabilizando o servidor pelas ineficiências de um sistema que falha ao estabelecer condições de trabalho minimamente adequadas:

Isso é outra coisa adoecedora no serviço público, esta tarja do servidor público está sempre buscando a benesse, sempre querendo vagabundear, isso eu acho que é adoecedor. Tu ter que fazer horas excessivas, trabalhos adoecedores, sem se proteger e sem poder fazer uma crítica disso, como se o bom fosse aquele que aguenta tudo, e ainda sorri (AS 1, 2019).

O Estado que representa os interesses da acumulação capitalista e se arranja sempre a seu serviço, dificilmente prestará as condições necessárias para a melhor oferta dos serviços públicos. Portanto, ainda que constitucionalmente existam os dispositivos que garantem a prestação dos serviços, na lógica capitalista, estes são utilizados em seu benefício e sua manutenção. O adoecimento é uma das manifestações na vida dos trabalhadores, nessa relação perversa com o sistema capitalista:

Na lógica que eu compreendo do trabalho este é um dos grandes adoecedores sociais. Aí que tá a contradição capital trabalho, onde o trabalhador fica em desvantagem sempre. Ainda se tem a lógica do trabalhador depender do dono do trabalho, e não o dono do trabalho depende da gente, né, que está em desvantagem sempre. Então eu acho que todos os processos de trabalho nesta lógica eles são adoecedores. Como eu disse antes, não é pensado num espaço de trabalho pro trabalhador. No mobiliário, na luminosidade, nas cores das paredes... sei lá... qualquer coisa que se pensasse pra que ele se sentisse bem. Ele tá ali, de qualquer jeito executando o trabalho (AS 1, 2019).

Quanto aos processos de adoecimento dos servidores, há uma tendência nas gestões de lançá-los como unilateralmente como responsáveis pela sua condição, especialmente quando exigem afastamentos do trabalho. Todavia, as defasagens impostas e a precarização nos serviços são reveladas como estruturais e que também podem ser o nexo causal dos afastamentos, em um ciclo que se perpetua, como reforça o pensamento do(a) assistente social entrevistado(a):

[...] vejo a avaliação social muito mais como dar visibilidade a estas outras questões da gestão da organização, da estrutura que impacta nessa condição. A gente vê na avaliação laboral, questão de mobiliários inadequados, de sobrecarga de trabalho, falta de pessoal, de tu não ter ambiente, não ter um banheiro, de ausência de equipamentos que a gente vê que adocece, e as questões psiquiátricas, que as pessoas estão em contato com a violência, precarização, nas escolas as crianças sem acesso a nada as famílias sofrendo, isso aí vai, as pessoas vão absorvendo essa carga, serviço de saúde mental, e as pessoas vão adoecendo (AS 4, 2019).

Portanto, apesar de existir um arcabouço legal que regulamenta as condições mínimas de trabalho e políticas de atenção à saúde dos servidores públicos, há que se questionar se, de fato, existe a operacionalização de tais garantias, articulando com instâncias que promovam ações que visem à promoção de saúde, prevenção e redução de agravos, propondo coletivamente políticas ampliadas que trabalhem os agravos dos modelos de trabalho que impactam na saúde dos servidores. Percebe-se que no processo reflexivo do(a) assistente social, a organização do trabalho pode ir para além das ações focalizadas, conforme assinala o(a) entrevistado(a):

A gente não tem uma diretriz, nem uma política ampliada de saúde do servidor, né. Temos alguns setores que são distintos, que deveria ser do trabalhador, e nem isso é, que trabalha com as questões da saúde, mas está dentro de uma secretaria de gestão e a gente tem um setor dentro da secretaria de saúde, saúde ocupacional, que utiliza verba do sus pra fazer esse atendimento, mas trabalha sob a ótica de perícia (AS 3, 2019).

A questão político-partidária, expressão vista como natural no serviço público, figura como desafio no cotidiano do servidor público. Schünke e Giongo (2018) entendem, a partir de suas investigações, que a cultura organizacional que rege o funcionamento do contexto de trabalho no serviço público é pautada em valores políticos, em que residem as práticas clientelistas, evidenciadas no cotidiano de trabalho através da conduta dos gestores, por vezes com perfil “político” e não

“técnico” para ocupar espaços na administração pública, revelando-se como um fator desencadeador de sofrimento para servidores:

Nesse caso, a máquina pública é utilizada como meio para a manutenção e a perpetuação do poder político. Esse paradigma destoa da missão pública, fazendo com que a administração se perca em seu fim. A existência dessa cultura organizacional possibilita práticas clientelistas, por meio da concessão de favores e da manutenção de cargos públicos em troca de apoio político. Essa lógica de funcionamento acarreta sofrimento moral, fragilizando os servidores que acabam por resignar-se sem perceber possibilidades de intervenção (SCHÜNKE e GIONGO, 2018, p. 455).

No contexto desse estudo, a questão político-partidária surge nos relatos como “atravessamentos políticos”, ou seja, o aparelhamento no serviço público. No relato dos(as) assistentes sociais, dentre muitos aspectos se evidenciam no despreparo de chefias para lidar com os conflitos que surgem nas relações de trabalho, delegando, então, ao Serviço Social a resolução da questão “servidor problema”. Revela-se, na condução do trabalho entre os gestores e os servidores públicos municipais, a manutenção de relações precárias, nas quais impactos severos são elencados à saúde dos servidores, conforme constata-se com o relato do(a) assistente social:

O subaproveitamento, final do ano passado, a prefeitura editou uma portaria que movimentava todos os servidores cedidos. Que deveriam retornar para a sua secretaria de origem. “Todos”. Todos mas tiveram alguns (com apadrinhamento político) que não retornaram. E no retorno, muitos não tinham os seus postos de trabalho, não tinham mais suas atividades, e aí teve uma (servidora) que ficou três meses sentada esperando que a chefia dissesse o que ela tinha que fazer. E aí foram dadas, nos casos que a gente atendeu, atividades na qual foram subaproveitadas. Tinham que voltar, sendo que no local tinham projetos em andamentos, tinham atividades, tudo, tudo foi abortado para que ficasse sentado na secretaria de origem (AS 2, 2019).

A lógica de exigir no serviço público a produtividade designada ao setor privado é deveras dissonante. Em uma perspectiva de olhar amplamente para todas as esferas envolvidas, o chefe no serviço público designado para atividades específicas também encontra entraves de uma organização pública que não tem os investimentos necessários para a execução do trabalho. Apresenta-se, abaixo, no relato do(a) assistente social, como são fragmentadas as relações de trabalho, mecanizadas, despreocupadas com as condições de vida dos servidores em um processo de culpabilização no adoecimento, em que este profissional é apontado como mais um ou menos um, na esteira da produção:

[...] também tem muitos atravessamentos, às vezes a expectativa da chefia não é a mesma do servidor, então se cria um contexto bem complexo para que a pessoa se insira e se desenvolva, então depois tem as demandas que vem das chefias, ao mesmo tempo a gente vê que é contraditório, porque, a chefia quer um servidor que produza, então a gente tenta trabalhar com todos os atores, chefia e servidor, pra que o trabalho se de uma forma mais saudável, porque o serviço no final é pra população, então quanto mais o trabalhador tem satisfação no q faz melhor será a entrega, mas a chefia vem numa lógica de produtividade, dificilmente uma chefia está preocupada com a saúde do servidor, tem uma ou outra assim, então tem a questão de conflito, de faltas então a gente também tem q fazer o trabalho com todos os atores envolvidos, a gente sempre busca uma perspectiva de não culpabilizar o trabalhador.

Tais aspectos se perpetuam no serviço público e encontram, na organização do trabalho, nos moldes da administração gerencial, condicionantes que dificilmente mostram aos servidores outras formas de relacionamentos interpessoais que favoreçam a organização coletiva, que se faz necessária para pensar e tensionar modos ou modelos de gestão para além das exigências, proporcionando condições de trabalho e o pensar a saúde do servidor como elemento obrigatório para a redução do absenteísmo e presenteísmo, condições expressamente subjetivas e que ampliam a possibilidade de acarretar outros agravos à saúde. Pensar os modos de promoção e proteção da saúde dos servidores não se refere apenas a organizar espaços institucionais para que o servidor se mantenha produtor, mas sim, conforme as premissas do SUS, refletir na perspectiva de emancipação. Assim, em seu espaço de trabalho, o profissional desenvolverá suas atividades na concepção de promoção da cidadania e do bem comum, matriz do serviço público no atendimento às necessidades da população a quem destina sua jornada de trabalho.

Esse cenário reafirma a relevância de efetivar práticas no âmbito do serviço público que respeitem o servidor na sua singularidade, nas propostas de trabalho que o motivam a estar nesse contexto de trabalho, possibilitando o seu exercício. Pensar e executar ações de prevenção, de atendimento qualificado que escute e que revele, de acordo com a especificidade de cada contexto, o que é prioridade para a coletividade dos servidores, e não meramente executar as expectativas da gestão gerencialista que promove o individualismo, produtivismo, desagregação e o não reconhecimento e pertencimento do outro enquanto par, que sofre e vivencia as mesmas mazelas de um contexto de precarização.

No âmbito das políticas sociais, o Serviço Social é elemento importante e necessário para a execução das ações que se desenvolvem interdisciplinarmente, contribuindo para a organização, consolidação e ampliação dos processos de trabalho. Para tanto, trabalhar-se-á as demandas que se apresentam metodologicamente integradas ao projeto ético-político. Nesse sentido, o próximo capítulo discorre sobre o projeto ético-político do Serviço Social, na perspectiva das ações nos espaços vinculados à saúde dos servidores público municipais, no intuito de subsidiar a reflexão sobre as possibilidades no cotidiano de trabalho do(a) assistente social.

3 PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: LEGITIMIDADE NOS ESPAÇOS VINCULADOS À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS NO ESTADO DO RS

O Serviço Social, profissão inscrita na divisão social do trabalho, é solicitado a atender ética e politicamente às diversas expressões da Questão Social advindas do modo de produção capitalista e aos impactos das transformações da sociedade no cotidiano dos trabalhadores.

Analisar os eventos e os processos ocorridos, as condições históricas que envolveram o surgimento e influenciam o Serviço Social, é de relevância e necessita do resgate e revisão constantes. A história do Serviço Social caracteriza-se como um linear de acontecimentos e fatos configurados no tempo e no espaço, vindo, ideologicamente, interligando-se às condições sócio-históricas desde sua gênese, amadurecendo enquanto trabalho. Portanto, realizar um breve apanhado histórico acerca do Projeto Ético-político do Serviço Social, resgatando na literatura e nas produções os principais condicionantes do amadurecimento profissional, é relevante para situar os determinantes históricos da trajetória do Serviço Social brasileiro, traçando paralelos de como o trabalho do(a) assistente social era e como torna-se um devir na contemporaneidade.

O Serviço Social brasileiro e sua institucionalização vem dos anos 1930 e 1940, um processo que não pode ser definido como natural ou um episódio isolado. Entende-se que existiram dois processos que se relacionam e produziram as condições para que o Serviço Social se constituísse no país e iniciasse sua trajetória. De acordo com Netto (2009), o redimensionamento do Estado, que intervém nos processos econômicos para a ascensão da burguesia, modifica-se estrutural e funcionalmente, ou seja, “no capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas” (NETTO, 2009, p. 25). Para Forti (2013), isso evidencia-se através das políticas sociais que funcionam como

[...] elemento funcional, estratégico da ordem monopolista, por constituir(em) a resposta necessária aos interesses da burguesia e à conseqüente necessidade de legitimação do Estado burguês face as “novas” configurações dos conflitos de classe, suscitados por essa ordem do capital e pela conseqüente conformação política dos movimentos operários – mecanismo tomado como eficiente para aplacar os conflitos que ameaçam pôr em xeque a ordem societária estabelecida, ou seja, os antagonismos da relação capital/trabalho,

objetivados nas múltiplas e tipificadas expressões da “questão social” (FORTI, 2013, p. 51).

O segundo elemento que constituiu o Serviço Social brasileiro vincula-se aos movimentos religiosos da Igreja Católica, que visava à retomada da hegemonia ideológica via Ação Católica, que almejava a reconstrução da sociedade. Iamamoto (2015) versa que a missão dessas ações para além da divulgação da doutrina católica buscava também a reforma social através da reconstrução da sociedade:

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no “mundo temporal”, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa (IAMAMOTO, 2015, p. 18).

Até os anos de 1940, o caráter religioso reforça o capitalismo devido à conjuntura que separa o mundo ocidental em dois blocos; a postura que o país assume em combater o comunismo faz com que a profissão ainda mantenha uma intervenção conservadora, mesmo que as Escolas assumam novas teorizações e avancem na cientificidade:

[...] se articula um tipo de profissão parametrada em determinados valores políticos e ideológicos que definiram, diferentemente, o seu objeto de intervenção e que estabeleceram uma série de formas institucionais (que vão desde a constituição das escolas até a elaboração de revistas próprias, onde se divulgava um pouco do ritual profissional) de validação do exercício profissional. Em nenhum momento desse período, é perceptível a preocupação com uma afirmação profissional específica (ANDRADE, 2008, p. 290).

A cientificidade do Serviço Social brasileiro nesse período vincula-se ao higienismo proposto pela medicina e aos valores humanistas morais da Igreja Católica, predominantes no país, assumida então como religião oficial pelo Estado. No decorrer dos anos de 1940, no contexto da exigência capitalista em dominar os países que viviam sob a ingerência da Inglaterra, surge o termo Desenvolvimento de Comunidade, utilizado pelo governo inglês com o intuito de auxiliar os países na conquista da independência. Através do Desenvolvimento de Comunidade, havia o estímulo à participação comunitária, almejando melhores condições de vida, afirmando-se como uma estratégia de ação da Inglaterra aos outros países.

O Desenvolvimento de Comunidade foi instituído pela Organização das Nações Unidas na fase posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, no período denominado Guerra Fria, liderada pelos Estados Unidos e pela Rússia, mas o Desenvolvimento de Comunidade claramente objetivava afastar qualquer possibilidade de implementação da ideologia comunista:

[...] as preocupações da ONU para com as áreas subdesenvolvidas se aliam às preocupações da OEA e do governo americano. Expande-se, assim, o DC no final da década de 50, numa perspectiva de modernização dos diversos setores de vida das populações subdesenvolvidas. Esta expansão traz como consequência a abertura de um mercado de consumo para os produtos industrializados e a modernização da mão de obra para preencher as exigências do mercado de trabalho penetrado pelo capital monopolista. Nessa região a problemática própria da penetração do capital monopolista tende a ser projetada como problema cultural da população (SOUZA, 2004, p. 43).

Atribuiu-se ao Serviço Social, nesse momento, o Desenvolvimento de Comunidade como método, sob as premissas de se atingir o crescimento de ordem econômica e o progresso, tal qual demandavam os grupos dominantes:

No Brasil, pós década 1940, ocorre uma consolidação da americanização do Serviço Social, inaugurando a famosa trilogia: “Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade”. Período em que se conviveu simultaneamente com debates brasileiros e latino-americanos sobre o subdesenvolvimento e desenvolvimento. A influência norte-americana na profissão se deu por meio da intensificação dos intercâmbios com bolsas de estudos ligados à Política da Boa Vizinhança (EUA) na década 1940 que promoveu intercâmbio formativo de assistentes sociais brasileiras em solo norte-americano (SCHEFER; CLOSS; ZACARIAS, 2018, p. 9).

Nos anos de 1960, o Serviço Social assume inquietações quanto aos seus referenciais teóricos, e passa a integrar a conjuntura histórica da época, de intenso movimento político-cultural, que reuniu profissionais, intelectuais, trabalhadores, segmentos médicos e classes populares em torno da luta anti-imperialista na defesa de projetos de transformação social (YAZBEK, MARTINELLI, RAICHELIS, 2008, p. 16). As manifestações político-revolucionárias em toda a América Latina se iniciam como resposta às desigualdades advindas da crise mundial do padrão de acumulação capitalista a partir da Segunda Guerra Mundial e pela política econômica desenvolvimentista, que a partir da década de 1950 amplia as bases de implementação do capital monopolista, agravando as contradições e desigualdades sociais e acirrando as lutas sociais na década de 1960 (BARROCO, 2010, p. 104).

Diversos segmentos da sociedade brasileira somam forças com a América Latina, e o Serviço Social passa a questionar criticamente a realidade e as suas práticas profissionais. Os movimentos populares cresciam exponencialmente em organização e mobilização. Paralelamente, a burguesia uniu-se aos militares, visando controlar as manifestações e qualquer movimento que colocasse em xeque seu domínio. Em 1964, então, ocorre o golpe de Estado, implementando uma ditadura no país, sendo esta agressiva e violenta no combate às organizações populares. O fechamento político-militar do regime determinava uma retração de todos os movimentos de natureza social (MARTINELLI, 1997, p. 141).

Silva (2002, p. 29) assinala que o período da Ditadura Militar marcou severamente o Serviço Social brasileiro, porém emerge, neste lapso temporal, uma vertente crítica que buscou a renovação profissional, ocorrendo a incorporação de novas possibilidades teóricas de vanguarda para o trabalho do(a) assistente social. Dentre os fatores que deram possibilidade para que isso acontecesse, estão a revisão crítica que ocorreu no campo das ciências sociais e a apropriação das correntes filosóficas vinculadas ao pensamento cristão progressista e à aproximação com o marxismo, propostos pela reconceituação. Esse movimento de reconceituação se dá durante o período de 1960 e 1970, e se caracteriza por um amplo movimento de renovação profissional em diferentes níveis: teórico, metodológico, técnico/operativo e ideopolítico. Traz, em suma, aos assistentes sociais a necessidade de construir um novo projeto profissional, comprometido com as demandas e interesses dos trabalhadores e das camadas populares usuárias das políticas públicas (YAZBEK, MARTINELLI, RAICHELIS, 2008, p. 16).

O Serviço Social no Brasil, nos anos de 1960 a 1970, integra, em seu trabalho, o projeto profissional que se compromete com a classe trabalhadora e com as camadas usuárias das políticas públicas, a partir de ideais advindos do Movimento de Reconceituação que iniciou por toda América Latina. Esse projeto caracteriza-se por uma renovação profissional em várias esferas, a saber: teóricas, metodológicas, técnico-operativas e ideopolíticas. Um projeto, em sua concepção, pressupõe teleologia e aponta para a direção à qual uma sociedade e uma categoria edificam para realizar o que aspiraram. Nesse sentido, pode-se diferenciar os projetos profissionais dos projetos societários:

Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como

propostas para o conjunto da sociedade. Somente eles apresentam esta característica – os outros projetos coletivos (por exemplo, os projetos profissionais,...) não possuem este nível de amplitude e inclusividade (NETTO, 2009, p. 2).

Os projetos societários são compreendidos como projetos de classe, para o conjunto da sociedade. Já os projetos profissionais, apresentam a imagem do profissional de forma coletiva, elencando valores que dão legitimidade para estes:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 2009, p. 4).

A construção do projeto profissional do Serviço Social brasileiro situa-se na transição da época ditatorial ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, dos anos de 1970 aos anos de 1980, trazendo, em seu cerne, a recusa das práticas conservadoras que existiam até então, ressignificando as intervenções tradicionais e trazendo para o debate as conquistas dos direitos e a questão social, construindo um novo perfil profissional.

O marco histórico da ruptura com o conservadorismo se dá no III CBAS, no ano de 1979, realizado na cidade de São Paulo, conhecido como o Congresso da Virada. Em verdade, esse movimento se dá durante toda a trajetória do Serviço Social brasileiro, em diversos momentos, através da cientificidade, de produções e teorizações que se aproximam do marxismo, ainda que timidamente, dado o momento histórico ditatorial que considerava qualquer leitura crítica que questionasse o regime, determinando-as como subversivas.

O engajamento político junto aos movimentos sociais foi determinante na busca pela compreensão do significado do Serviço Social, bem como a participação nos debates profissionais junto às entidades latino-americanas. O questionamento crítico provocou os tensionamentos necessários à profissão na busca da superação da neutralidade, reafirmando o compromisso junto à classe trabalhadora.

No ano de 1979 ocorreu, nos dias 23 a 28 de setembro, promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, em São Paulo, o III Congresso Brasileiros de Assistentes Sociais, o “Congresso da Virada”, em que os assistentes

sociais legitimaram a direção ética, prática e teórica do trabalho do(a) assistente social. Guerra (2009) revela que nesse Congresso ocorreram mudanças no Serviço Social, a saber: (1) ampliação e laicização da profissão; (2) vinculação sócio-política com a classe trabalhadora; (3) inserção acadêmica e científica da profissão; (4) militância política na profissão contra a ditadura; (5) criação de uma proposta metodológica de trabalho; (6) desenvolvimento das entidades organizativas da profissão, como conselhos regionais e o conselho federal; e (7) mudança no perfil profissional.

Nos anos de 1980, as produções científicas do Serviço Social tiveram significativo avanço teórico e metodológico, tratando de questões como as políticas sociais e os movimentos sociais, concomitantes ao processo de superação do regime ditatorial brasileiro, que culminaram na reabertura democrática. A partir da década de 1980, o Serviço Social passa a ser compreendido como “uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo na sociedade” (IAMAMOTO, 2015, p. 22). O Serviço Social brasileiro renovou-se, rompendo com as teorias utilizadas até então, bem como com a estrutura tradicional hegemônica, e o conservadorismo no Serviço Social passa a ser questionado e superado enquanto hegemonia. Barroco (2010) versa que

No contexto da reorganização política da sociedade civil, em defesa da democratização e da ampliação dos direitos civis e sócio - políticos, os valores ético - políticos inscritos no projeto profissional de ruptura adquirem materialidade, o que evidencia na organização política da categoria, na explicitação de ruptura com o tradicionalismo profissional e no amadurecimento da reflexão de bases marxistas (BARROCO, 2010, p. 168).

Outro balizador do projeto ético-político que surgiu no ano de 1986 é o Código de Ética, a lei de regulamentação da profissão tratada como o primeiro ato legal com o órgão de fiscalização do trabalho do(a) assistente social, chamado CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais, hoje CFESS. O Conselho tem uma concepção de afirmação de compromissos e normatizações, delimitando os compromissos profissionais.

O Código de Ética de 1986, embasado pelo materialismo histórico e dialético, redimensiona os valores elencados pelos assistentes sociais. Para Barroco (2010), o Código buscava a garantia de um trabalho voltado para as necessidades dos usuários, comprometido com a classe trabalhadora, mas a maneira como foi posto, enquanto

Código de Ética Profissional, sem estabelecer mediação com valores inerentes à ética em si, reproduzia uma visão abstrata, tal qual ao que se pretendia negar.

Ressalta-se que nos anos de 1980 a 1990, a produção coletiva das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social também agrega valores, dando materialidade ao projeto ético-político. Tais diretrizes demonstram as bases da formação profissional, servindo como referência para as instituições de ensino elaborarem seus currículos plenos (PEREIRA, 2007).

O Código de Ética de 1986, por apresentar algumas fragilidades na sua operacionalização e no cotidiano de trabalho, passou por revisão, culminando no Código de Ética de 1993. Para além da sistematização, preservação dos direitos e dos deveres profissionais e da responsabilidade frente à prestação de serviços diante dos usuários, o Código de Ética de 1993 reafirma valores fundamentais, como a liberdade e a justiça social, ultrapassando as limitações impostas pela burguesia, que limitam o desenvolvimento da cidadania. Tem-se, então, a hegemonia de um Código que expressa o projeto ético-político do Serviço Social, ao qual contrapõe qualquer valor preconizado pelo capitalismo e visa a redimensionar a perspectiva do trabalho em favor da população, percebendo-se a concepção crítica da ordem burguesa, que explora, expropria e sonega os direitos da classe trabalhadora.

O Projeto Ético-político amadurece paralelamente às transformações na sociedade, promovidas pelo neoliberalismo e pelos modelos de acumulação flexível. Por dar condição política pelas lutas e defesa da democracia, não representa apenas um conjunto de normas e leis, demonstrando um posicionamento ético e político para que tais lutas se efetivem através de uma visão crítica da realidade.

Teixeira e Braz (2009) agregam aos princípios e valores três componentes para a concretização do Projeto ético-político no trabalho do(a) assistente social, construídos pelos próprios assistentes sociais, a saber: a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, as quais a dimensão investigativa da profissão está em sintonia com as tendências teórico-críticas que rompem com a postura conservadora; as instâncias político-organizativas da profissão, que envolvem fóruns de deliberação e entidades da profissão, subentendendo que o espaço ético-político pressupõe-se democrático e de construção coletiva; e a dimensão jurídico-política da profissão, na qual se constitui o arcabouço legal e institucional da área, que abrange leis e resoluções, documentos e textos políticos do Serviço Social.

O Código de Ética de 1993 revela-se como uma expressão do Projeto Ético-político, surgindo a partir da necessidade de dissolução das práticas conservadoras inerentes ao Serviço Social até então, pois ainda que o movimento de reconceituação apontasse as necessidades de romper com tais perspectivas, ainda não havia ocorrido uma completa ruptura, já que o conservadorismo remontado à gênese ainda permanecia:

[...] o Código contribui para o processo contraditório de construção de uma nova moralidade profissional direcionada socialmente para a ruptura com o conservadorismo e para a construção de uma nova cultura profissional democrática que colide com a hegemonia política do capital; uma direção estratégica (BARROCO, 2010 p. 206).

O Serviço Social caracteriza-se como um trabalho que possui grande relevância social, e historicamente intervém nas diversas realidades que advém das manifestações da questão social, impostas pelo capitalismo. Hoje as ações profissionais são norteadas pelo Projeto Ético-político, resultado de um processo histórico intenso de construção em torno de implicações éticas da profissão.

Destacados todos esses elementos históricos da profissão, determina-se o Projeto Ético-político do Serviço Social como a base indissociável do trabalho do(a) assistente social. Para que seus princípios sejam materializados, o fazer deve trazer a liberdade como valor ético central, a autonomia, a emancipação e a consolidação da cidadania, a defesa intransigente dos direitos humanos, a defesa e o aprofundamento da democracia, o posicionamento em favor da equidade e justiça social, o empenho na eliminação de toda forma de preconceito e a garantia do pluralismo, optando-se por um projeto vinculado a um processo de uma nova ordem societária, de articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios do Código, com compromisso com a qualidade dos serviços prestados e o trabalho do(a) assistente social com vistas a não discriminar e ser discriminado. Tais premissas são observadas no relato do(a) assistente social:

O Serviço Social é a única profissão que tem um código de ética que te diz, qual é o lado que tu tem que estar, e que tu está ao lado da sociedade, da fragilidade, da desigualdade, das contradições, buscando o contrário, transformar a sociedade em uma mais igual, né, que as pessoas sejam mais felizes, mais emancipadas e que as divisões sejam mais justas, então eu acho que assim, eu acho que é fantástico. O grande problema são as contradições no lugar que tu trabalha e tu nunca perder isso de vista, trabalhar para que realmente isso aconteça, tu ter argumentos consistentes, pra poder discutir isso com outras categorias que acham que isso é uma balela, e que tu estar ao lado da fragilidade, pra eles essa fragilidade é considerada dentro

da meritocracia, pessoas que não são esforçadas, não querendo, não se esforçando (AS 1, 2019).

Os princípios são amplos, se comparados aos que constituíram os códigos anteriores, e se apresentam ao(a) assistente social como elementos fundamentais para o trabalho frente às requisições que se expressam no cotidiano:

[...] eu vejo a minha intervenção muito mais voltada pra essa dimensão de participação, de democratização, do que com um olhar exclusivo relação laboral, acho que a avaliação social ela vai ter esse impacto direto, esse olhar na saúde do sujeito, eu vejo a avaliação social muito mais como dar visibilidade a estas outras questões da gestão da organização, da estrutura que impacta nessa condição (AS 4, 2019).

Cabe ao(a) assistente social a constante vigilância aos princípios, através de competências profissionais, buscando formação permanente e postura investigativa. É relevante o conhecimento do Projeto Ético-político por parte dos assistentes sociais, para que possam pautar seu trabalho de forma efetiva nos diversos espaços sócio-ocupacionais aos quais se inserem. Por todos esses aspectos, para além do dever de cada profissional em conhecer o Projeto Ético-político, deve-se conhecer e colocar em prática por meio dos serviços, projetos e demais ações comprometidas com questões éticas a garantia da qualidade dos atendimentos que o Projeto Ético-político toma materialidade e concretude:

O projeto ético-político encontra-se num momento crucial de sua trajetória, que é expressão também da própria trajetória da profissão. E o momento é crucial porque remete à manutenção ou não das bases teóricas, organizativas e ético-políticas do projeto coletivo da profissão que mudou as feições do Serviço Social brasileiro nos últimos 30 anos. A sua reafirmação depende, não exclusivamente, tanto das respostas políticas que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais (...) quanto das ações dos profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas (TEIXEIRA e BRAZ, 2009, p. 16).

É nessa égide da indissociabilidade que o trabalho do(a) assistente social se conflui entre as bases intelectuais que se reafirmam dentro das universidades a partir da formação e nos processos interventivos no cotidiano de trabalho, articulados com as instâncias representativas da categoria, a saber:

[...] as associações profissionais, as organizações sindicais e, fundamentalmente, o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social), a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), além do movimento estudantil representado pelo conjunto de CAs e DAs (Centros e Diretórios Acadêmicos das unidades de ensino) e pela

ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social)
(BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p. 8).

Para além destas instâncias da representatividade profissional, destacam-se também os conselhos e entidades que convocam a participação popular, como assinala o(a) assistente social entrevistado:

Olhando tudo o que tá acontecendo no nosso país e no mundo, eu penso que um grande caminho que eu consigo vislumbrar pra melhorar tudo isso, é a participação popular, que a gente tenha mais mecanismos em que as pessoas não só votem, mas os conselhos entidades funcionem mais, enfim, o que tiver de instância, de participação que estes espaços devem ser valorizados, e ampliados e enquanto isso não crescer a gente não tiver esses mecanismos a gente vai ter problemas (AS 4, 2019).

Consideram-se todos os elementos históricos que constituíram a profissão e as contradições entre as classes que afirmam a profissão. Contudo, aos assistentes sociais pesquisados(as) não se percebe uma postura acrítica, que declara um projeto inviável de se materializar no cotidiano:

A gente segue a concepção da política de pensar nesse nosso usuário, sempre lembrando qual o nosso papel aqui dentro, falamos muitas vezes da questão da neutralidade, a gente não tem, tem que ter bem claro a nossa posição ideológica, em seguindo o projeto ético-político profissional. Quando a gente entra aqui, foi colocado que eramos agente de recursos humanos. Em nenhum momento a gente aceitou isso. A gente tá dentro de uma área de gestão mas nunca esquecendo que o nosso trabalho é o trabalho do assistente social (AS 8, 2019).

As profissões são orientadas e organizadas por projetos profissionais. Assinala-se, na realidade brasileira atual, o aceleração da desigualdade social que se expressa nas desigualdades: etária, de classes, na saúde, de gênero e racial, em que o trabalho do(a) assistente social revela-se como de extrema relevância pela natureza do seu projeto, que é a autoimagem da profissão, e pela sua vinculação com a transformação da sociedade:

O Projeto ético-político profissional pressupõe uma norma social sem dominação classe gênero, raça, um processo mais igualitário, dentro de um todo, mas tem uma questão que é do nosso modelo econômico político que tá enraizado, então acho que ter uma nova ordem, e, eu fico muito feliz assim, acho que de ter acordado pra algumas coisas do meu processo, eu acho que muito tempo eu vim num processo de alienação muito grande, e quanto tu desperta para algumas questões não tem como tu desver. Eu acho que nosso projeto ético-político, tem muito a ver, eu me sinto muito empoderada, muito motivada. Esse momento de articulação é do assistente social. Eu não faço nada sozinha, mas faço essa articulação (AS 9, 2019).

A relevância do Projeto Ético-político profissional também é vinculada aos processos formativos, em que a teoria e a prática não se desassociam e possibilitam à profissão a formulação de respostas qualificadas ante a Questão Social. Desta feita, o trabalho requer profissionais que possuam condições de propor e defender o seu campo dentro da instituição, extrapolando as ações pontuais, levando para a concretude os benefícios aos usuários que atende. O relato seguinte também traz a percepção da realidade dos contextos institucionais e o quanto o Serviço Social na instituição contribui na elaboração e reelaboração do trabalho:

O projeto ético político na atuação do assistente social é muito importante, pois ele norteia a ação revelando os princípios e finalidade da mesma. Além disso, ele capacita teórica e praticamente o profissional a vislumbrar as ideologias excludentes e viciadas da instituição onde sua prática é desenvolvida, permitindo a elaboração de metodologias comprometidas com as bases humanitárias da profissão (AS 6, 2019).

Pode-se vislumbrar que o(a) assistente social, ao se apropriar do Projeto Ético-político profissional, possui condições de compreensão das transformações societárias que este preconiza. Tais transformações não se situam apenas no interior da profissão e sim na realidade em que seu trabalho, permeado das competências profissionais, realizará a mediação necessária entre o trabalhador e a instituição, ou ainda entre a classe trabalhadora e a dominante.

No âmbito do serviço público municipal no estado do Rio Grande do Sul, espaços que pensam a saúde dos servidores se constituem e convocam o Serviço Social para compor suas equipes. Considerando todos os aspectos relacionados, busca-se, no próximo capítulo, contextualizar o trabalho do assistente social, localizando os aspectos históricos da formação da profissão e caracterizando o espaço de trabalho do assistente social nesse campo de trabalho, indicando a relevância desse profissional e compondo as equipes e o atendimento das demandas dos usuários que se apresentam.

4 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS ESPAÇOS VINCULADOS À SAÚDE DOS SERVIDORES

No presente capítulo, apresenta-se a análise dos resultados encontrados por meio da coleta de dados durante o processo investigativo junto aos(as) assistentes sociais que trabalham nos espaços vinculados à saúde dos servidores públicos municipais no estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, a estrutura inicia-se com a discussão do trabalho do assistente social, como esses profissionais definem seu trabalho, como elencam e trabalham com as demandas, a percepção sobre as dificuldades do cotidiano de trabalho e, por fim, a compreensão quanto ao Projeto Ético-político profissional e as possibilidades de materialização no cotidiano profissional.

O Serviço Social, profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, tem amparo legal na Lei nº 8.662/93, de 07 de junho de 1993, com alterações determinadas pelas resoluções CFESS nº 290/94 e nº 293/94, alicerçada pelo Código de Ética, por meio da resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993. O Serviço Social emerge do processo de produção e reprodução no bojo da sociedade capitalista e legitima-se pela capacidade de dar respostas às necessidades sociais provenientes das relações entre capital e trabalho:

O caráter social de seu trabalho só se manifesta no conteúdo do trabalho quando, como membro de um complexo social, produz para as necessidades dos demais, estando submetido a uma dependência social. Seu trabalho privado torna-se trabalho geral e seu produto um produto social, que responde as necessidades sociais. Tal se comprova pelo fato de que seu trabalho privado passa a constituir uma particularidade do trabalho social, um ramo que completa, um modo de existência do trabalho coletivo. É nesse contexto da divisão do trabalho que se pretende situar a profissão de Serviço Social (IAMAMOTO e CARVALHO, 1985, p. 18).

Cabe destacar o uso da categoria trabalho do assistente social, partindo da premissa que esta se constitui de uma totalidade formada pelas três dimensões da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, situando para além das terminologias comumente utilizadas, como “intervenção”, “ação”, “prática”, “fazer” ou “exercício” profissional:

Atribuir ao Serviço Social o caráter de “profissão interventiva” que deve oferecer respostas “prático-profissionais” para as contradições sociais compromete essa atuação ao exigir receituários que orientem o trabalho profissional sem considerar o processo sócio-histórico em

que ele se dá, reforçando e reeditando certo tipo de empirismo na profissão. Considerar o Serviço Social como determinada especialização do trabalho coletivo na divisão social e técnica do trabalho(...) supõe, necessariamente, situar a profissão para além da simples “intervenção”, “ação”, “prática”, “fazer” ou “exercício” profissional (terminologias farta e vulgarmente utilizadas como sinônimos) (SILVA e SILVA, 2015, p. 248).

O assistente social realiza seu trabalho respondendo às necessidades que são reveladas de diversas formas no cotidiano e que são matéria-prima do Serviço Social, as expressões da Questão Social. Tais respostas configuram-se a partir de políticas sociais propostas pelo Estado, que se revela para a categoria profissional, nas palavras de Yamamoto (2010, p. 425), como “[...] maior empregador, e condiciona a vinculação trabalhista do assistente social a de servidor público nas diferentes esferas, municipais, estaduais e federal”. Ainda, entende-se que os(as) assistentes sociais, na condição de servidores públicos, são cotidianamente desafiados a responderem

[...] ao hiato existente entre a intenção progressista do projeto profissional; espaços sócio-ocupacionais cada vez mais engessados, seja por políticas sociais precarizadas, por direitos sociais descaracterizados pelo avanço neoliberal; e/ou por locais de trabalho reestruturados e submetidos a uma lógica gerencialista que a tudo domina: tempo de vida e tempo de labor, forjando um homem desprovido do potencial ontológico do trabalho (VALLE e LEITE, 2018, p. 110).

Com a desoneração do Estado brasileiro impactado pela reestruturação produtiva, a conformação das políticas públicas, especialmente a partir dos anos de 1990, são propostas de forma assistencialista e fragmentada para atender as expressões da Questão Social, que se intensificaram ao longo desse período e que continuam acelerando, haja vista a ostensiva neoliberal que continua fortalecendo o capitalismo. O direcionamento das políticas sociais na década de 1990 revelam, através da focalização nos serviços sociais básicos e na pobreza, e principalmente na transferência para a sociedade civil e individualmente, a provisão social que o Estado deveria invocar para si. Nesse mesmo momento, amplia-se a inserção do trabalho do(a) assistente social nas políticas públicas, embora a ofensiva neoliberal desse período marque “a intensificação da precarização do seu trabalho e seus impactos, muitas vezes terceirizados, quarteirizados com grande aumento de contratação para projetos, com contratos temporários” (RAICHELIS, 2013, p. 626):

[...] política social como produto da relação dialeticamente contraditória entre estrutura e história e, portanto, de relações –

simultaneamente antagônicas e recíprocas – entre capital x trabalho, Estado x sociedade e princípios da liberdade e igualdade que regem os direitos de cidadania apresentando um contexto complexo que não condiz com a mera provisão ou alocações de decisões tomadas pelo Estado e aplicadas verticalmente na sociedade (PEREIRA, 2009, p. 166).

A inscrição das políticas sociais na lógica capitalista ameaça a relativa autonomia do assistente social nos processos de trabalho, colocando em xeque a dimensão intelectual do trabalho na perspectiva do Projeto Ético-político do Serviço Social. Os projetos de Estado inferem rebatimentos na profissão, o que exige atenção quanto aos preceitos profissionais que podem relativizar ou mesmo suprimir a criticidade, característica que o Serviço Social necessita para ir para além do aparente no atendimento às demandas, como revela Moraes:

Essas ameaças decorrem de práticas reduzidas preponderantemente ao imediatismo e com fragilidade nos vínculos com os valores do projeto profissional atual, determinadas pelas atuais exigências do capitalismo a partir das contrarreformas do Estado e suas injunções sobre a reconfiguração das políticas e instituições sociais e nos processos de “deformação” profissional no ensino público e privado, intensificado pelo EAD nos anos 2000. Tal realidade tem capturado o sêmen do pensamento crítico dos assistentes sociais, limitando-os ao trato da realidade aparente, restrita ao senso comum e desprovida de criticidade (MORAES, 2016, p. 591-592).

Evidencia-se, no segundo capítulo, o quanto as contrarreformas do Estado prejudicam os trabalhadores, e a categoria profissional também não ficou imune às sucessivas perdas de direitos trabalhistas e à diminuição salarial, o que ocasiona “a insegurança da vida dos profissionais pois as dificuldades impostas implicam na sua sobrevivência pois os assistentes sociais dependem da venda da sua força de trabalho para a sobrevivência” (IAMAMOTO, 2014, p. 633).

Os(as) assistentes sociais são historicamente contratados para o atendimento das necessidades sociais decorrentes das expressões da Questão Social, através da operacionalização das políticas públicas e sociais, mas com o amadurecimento da profissão, na sua perspectiva teórico-metodológica, ético-política e técnico operativo, seu trabalho passa também a ser solicitado nas demais esferas que se estabeleceram com as legislações pertinentes, dentre elas os programas que tratam das questões que envolvem a saúde do trabalhador:

Esses têm sido chamados a atuar em programas de “qualidade de vida no trabalho”, saúde do trabalhador, gestão de recursos humanos, prevenção de riscos sociais, círculos de qualidade, gerenciamento

participativo, clima social, sindicalismo de empresa, reengenharia, administração de benefícios estruturados segundo padrões meritocráticos, elaboração e acompanhamento de orçamentos sociais entre outros programas (IAMAMOTO, 2009, p. 130).

A Questão Social, e suas diversas expressões, é o objeto de trabalho do assistente social, que formula e implementa respostas para o seu enfrentamento através das políticas sociais. Frente ao referencial marxista, o profissional deve possuir a capacidade teórico-metodológica de decifrar as expressões da Questão Social que se apresentam no cotidiano, orientando e ordenando seu trabalho. Para Netto (1999, p. 71), “[...] a questão social, como matéria de trabalho, não esgota as reflexões”. Ela, ainda, serve para pensar os processos de trabalho de outrora, aos quais os assistentes sociais atuavam em uma perspectiva conservadora, sendo meros executores terminais de políticas sociais, emanadas do Estado ou das instituições que os empregam.

No cenário contemporâneo, compreende-se a Questão Social como o conjunto das desigualdades expressas na sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum, uma vez que a coletividade da produção social intensifica o trabalho socialmente ampliado. Contudo, “a apropriação dos seus frutos permanece privada, o que condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes, em tempos de capital fetiche” (IAMAMOTO, 2010, p. 38). Ainda para a autora, mesmo que as contradições se intensifiquem na sociedade capitalista, há possibilidades de resistência:

Questão social que, sendo desigualdade também é rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção de desigualdade e produção da rebeldia e da resistência que trabalham os assistentes sociais, situados neste terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou fugir deles porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2001, p. 28).

Cerqueira Filho (1982, p. 13) entende que a Questão Social é a “expressão do conjunto de problemas políticos, econômicos e sociais que a formação da classe operária e seu ingresso no cenário político desencadearam, no curso da constituição e desenvolvimento da sociedade capitalista”. O assistente social, inserido nos espaços vinculados à saúde do servidor público, tem como objeto as manifestações das expressões da Questão Social que impactam a vida dos servidores:

O assistente social ingressa nas instituições empregadoras como parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais, cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo, que assume perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais. Também a relação que o profissional estabelece com o seu objeto de trabalho -, as múltiplas expressões da questão social, tal como se expressam na vida dos sujeitos com os quais trabalha -, dependem do prévio recorte das políticas definidas pelos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas (IAMAMOTO, 2010, p. 421).

Portanto, o trabalho do(a) assistente social situa-se nas contradições inerentes ao modo de produção capitalista, dando respostas às solicitações do campo que o emprega enquanto trabalhador assalariado. Através da sua formação, agrega um conjunto de saberes com vistas a produzir respostas que atendam as demandas dos usuários, do mesmo modo ao seu empregador. Desta feita, o trabalho do(a) assistente social constitui-se em seu cotidiano a partir da compreensão que o profissional possui das dimensões constitutivas da profissão interventiva, ético-política, analítica e investigativa:

O trabalho do assistente social é riqueza, refletir sobre a prática, a gente via de regra somos profissionais que fomos criados pra viabilizar o acesso a direitos historicamente. Esse é um papel, mas o principal papel é o reflexivo, é poder ter uma prática crítica, então o nosso maior instrumento é esse, porque através de uma prática crítica da realidade, a gente vai conseguir fazer uma ação transformadora, se tu não refletir com o teu usuário sobre o contexto social, os mecanismos de opressão, tu vai ter uma prática que cumpre o papel que esperam de nós que mantêm o sistema vigente. Ficar refletindo que eu faço aqui, e porque eu faço isso. O que o meu usuário, no caso o servidor público, quando nos busca, qual o produto que eu preciso entregar pra ele (AS 2, 2019).

Nos diversos espaços ocupacionais, aos quais o trabalho do assistente social é requisitado, situa-se a justificativa de sua necessidade por via das políticas de atenção à saúde do(a) trabalhador(a). Através do amadurecimento da profissão é que está a compreensão das expressões da Questão Social, revelando-se, nas condições do mundo do trabalho, os impactos na vida dos(as) trabalhadores(as), relacionando os arranjos de forma direta com os processos de adoecimento: “A gente(assistentes sociais) tem isso bem claro, que o trabalho é desencadeador de sofrimento, mas isso é lançado como se o problema fosse apenas o servidor ou uma licença de saúde que é algo da saúde dele, mas a gente sabe que tem total relação com o trabalho” (AS 5, 2019).

No âmbito da saúde, duas resoluções legitimam o trabalho do assistente social como categoria profissional situada na saúde: Resolução nº 287, de 08 de outubro de 1998, do Conselho Nacional de Saúde, e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) através da Resolução nº 383/99, de 29 de março de 1999, ambos pautados no conceito de saúde definidos na 8ª Conferência Nacional de Saúde. O trabalho do(a) assistente social, por sua natureza e inserção na saúde, é respaldado pelas resoluções versadas, relacionando-se com a parcela vulnerabilizada da população que busca o atendimento às suas necessidades imediatas através das políticas públicas operacionalizadas por programas e serviços que visem à promoção da saúde, bem como a recuperação, proteção e redução de agravos.

A composição das equipes nos espaços vinculados à saúde dos servidores públicos do Serviço Social é de extrema importância, pois é esse o profissional que compreenderá os determinantes sociais, econômicos e culturais que interferem no processo saúde-doença e na busca de estratégias político-institucionais para o enfrentamento das questões. Em seu trabalho, não desconsiderará as dimensões subjetivas vividas pelo usuário e nem se reduzir à defesa de uma suposta particularidade entre o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais nas diferentes especialidades da medicina, no caso da saúde do trabalhador, que experienciará práticas com uma visão generalista e não fragmentada (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1999).

Vive-se tempos de acirramento das desigualdades provenientes da sociedade capitalista, que aliena e condiciona à liberdade valores aos quais se pode saciar as necessidades individuais, ou seja, valores monetarizados, restando poucas alternativas a quem tem necessidades, materiais ou imateriais. A única via possível é trilhar caminhos de forma coletiva, sobretudo quando o enfoque é a materialização e a viabilização de direitos: “[...] o que a gente faz é construir com os sujeitos o caminho onde vai seguir” (AS 4, 2019).

Portanto, o trabalho do assistente social somente tem sentido quando os condicionantes que se explicitam no cotidiano são considerados para sua execução, a relativa autonomia que se revela e a relação com as premissas do Projeto Ético-político profissional, fundamentais para que a profissão tenha sentido e não perca suas especificidades. A autonomia do assistente social, ainda que seja transversalizada pelas correlações de forças existentes nos seus espaços de trabalho, é salvaguardada pela Lei de Regulamentação da Profissão, e por isso o trabalho

desse profissional vai ser possível com o entendimento das competências da área e a vinculação ao projeto profissional. Isso significa que os possíveis impedimentos à sua autonomia de forma alguma representam a inviabilização das premissas do Projeto Ético-político do Serviço Social no cotidiano profissional.

O debate sobre o trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2010) tem ganhado centralidade no âmbito profissional, sendo um tema explorado largamente na agenda do Serviço Social. Para tanto, discorre-se, na sequência, como os(as) assistentes sociais percebem e definem seu trabalho nos espaços vinculados à saúde dos servidores.

Os(as) assistentes sociais pesquisados tiveram a formação em Serviço Social em distintas Unidades de Formação Acadêmica no Estado do Rio Grande do Sul, todas do setor privado. O primeiro curso público de Serviço Social iniciou suas atividades em 16 de outubro de 2006, na UNIPAMPA, já no final do primeiro governo de Lula. Ao relacionar com a média do tempo de formação dos assistentes pesquisados, é realidade posta no Rio Grande do Sul que a maioria destes ainda tem sua formação vinculada às instituições privadas.

As devoluções dos(as) assistentes sociais trazem visibilidade para a categoria profissional, no âmbito acadêmico e na assistência em si, quanto à riqueza de possibilidades de processos interventivos que o trabalho do assistente social se faz necessário e é requisitado. A concepção sobre o trabalho do(a) assistente social é relacionada com o entendimento do profissional sobre o seu trabalho e a concretude no cotidiano através das (im)possibilidades de sua operacionalização:

Transitar da análise da profissão para o seu efetivo exercício agrega um complexo de novas determinações e mediações essenciais para elucidar o significado social do trabalho do assistente social – considerado na sua unidade contraditória de trabalho concreto e trabalho abstrato – enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio do trabalho assalariado alienado. Esta condição sintetiza tensões entre o direcionamento que o assistente social pretende imprimir ao seu trabalho concreto [...] (IAMAMOTO, 2010, p. 214).

Os(as) assistentes sociais, então, inserem-se em espaços de trabalho que possuem diretrizes implementadas e que convocam o trabalho especializado deste profissional. Nos municípios que possuem espaços vinculados à saúde dos servidores, os profissionais pesquisados revelam o entendimento quanto ao seu trabalho, elencado por premissas que englobam definições para além da concepção

metódica, permeadas por condicionantes institucionais, mas também possibilidades vinculadas à mediação, viabilização de direitos e prática reflexiva, principalmente sobre a atividade com o trabalhador na análise de conjuntura, refletindo com esse servidor as mediações que definem seus processos de adoecimento, visando um espaço que se constitua de proteção social. Tais premissas revelam-se no depoimento do(a) assistente social:

Eu defino meu trabalho como um espaço de acolhimento e proteção social [...]. A gente faz o trabalho de mediação nas questões que se apresentam, por fortalecimento dos espaços coletivos, de elaboração das demandas, fortalecimento do trabalhador, mas eu ainda percebo esse espaço como contraditório, porque tem os atravessamentos políticos, a gente tem que seguir uma diretriz de governo, porque e funciona também muito em função das demandas q eu falei, que a gente tá tentando mudar essa percepção q é um espaço de ajustamento do trabalhador, que é um espaço de acolhida e de fortalecimento tanto dos espaços de trabalho quanto do servidor de lidar com estas questões, eles chegam muito vulneráveis, eu percebo como um espaço de proteção social do trabalhador (AS 3, 2019).

A importância do trabalho do(a) assistente social nas equipes interdisciplinares¹⁹ se dá através das contribuições e dos impactos na vida dos usuários. É o profissional dentro da equipe, com condições de trabalhar intersetorialmente²⁰, haja vista que a Questão Social perpassa diversas expressões na vida dos usuários. A fala que se segue traz uma perspectiva atualizada sobre os aspectos que são intrínsecos na formação pautada no Projeto Ético-político, que dá condições ao assistente social para fazer o diferencial nas equipes:

Diante a complexidade dos diversos fatores que influenciam o processo de trabalho dos servidores e seu adoecimento, percebo a inserção do assistente social de suma importância na equipe que atende aos servidores em situação de comprometimento laboral. A formação profissional baseada em uma visão e ação multifatorial, permite ao assistente social uma contribuição maior na busca de respostas as demandas apresentadas (AS 6, 2019).

¹⁹ “A atuação interdisciplinar requer construir uma prática políticoprofissional que possa dialogar sobre pontos de vista diferentes, aceitar confrontos de diferentes abordagens, tomar decisões que decorram de posturas éticas e políticas pautadas nos princípios e valores estabelecidos nos Códigos de Ética Profissionais” (CFESS, 2011, p. 27).

²⁰ “O que caracteriza a intersetorialidade é a possibilidade de síntese de práticas. No entanto, sua possibilidade está na faculdade de reconhecimento dos limites de poder e de atuação dos setores, pessoas e instituições” (COSTA; PONTES; ROCHA, 2006, p. 107).

Os(as) assistentes sociais respondem a uma necessidade social, desenvolvendo no decurso do trabalho ações que visem a um resultado, um produto social que possui dimensões políticas e econômicas, e o desafio na contemporaneidade ainda reside na busca da especificidade da profissão. O desvelamento da realidade em que se inserem os(as) assistentes sociais perpassa a sua percepção quanto ao seu trabalho, e essa dimensão contribuirá para o debate, clarificando, nesse espaço, qual o seu objetivo, conforme sua visão de mundo em uma perspectiva histórica.

O trabalho do assistente social não se pauta em uma ação pontual, específica. Na sociedade capitalista e seu contexto de expropriação de direitos, supõe-se dos profissionais uma opção política que denota o lado que se coloca o Serviço Social, que, desde o Movimento de Reconceituação, constrói suas ações voltadas para a população. A este profissional, o seu trabalho depreende a realidade imposta e as condições sócio-históricas, e tem por objetivo a cidadania, como apresenta o depoimento do profissional:

Eu acho que aqui, a gente tem pouca compreensão, eu digo do local, não do trabalho. Pouca compreensão de que estamos aqui a serviço de uma instituição que quer fazer com que o servidor entenda que ele é um executor de trabalho. E outra coisa que eu acho que é um lugar que não entende-se que tem um lado. É dito que não, que nós não temos um lado, mas nós temos um lado. Eu sou uma trabalhadora, que tá ao lado do trabalhador, mas que trabalho numa instituição e que tem contradições e exige muitas vezes que eu me cale, ou me resignifique. Mas eu entendo que aquilo ali tá acontecendo. E que o medo tem lado sim, do patrão, e a instituição representa isso, através de normas, dessa meritocracia, desse ajustamento do servidor como um mero executor de trabalho em troca de um salário. E eu acho que não, que o trabalhador é um sujeito que movimenta a vida (AS 1, 2019).

Portanto, o(a) assistente social identifica-se enquanto trabalhador e supõe perceber a superação da identidade profissional de outrora, com concepções voluntaristas e assistencialistas que fundaram a profissão e a própria condição de assalariado que inscreve as relações de trabalho na sociedade capitalista. Implica reconhecer o Serviço Social como trabalho que situa seus processos no contexto da concretude da realidade, da luta entre classes, intervindo nas inúmeras expressões da Questão Social. No contexto desse estudo, as pesquisas voltam-se para o trabalho do assistente social com servidores públicos e, para tanto, na sequência busca-se a

caracterização dos processos de trabalho nesse espaço a partir das percepções e da concretização das ações no cotidiano dos profissionais pesquisados.

O Serviço Social, nos municípios pesquisados que atendem as demandas dos servidores públicos no âmbito da saúde, desenvolve suas atividades e procura atendê-los com uma gama de instrumentos e técnicas, dentre as quais se sobressaem as atividades individuais e grupais. Utilizam-se, para isso, instrumentais técnico-operativos que englobam a entrevista reflexiva, a avaliação laboral, a reunião com chefias e servidores, a democratização das informações, as visitas institucionais, as visitas domiciliares e a elaboração de pareceres sociais.

Tais demandas advêm de um fluxo que, por vezes, percorre inicialmente a gerência do serviço e, após a discussão dos casos, verifica-se se algum assistente social prestou o suporte anteriormente e, assim, o atendimento inicial, que pode ser considerado como o acolhimento do servidor, é agendado. Através da entrevista reflexiva, que requer do profissional a escuta qualificada, norteia-se o trabalho a ser desenvolvido:

[...] a gente começa a partir desta entrevista, desta metodologia, o que a gente faz a partir disto: avaliação laboral, pareceres sociais... a gente identifica os determinantes sociais. O médico onde fica a doença, o psico a psíquica, e a gente essa gama de questões que interferem na saúde do trabalhador, que está desde que, a perícia nega, que é a questão da moradia, descanso, acesso a bens e serviços relações de trabalho, é um olhar que é mais amplo do contexto social do sujeito, principalmente a democratização das informações. Ele vem da perícia ou da chefia e o servidor não tem acesso a informações que é de direito dele com relação a promoção de saúde que também compõe o nosso processo de trabalho (AS 4, 2019).

Ocorre que pensar o trabalho do assistente social, para se afirmar além do aparente e do imediato, implica exercitar o movimento entre o universal e o singular, e suas diversas conexões entre a realidade da sociedade. A cada ação proposta que se dá a partir do desvelamento das expressões da Questão Social manifestas na vida dos usuários extrapola-se a esfera do imediato, ao considerar também as particularidades do trabalho do assistente social que se inscreve na sociedade organizada por várias totalidades. Considerando esse elemento, significa também possuir o entendimento de que não existem técnicas, ações isoladas que deem conta das demandas dos usuários que se apresentam ao assistente social, tampouco dar materialidade aos direitos previstos, haja vista a própria condição em que são elaboradas as políticas de saúde que satisfazem parcialmente as necessidades. Nos

termos de Mendes (2013), a generosidade do mandamento jurídico da saúde como direito de todos e dever do Estado não foi sustentada, na Constituição Federal, por uma base material que garantisse um financiamento público compatível com a universalidade.

Como os(as) pesquisados(as) assinalam, o servidor usuário inicialmente tem uma condição passiva neste setor, e revelam a insuficiência de políticas que pensem a saúde do trabalhador do serviço público e as demais necessidades que possam se apresentar. Tal elemento não é novo no debate das políticas públicas de saúde, uma vez que estas encontram-se em disputa permanente com os projetos privatistas que visam favorecer o mercado. Ao considerar os processos de precarização, muitas vezes os usuários não vislumbram perspectivas, o que exige a tradução, por parte do assistente social, da realidade posta ao servidor. Ainda, existem elementos institucionais, culturais e subjetivos, que em processos perversos os lançam como únicos partícipes em sua condição, como ressaltam os seguintes trechos, que demonstram esta situação e denotam o comprometimento ético do Serviço Social:

E eu acho que a gente traz pra essa discussão algumas questões. A questão da saúde do trabalhador tá muito voltada pra culpabilização do sujeito, então acho que esse espaço reflexivo ele traz elementos que são adoecedores, como a questão do stress, sobrecarga, racismo estrutural e institucional, então acho que sai do sujeito e a gente traz outros elementos que de fato intervém naquilo que é o produto final que é a doença. Mas muitas vezes o trabalho é um elemento adoecedor e a forma também então acho que trazer isso pra compreensão do sujeito, acho que também compõe o nosso processo de trabalho (AS 1, 2019).

O que se ressalta nos depoimentos dos(as) assistentes sociais e que não se põe em dúvida ou em questão é a articulação do trabalho com os preceitos éticos da profissão, que não se desassociam, complementam-se conforme a Lei de Regulamentação da Profissão, que em um dos seus princípios fundamentais traz o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (CEFESS, 2011). Revela-se também que a estrutura para pensar e promover as ações de promoção à saúde, prevenção e redução de agravos deveria ser maior, e inclusive de implementação no município, sendo a saúde ocupacional pensada e agregada por outras especialidades que pensassem o servidor em sua integralidade:

Falta de recursos, né a gente tinha que ter uma equipe, né a gente tem até acesso a instrumentais, mas a gente tem faltas de recursos, deveria ter uma equipe maior, que atingisse mais funcionários [...] o trabalho ser fragmentado, um órgão aqui, outro ali, os órgão não se falam, a falta dessa diretriz política que legitime mesmo o nosso fazer dessa política de recursos humanos que no meu entendimento a saúde ocupacional estar dentro dos recursos humanos da prefeitura, a gente tá num setor muito num contexto instável, muda o governo, pode ser que se mantenha esse espaço, pode ser que não se mantenha, não existe algo que consolide esse espaço (AS 6, 2019).

Constata-se, a partir das entrevistas, a percepção de que o trabalho ocorre de forma fragmentada. Cada especialista que se envolve nos processos dos servidores trabalha individualmente. A perspectiva de encaminhamento ao Serviço Social se dá quando identifica-se alguma demanda que se estabelece para o(a) assistente social, quando não versados nos fluxos pré-estabelecidos, como nos casos de limitação de tarefas e readaptação, por exemplo.

Tal contexto de fragmentação se dá pela lógica de produção capitalista que, em momentos distintos, exigiu a superespecialização dos trabalhadores e delineou a divisão social do trabalho, fragmentando as atividades profissionais. No capitalismo, a especialização ganha contornos cada vez mais complexos e que atingem os modelos da divisão internacional do trabalho. O trabalhador transforma-se em especialista em uma parte pequena do processo produtivo, e na mesma lógica o conhecimento passa a ser especializado.

Diversas profissões compõem as equipes, mas o diálogo maior do Serviço Social é com a Psicologia, embora cada área focalize as ações em núcleos distintos. A avaliação pericial médica possui pouca interface com o trabalho do assistente social. A requisição do trabalho do assistente social, em alguns casos, relaciona-se ainda com a identidade atribuída ao assistente social, que desvela em seu cotidiano um entrave à percepção por parte de alguns profissionais, conforme o relato a seguir:

Os processos de trabalho com inserção do assistente social nesses espaços ainda são pouco expressivos e ainda voltados para um lado assistencialista da profissão, pois esta visão permanece junto aos outros profissionais da equipe. Além disso, ainda permanece a imagem do profissional investigativo (verificador da mentira/verdade do servidor) em relação aos fatos apresentados como motivador do afastamento da atividade laboral (AS 7, 2019).

A percepção das equipes quanto ao trabalho do(a) assistente social foi fala recorrente entre os pesquisados. Nos espaços em que o trabalho do assistente social

é requerido, percebe-se a dificuldade que alguns profissionais têm em compreender as demandas que necessitam do Serviço Social. A identidade profissional entra em debate devido ao que lhe foi historicamente atribuído na divisão sociotécnica do trabalho, quando sua intervenção era utilizada em prol do sistema capitalista:

Sempre questionam que trabalho é esse? Os colegas desconhecem o trabalho do assistente social e a riqueza dos atendimentos. A gente problematiza. Às vezes a gente recua, por pisar em ovos... Mas o trabalho é de extrema relevância. A gente se incomoda. Conquistamos esse espaço, contribuimos com os projetos... o desafio está em conquistar mais espaços, fazer mais, contribuir mais com projetos. Fazer com que os setores vejam essa pessoa na sua totalidade. Sair da linha de culpabilização de cada um (AS7, 2019).

Ao analisar a tese da identidade alienada, Iamamoto (2010, p. 291) revela a dualidade que descarta a dimensão socialmente contraditória do Serviço Social. Esses aspectos dicotômicos marcam, num primeiro momento, que a identidade é produzida pela cultura dominante, sem potencial de transformação da realidade, e posteriormente após a ruptura com a alienação e com sua origem burguesa; a identidade consolida-se com a luta social e a transformação da realidade. Para a categoria profissional, as exigências se dão como a todos os trabalhadores assalariados, a partir das premissas configuradas pelos empregadores.

Em sua gênese, o Serviço Social foi um aliado da burguesia no sentido de controlar o que o sistema vigente considerava como dissonâncias sociais, tendo como parâmetros de atuação um paradigma funcionalista que remetia o trabalho do assistente social a práticas alienadoras e assistencialistas. A identidade profissional era atribuída pelo capitalismo, o que impedia uma prática profissional genuína. Historicamente, o Serviço Social repensa seus métodos, buscando a ruptura com a alienação e a criticidade, vislumbrando uma prática reflexiva e com consciência de classe, mesmo que a identidade alienada persista no cotidiano, desafiando o trabalho dos(as) assistentes sociais, como revela o seguinte depoimento:

A principal dificuldade no cotidiano de trabalho nesse espaço seria ainda ter que lidar com a visão atribuída ao profissional, como sendo um investigador pericial sobre a veracidade dos fatos trazidos pelo servidor (AS 6, 2019).

O Serviço Social crítico passa então a ser hegemonicamente o norteador das ações profissionais, visando à garantia de direitos dos usuários. A visão sociopolítica do Serviço Social consolida-se através do seu Projeto Ético-político. Portanto, a luta

coletiva pela construção de uma identidade profissional vinculada às demandas dos usuários dos serviços prestados pelo assistente social se inicia e parece um processo não findado na sociedade:

[...] a dificuldade também da própria equipe ter uma sintonia, da própria equipe ter bem claro entre todas as áreas qual o objeto, qual o objetivo desse trabalho. Então assim, como eu digo o tempo todo é uma luta constante, mas eu gosto muito do que eu faço, eu tenho que gostar pra não perder a motivação, o espírito de luta, tenho buscado outros espaços que, pela gestão do governo não tem nenhuma prioridade, mas a gente tem trabalhado pra que os servidores tenham saúde e qualidade de vida no trabalho, a gente tem que estar sempre fazendo esses links dentro e fora da instituição e seguimos na luta (AS 3, 2019).

O trabalho do assistente social revela-se na competência para propor, defender e operacionalizar seus projetos, negociando com a instituição e na defesa de seu espaço ocupacional, indo além da realidade aparente e apreendendo o movimento dessa realidade. Como já referido muitas vezes na categoria, entretanto nunca exaurido, cabe uma postura não messiânica, tampouco fatalista, mas sim uma que possa decifrar a realidade em que o seu usuário está inserido, trazendo visibilidade às demandas e buscando respostas para elas:

[...] um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2001, p. 20).

Apesar de serem reconhecidas as dificuldades no cotidiano de trabalho, ressalta-se que construção crítica que o assistente social faz dos elementos que constituem as suas atividades é relevante para que ocorram os tensionamentos necessários para a ampliação dos atendimentos das necessidades dos usuários dos seus serviços. A apreensão das condições dos servidores e o deciframento das refrações da Questão Social é a maneira pela qual evitar-se-á a psicologização da Questão Social, decididamente devendo transferir para a perspectiva da totalidade os encaminhamentos e intervenções, levando a luta coletiva para o âmbito de superação das políticas sociais que se estabelecem nos espaços.

Os(as) assistentes sociais entrevistados(as), no campo de tensões e contradições sociais em que se situam seus trabalhos, revelam dificuldades no cotidiano que desafiam o exercício profissional. Como visto, a reestruturação produtiva e as contrarreformas administrativas trazem implicações para os

trabalhadores, e esses reflexos apresentam-se aos(as) assistentes sociais, que revelam a importância da organização coletiva para resistir e avançar nos direitos do trabalho.

No que tange à venda da força de trabalho, o(a) assistente social troca-a por salário, o que o submete aos “[...] dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados” (RAICHELIS, 2011, p. 425). A jornada de trabalho dos(as) assistentes sociais locados no âmbito público, bem como os recursos que dispõem para o desenvolvimento do trabalho, relativiza a sua autonomia, uma vez que a maioria das demandas são dispostas pelo empregador. O vínculo empregatício dos assistentes sociais pesquisados é sob o regime estatutário, com maior estabilidade, e a maioria dos profissionais possuem mais de sete anos no setor, o que pode revelar expertise nestes espaços, o que contribui para o desvelamento sobre os significados do trabalho em uma instituição pública.

Foram indicadas como principais dificuldades vivenciadas pelos(as) assistentes sociais: entendimento das contradições, dificuldades de mobilização coletiva, atravessamentos políticos, falta de clareza do setor sobre o objeto do Serviço Social, atendimento de demandas que partem dos trabalhadores, trabalho fragmentado, culpabilização do trabalhador, identidade atribuída ao assistente social, burocratização dos processos de trabalho, despreparo de chefias e ausência/insuficiência de políticas de saúde do trabalhador. Em relação a isso, um dos entrevistados considera “[...] ainda insuficiente dentro da magnitude da instituição da prefeitura, hoje em dia a gente tem em torno de 15 mil servidores ativos e a gente atende 2 por cento dessa população” (AS 2, 2019).

Como visto no segundo capítulo deste estudo, através das contrarreformas administrativas o Estado brasileiro passou por diferentes modelos de gestão da coisa pública, a saber, o patrimonialismo, a gestão burocrática e o gerencialismo; portanto, ao analisar as condições de trabalho do assistente social no serviço público essencialmente remete-se aos condicionantes impostos nesses modelos que se inserem.

Os desafios postos no cotidiano vão para além da precarização material e envolvem também as condições éticas que se dispõem no cenário do trabalho em um contexto mundial, sendo possível dividi-las em objetivas, com baixos salários, precarização dos vínculos e das condições de trabalho, e em subjetivas, que se

associam às ideologias neoliberais e neoconservadoras que influenciam a forma de compreensão da realidade e do agir.

A lógica gerencialista surgiu com a ofensiva neoliberal nos anos de 1990, com ações que implementaram a lógica da esfera privada inserida no serviço público. Percebem-se as cobranças por eficiência, eficácia e maximização dos atendimentos, mas sem o devido investimento, ou muito aquém do que se deveria. Atribui-se ao contexto político-partidário a forma de administrar o serviço público, sendo o que define as relações institucionais, os projetos, as metas e para onde vai o investimento do dinheiro público:

As organizações públicas mantêm as mesmas características básicas das demais organizações, acrescidas, entretanto, de algumas especificidades como: apego às regras e rotinas, supervalorização da hierarquia, paternalismo nas relações, apego ao poder, entre outras. Tais diferenças são importantes na definição dos processos internos, na relação com inovações e mudança, na formação dos valores e crenças organizacionais e políticas de recursos humanos (PIRES e MACÊDO, 2006, p. 96).

Em diferentes níveis hierárquicos, os gestores são quem determinam as prioridades de investimentos nas políticas sociais, dentre as quais a saúde do trabalhador não configura como prioridade. Estas constatações podem ser verificadas por meio do seguinte relato:

[...] eu trouxe uma ideia de um projeto que foi aprovado, mas quando eu trouxe o formato, não. O que foi me dito, não isso não é foco, não é interesse esse recorte de assunto. Então o que é interesse? O que dá mídia, o que vai pro prefeito, então não tem uma identificação de fato do que é benéfico pro servidor, facilita ou que prejudica, e sim o que é político, o que pode, o que não pode, o que o prefeito entende como ruim pra sua imagem. O que é, nesse político é uma coisa que prejudica o trabalho do assistente social, a deturpação do foco porque a gente tá aqui, a gente não tá aqui pra fazer o trabalhador se moldar, a gente tá aqui pra ver porque que falta condições de trabalho, que tipo de opressão que ele sofre que faz com que ele se desmotive, que ele falte (AS 2, 2019).

A descontinuidade de projetos, planos e ações de trabalho devido ao desfinanciamento impactam na manutenção e qualificação do serviço público em suas diferentes políticas, sendo um dos espectros da precarização, fazendo o direito social entrar em contradição com os investimentos limitados. Os recursos destinados para os serviços dependem das decisões políticas que, por vezes, não atendem as próprias legislações que orientam e normatizam os serviços, o que é apontado nas falas

dos(as) assistentes sociais como uma das principais dificuldades no cotidiano de trabalho:

A natureza da instituição, a questão de não modificar a realidade, das formas de condução, os limites da instituição, chefias com condutas inadequadas, engessamento, demora na aquisição e vinda de materiais, falta de capacitação das chefias, morosidade nos processos de sindicância, questão política, demora na compra de equipamentos (AS 5, 2019).

Os assistentes sociais entrevistados revelaram que os processos de comunicação são deficientes, e o desconhecimento do trabalho do(a) assistente social parte das chefias e servidores em relação às suas atividades e atribuições, inclusive no próprio setor, configurando entraves ao trabalho do(a) assistente social:

[...] eles não querem que a gente olhe a causa, que a gente trate o sintoma, eu acho que essa é uma grande dificuldade, no nosso trabalho, e por vezes eu acho também que há uma deturpação do outro, definição com clareza do nosso objeto, como tu percebe teu trabalho, esse questionamento a gente precisa sempre refazer, por vezes, eu posso falar por mim, eu acho que vem tantas demandas que se tu não tem uma análise mais crítica, e um foco, isso e meu, isso não é meu, as vezes tu acaba se apropriando de algumas ações que são solicitadas e que não deveria fazer, uma análise do que é possível e importante e as vezes a falta dela também é um obstáculo na prática (AS 2, 2019).

Em um dos relatos ficou evidenciado que o sigilo do atendimento profissional nem sempre é respeitado, e muitas vezes os gestores que encaminham a demanda do servidor querem retorno, exigindo do(a) profissional um informe sobre o fato/a situação ocorrido(a), o que viola os preceitos éticos da profissão. Isso recorreu ao CRESS através de denúncia, para que se realizassem os devidos encaminhamentos. Sobre o sigilo profissional, a Lei de Regulamentação da profissão traz os seguintes artigos:

CAPÍTULO V Do Sigilo Profissional

Art. 15 Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional.

Art. 16 O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional. Parágrafo único. Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.

Art. 17 É vedado ao/a assistente social revelar sigilo profissional.

Art. 18 A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade (CEFESS, 2011).

O(a) assistente social deve dispor de condições de trabalho adequadas, que devem ser asseguradas pela instituição que o contrata. Tais disposições alocam-se no artigo art. 7º da Lei 8662/93, em que “Constituem direitos do/a assistente social: a- dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional”. Portanto, os ambientes devem garantir que escuta, reunião, contatos e encaminhamentos necessários ao trabalho sejam adequados. De acordo com os(as) assistentes sociais entrevistados, os locais dispõem de ambiente propício para os atendimentos, garantindo sigilo, bem como local adequado para o armazenamento dos registros dos acolhimentos. Na fala que se segue, o(a) entrevistado(a) destaca que

As condições de trabalho são muito boas, excelentes se tu for comparar, se tiver a oportunidade de conhecer a prefeitura como a gente tem, então acho fantástico, sistema, administrativo, se eu to fora não fica aquela carga do trabalho, a gente tem um suporte, eu me sinto amparada, isso é uma coisa que te da segurança margem pra tu ir porque tu tem respaldo, tu precisa discutir, construir esse suporte, tu constrói então tem, eu vejo muitas coisas boas que a gente tem, condições, carga horaria, tem carro a disposição, táxi a disposição, isso assim acho muito bom (AS 4, 2019).

No que diz respeito à composição das equipes, revela-se a importância de ampliação do quadro de assistentes sociais visando a atingir um número maior de servidores, para que se possa trabalhar a questão da prevenção de adoecimento e a redução de agravos à saúde dos servidores:

Falta de recursos humanos, a gente tem até acesso a instrumentais, mas a gente tem falta de recursos humanos, deveria ter uma equipe maior, que atingisse mais funcionários, os atravessamentos políticos, a gente trabalha com uma demanda pré estabelecida, o nosso alcance seria muito maior com a demanda que viesse dos trabalhadores, o resultado seria muito mais efetivo (AS 3, 2019).

A organização coletiva é posta como uma das principais dificuldades no cotidiano de trabalho, sendo um desafio para o avanço e a manutenção dos direitos do trabalhador, resistindo às ofensivas, como pode ser observado a seguir:

Na verdade é entender as contradições todo o tempo, né, e achar estratégias de poder buscar alternativas junto com os colegas, junto com o próprio espaço de trabalho, junto com a instituição, e tu consiga modificar alguma coisa estabelecida aí acho q essa é a maior dificuldade (AS 1, 2019).

O trabalho do(a) assistente social nos espaços vinculados à saúde dos servidores se estabelece em diferentes esferas: saúde, previdência e gestão de pessoas. Ainda que se instituem as atividades privativas do(a) assistente social, cabe destacar que esse profissional encontra-se em um locus em que disputa distintos interesses com outras profissões. O servidor é encaminhado para este setor em uma perspectiva de ajustamento, de retorno às atividades de trabalho sobre as condições residuais que lhe permitiriam tal retorno, ou ainda como parte ou causa de conflitos que se apresentam. Ainda, pode-se pensar no trabalho hierarquizado, em que uma parcela que detém o poder institucional conduz as ações que julgam ser pertinentes no campo das condições de trabalho, cumprindo a agenda neoliberal e desconsiderando todos os fatores propostos pelas premissas da saúde do trabalhador previstas pela CF de 1988.

Logo, os desafios presentes no trabalho do(a) assistente social requerem deste profissional o domínio do saber quanto às suas atribuições, o conhecimento legal das atribuições que lhe são impostas a fim de estabelecer um diálogo com a instituição e poder executar seu trabalho sem atravessamentos. A leitura do trabalho do(a) assistente social e o desvelamento de como ele se condiciona e se torna exequível é transversalizado pelo seu objeto, ou seja, pela Questão Social e suas expressões.

Considerando as determinações das expressões na vida social, é um exercício desafiador pautar todas as demandas que possam compor a matéria da profissão. Entretanto, essa pesquisa denota o comprometimento de determinar o que se apresenta empiricamente pelos relatos dos(as) assistentes sociais que compõem esse quadro; tal tarefa é complementada pela identificação do objeto e suas propostas de intervenção. Para tanto, o próximo subitem destacará as demandas profissionais que se apresentam nos espaços vinculados à saúde dos servidores públicos municipais do RS, com vistas a contribuir para a categoria profissional.

4.1 APONTAMENTOS SOBRE AS DEMANDAS E RESPOSTAS DO SERVIÇO SOCIAL

No percurso da experiência prática, as requisições, demandas e atribuições que se apresentam aos assistentes sociais configuram o seu lugar na divisão social e técnica do trabalho. O Estado determina a sua funcionalidade; conquanto, através das

premissas profissionais, o(a) assistente social busca estratégias para responder as expressões da Questão Social advindas do modo de produção capitalista. A finalidade deste capítulo é caracterizar como essas questões se apresentam no cotidiano de trabalho dos(as) assistentes sociais no espaço sócio-ocupacional e problematizar como essas configurações se assumem através do atendimento às demandas profissionais.

O trabalho do(a) assistente social é perfilado por competências e habilidades forjadas na formação profissional e determinadas, por vezes, pelo mercado de trabalho, pelo empregador que o requisita através de demandas:

As demandas, a rigor, são requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes. Em outros termos, elas comportam uma “teleologia” dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades. Por isso mesmo, a identificação das demandas não encerra o desvelamento das reais necessidades que as determinam (MOTA e AMARAL, 2006, p. 25).

Considera-se que as demandas partem de uma lógica de atendimento às necessidades e interesses das classes sociais que as produzem, revelando as necessidades antagônicas das classes sociais. Com esta investigação pretende-se conhecer como tais demandas se expressam no cotidiano de trabalho do(as) assistentes sociais nos espaços vinculados à saúde dos servidores. Dessa forma,

As demandas das classes sociais põem e repõem objetos para o Serviço Social. Estes encontram-se inscritos nas condições sociais das classes e por isso são, de um lado, históricos, transitórios, encerram continuidades e rupturas e, de outro, ou não extrapolam o limite material ou mantêm-se no nível das necessidades imediatas. Tais demandas convertem-se em requisições profissionais, cujo atendimento requer a mobilização de um determinado nível de racionalidade, de uma parte; limitam e determinam as funções profissionais, de outra (GUERRA, 2014).

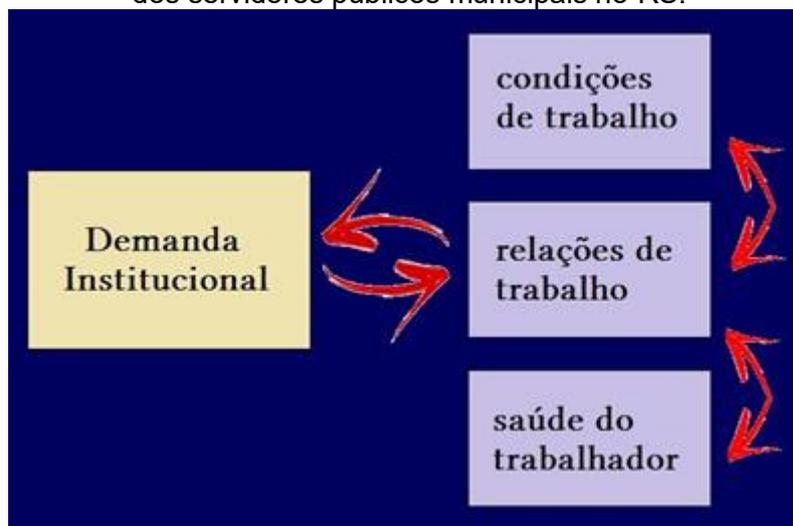
O delineamento realizado sobre as demandas designadas aos assistentes sociais que trabalham nos espaços vinculados à saúde dos servidores aponta que elas são oriundas, majoritariamente, das chefias dos servidores que utilizam estes espaços. Isso revela a tendência das demandas portarem o interesse da classe social que a produz: no caso, o empregador que tem expectativas quanto a este servidor, no sentido de reinserção laboral. Para os assistentes sociais que recebem essa demanda, a perspectiva, à luz do projeto profissional, é decifrar e reelaborar tais requisições:

A demanda institucional aparece ao intelecto do profissional despida de mediações, parametrada por objetivos técnico-operativos, metas e uma dada forma de inserção espacial (bairro, município, etc); programática (divisão por projetos, programas ou áreas de ação) ou populacional (criança, idoso, migrante etc). Numa palavra, a demanda institucional aparece na imediaticidade como um fim em si mesma, despida de mediações que lhe deem um sentido mais totalizante (PONTES, 2000, p. 45).

Para a análise das demandas identificadas nas entrevistas, foram articulados quatro grupos distintos: “institucional”, que se refere às demandas primárias que são encaminhadas ao Serviço Social nos espaços vinculados à saúde dos servidores. Tais demandas partem da concepção e construção do local acerca do fluxo de trabalho, em que são geralmente designadas ao(a) assistente social a partir do que se estabeleceu anteriormente como sendo “do” e “para” o atendimento deste profissional.

A partir das demandas emergentes no cotidiano de trabalho, o(a) assistente social decifra a realidade, e nessa produção a partir das entrevistas com os(as) profissionais tais elementos são expressos e podem agregar outras categorias para além das institucionais, as quais podem ser consideradas como “condições de trabalho”, manifestas em condições materiais e técnicas na relação do servidor com o cotidiano de trabalho. As “relações de trabalho” dizem respeito aos relacionamentos interpessoais que expressam as condições éticas de o servidor exercer seu trabalho, e, por fim, a “saúde do trabalhador”, que considera as demandas que emergem das suscetibilidades individuais e/ou laborativas nos processos de adoecimento e levam o servidor ao afastamento do trabalho temporária ou definitivamente, ou limitam tarefas relacionadas ao cargo/função que exerce. Após a análise dos dados, estes são graficamente representados.

Figura 3: Demandas categorizadas que se apresentam nos espaços vinculados à saúde dos servidores públicos municipais no RS.



Fonte: dados coletados pela autora (2019).

Apresentam-se inicialmente demandas institucionais em um nível macro, que se expressam como preestabelecidas de acordo com as diretrizes destes espaços, que fogem das demandas tradicionais e estão em uma perspectiva inicial de um trabalho voltado para os recursos humanos:

Os chefes nos procuram com expectativas porque as pessoas não estão desempenhando suas funções como deveriam, que não tá cumprindo com seus deveres, o motivo de busca das pessoas no momento são essas, em relação a saúde, resolução de conflitos, chegam com dificuldades até de tomar medidas administrativas em função disso, acho que os motivos expressos geralmente são esses (AS 4, 2019).

Em sua natureza, tais demandas são de classe, atravessadas por interesses que divergem, embora apresentem-se como iguais. Para tanto, faz-se necessária a distinção dessas demandas para que o(a) assistente social não comprometa sua autonomia. Nesses espaços, elas se justificam por estarem situadas nas Secretarias de Administração - Gestão de Pessoas – RH, conforme dados preliminares. O trabalho do(a) assistente social nesse espaço sócio-ocupacional se estabelece em uma intersecção entre a saúde do trabalhador e a gestão de recursos humanos no serviço público. A gestão dos recursos humanos e seus aspectos alicerçados nas premissas da reestruturação produtiva, explanados brevemente no segundo capítulo, fazem com que antagonismos, como a garantia do direito e a seletividade da demanda, configurem-se no cotidiano do(a) assistente social:

Alguns servidores que solicitaram licença em pecúnia por mais que tenham direito, eles querem que passe pelo crivo do serviço social, para avaliar se a necessidade de servidor realmente procede. Sim, nos pedem uma avaliação socioeconômica para ver o servidor se enquadraria (AS 5, 2019).

Considera-se também a forma com que o(a) assistente social decodifica a demanda, as mediações que permeiam este processo e a emissão da resposta, como visto em Guerra (2014):

Ao encontrar o seu âmbito de ação delimitado, tanto pelas condições acima apontadas quanto por outras determinações peculiares aos setores nos quais atua, o assistente social acaba por reduzir sua intervenção ao atendimento imediato da demanda, para o que aciona níveis de racionalidade os mais elementares possíveis, mas que lhe permitem responder às necessidades prático-materiais do cotidiano profissional, limitadas ao nível do empírico (GUERRA, 2014).

As demandas podem ser entendidas como aparências que devem ser compreendidas, controladas a partir de aproximações com a realidade, com as determinações sociais, apreendendo que tais determinações são transversalizadas pelas relações de produção, pela relação capital x trabalho, pelos arranjos do Estado, do mercado e da mais-valia. Alicerçado nessas premissas, precisa-se aferir como tais fenômenos incidem na demanda-problema-fenômeno que se apresenta ao(a) assistente social.

Na análise das demandas identifica-se que os atendimentos ocorrem a partir das exigências identificadas pela instituição. No entanto, no percurso desenvolvido pelo trabalho dos(das) assistentes sociais por meio do atendimento, muitas delas demandas reconfiguram-se, evidenciando-se também em outras expressões da Questão Social. No que se refere às demandas institucionais, destacam-se com maior frequência as listadas na Figura 4.

Figura 4: Demandas institucionais nos espaços vinculados à saúde dos servidores públicos municipais no estado do RS.

Demandas Institucionais
Acompanhamento funcional
Acompanhamento psicossocial
Avaliação laboral
Avaliação socioeconômica
Capacitações a chefias
Comportamento
Estágio probatório
Faltas
Licença-prêmio
Redução de carga horária servidor com filho pcd
Restrição-limitação de funções

Fonte: dados coletados pela autora (2019).

A partir disso, o trabalho do(a) assistente social é desafiado a decifrar as expressões da Questão Social e como suas múltiplas determinações se expressam na vida dos usuários, levando para a perspectiva da totalidade, deslocando o foco minimalista que traz os sujeitos como únicos partícipes nas condições que vivenciam e o levam para este espaço:

As expressões da questão social e suas múltiplas facetas tendo neste espaço enquanto os usuários, trabalhadores municipais, então o que a gente percebe, é muito maior do que o sujeito, e uma questão ligada a organização do trabalho, as organizações dos processos, a questão das relações e a gente vê que isso tudo é muito vulnerável, ainda mais no serviço público, várias questões de adoecimento, de problemas nas relações, a gente tenta incidir pra pelo menos fortalecer os sujeitos e buscar minimamente a qualificação das relações de trabalho, mas é uma coisa bem macro, porque tu vai num espaço de trabalho e vê vários fatores que incidem, é falta de comunicação, é sobrecarga de trabalho, é o atravessamento político, então a gente tem que fazer

essa conexão entre o macro e o micro pra poder entender o caso (AS 3, 2019).

Para Yolanda Guerra (2014), a instrumentalidade do Serviço Social enriquece quando se vai além das estratégias individuais para coletivizar as demandas, quando se luta contra a individualização dos problemas e se enfrenta os processos que levam à culpabilização e responsabilização dos usuários por aquilo que a ordem burguesa declara como “seu problema”. O(a) assistente social nº 2 (2019, informação verbal) diz o seguinte:

Na totalidade, atendemos as demandas através de uma entrevista reflexiva, tem algumas que a gente faz individual mas a gente tem buscado fazer a maioria coletiva, porque sendo uma dificuldade do trabalho, a chefia tem um papel importante, então na grande maioria é em conjunto, mas em alguns casos como assédio moral por exemplo a gente faz em separado pra fazer uma escuta até mais confortável pra quem vem, e avaliar se tem possibilidade de fazer junto com a chefia, ou encaminhar sindicato, ouvidoria, polícia (AS 2, 2019).

Ainda sobre o surgimento das demandas espontâneas (advindas do servidor que procura o serviço de acolhimento) e que são apontadas pelos pesquisados em menor grau, merecem maior implicação do(a) assistente social em definir suas expressões, determinações e particularidades. Também se revela o quanto a identidade local e dos profissionais se relacionam com o poder instituído, em que o servidor que busca por uma simples orientação, ou a garantia de um direito seu, é subvertido à lógica institucional, e isso pode ser observado por meio do discurso do(a) assistente social nº 3 (informação verbal):

A demanda do próprio servidor, a gente vê q está em 3o, lugar porque existe uma cultura, que aqui seria o “soe” da prefeitura, q só as pessoas com problemas são encaminhadas pra cá, ou eram encaminhadas como punição, né então muitos servidores ainda, isso acontece ainda, o pessoal diz vou te encaminhar pro acompanhamento funcional, mas muitos também sabem que aqui é um espaço de acolhimento e proteção e buscam esse serviço, mas ainda é uma parcela bem baixa, eu não acho, percebo que os locais fazem represálias quando o servidor busca um agente externo, aqui, como o sindicato, sempre q o servidor busca essas instâncias sofre alguma represália (AS 3, 2019).

Do levantamento realizado, foram identificadas as seguintes demandas traduzidas pelos(as) assistentes sociais a partir das institucionais que se apresentam aos espaços vinculados:

Figura 5: Demandas traduzidas pelos(as) assistentes sociais.

Condições de trabalho	Relações no trabalho	Saúde
Descontentamento do servidor com as atividades	Assédio moral	Adoecimento
Dificuldades em realizar as atividades do cargo	Assédio sexual	Dependência química
Inadequação nos espaços de trabalho	Atravessamentos políticos	Doenças do trabalho
Insuficiência de instrumentos de trabalho	Descontentamento das chefias	Questões de saúde
Organização do trabalho	Dificuldades de relacionamento	Sofrimento psíquico
Precarização de materiais	Mudanças do local de trabalho (remoções)	
Sobrecarga de trabalho	Subaproveitamento	

Fonte: dados coletados pela autora (2019).

O atendimento a estas demandas dizem respeito à compreensão da instrumentalidade. Os(as) assistentes sociais elencam como instrumentos no cotidiano de trabalho as entrevistas (reflexiva, individual e/ou coletiva), as visitas aos locais de trabalho, e também as domiciliares, e os encaminhamentos aos recursos da comunidade. A instrumentalidade, por sua vez, é revestida pelo Projeto Ético-político para a construção das respostas, dos percursos e das estratégias, superando a demanda do aparente imediatismo, refletindo criticamente sobre os aspectos que não se encerram em si mesmos:

Nossa instrumentalidade é mediação quando superamos a aparência da demanda e atuamos para além das demandas emergenciais, quando adotamos uma atitude investigativa no cotidiano, quando o refletimos criticamente e o superamos momentaneamente; quando buscamos nos aliar aos usuários e outros profissionais que compartilhem conosco um projeto de sociedade de novo tipo, profissionais com quem temos sintonia, na perspectiva de tensionar a instituição (GUERRA, 2014, p. 41).

Portanto, a complexidade das relações sociais e produtivas que intensificam a exploração do capitalismo sobre o trabalho agudizam as expressões da Questão Social, apontadas através das demandas no cotidiano de trabalho do(a) assistente

social que as traduz enquanto objeto de intervenção. Nos espaços públicos municipais, tais demandas tornam decorrentes-se na vida dos servidores, impactando em sua saúde, ora ampliando o adoecimento, ora tomando novos contornos que os impelem de qualquer reação em sua condição, fato tal que exige a intervenção profissional, por se entender o Serviço Social como a profissão que realizará uma leitura ampla das condições que interferem nos processos de saúde e adoecimento.

As questões apresentadas como assédio moral, sexual, organização e más condições de trabalho, sobrecarga de trabalho, dentre outras aqui apresentadas, encontram no Serviço Social os apontamentos que demais profissões não contemplariam de forma suficiente, pelo fato de que, em seu cerne, não realizam a formulação de respostas das demandas, tal qual a profissão do(a) assistente social o faz. Ressalta-se que isso interfere nos processos de trabalho dos servidores públicos e do(a) assistente social, reafirmando-se a compreensão de que o trabalho necessita da atuação conjunta e concomitante de diferentes profissões que englobem os aspectos que contemplem as necessidades dos usuários.

Destaca-se que a leitura profissional do(a) assistente social levanta possibilidades de reflexão, demonstrada pela compreensão da vinculação do trabalho com os aspectos da profissão, ainda que a realidade aponte a tendência do atendimento dos carecimentos em um nível imediato. A apresentação desse contexto de trabalho sugere que os(as) assistentes sociais que compõem o espaço de atuação pesquisado não são apenas meros executores das políticas designadas, inclusive ressaltam a insuficiência e a ampliação destas. Assim, os profissionais demonstram o entendimento de que identificar as demandas e atendê-las apenas em um caráter urgente, expressadas na demanda inicial, não contempla as reais necessidades que as determinam, e elencam novos alicerces, para uma tendência político-ideológica decorrente das contradições que compõem as exigências dirigidas ao Serviço Social.

O Serviço Social torna possível em seu trabalho consequências reais nas condições de vida das pessoas, contribuindo para o acesso a direitos e políticas públicas. Para tanto, o(a) assistente social ter a compreensão do Projeto Ético-político profissional é um elemento indissociável no trabalho e na leitura das dimensões complexas que perpassam as diligências que se apresentam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca pelo conhecimento de como se dá o trabalho do(a) assistente social nos espaços vinculados à saúde dos servidores públicos municipais no estado do Rio Grande do Sul, foi possível compreender que as concepções, tais como o movimento da realidade, ainda estão em constante construção, necessitando de maior debate dentro da categoria profissional, considerando que a maioria dos regimes de contratação do(a) assistente social ainda se encontram dentro do serviço público, o que diz respeito ao profissional da assistência social enquanto trabalhador.

Os espaços que atendem as demandas dos servidores públicos, mesmo que versados legalmente, ainda estão aquém de atendê-los em sua integralidade, tais quais as premissas legais vistas nessa produção. Considera-se como um dos achados desse processo de investigação vivenciado no mestrado o mapeamento geográfico sobre os espaços vinculados à saúde dos servidores e a revelação sobre o retorno de 24 municípios em um universo de 497 no estado do Rio Grande do Sul, o que demonstra que os municípios ainda não constituem, nem determinam, em suas prioridades a dedicação ao atendimento das necessidades de saúde dos servidores públicos, tais quais já expressam as iniciativas de estabelecimento destes espaços no cerne do serviço público federal, conforme as prerrogativas dos SIASS, que são amparadas no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos.

Estima-se a relevância do trabalho do(a) assistente social neste local pela compreensão que desenvolve sobre a realidade dos servidores, e, ao fazer valer seus direitos, destacam-se os entraves institucionais que restringem os movimentos que amparam o trabalhador, haja vista a conjuntura que fomenta e ratifica o capitalismo enquanto sistema e projeta ao servidor, que está em processo de adoecimento, como único partícipe em sua condição laboral. Através das contrarreformas administrativas, paulatinamente expropria-se qualquer esboço legal que condicione a instituição pública à responsabilidade com os trabalhadores, tornando em um objeto deplorável, passível de exploração e conseqüente adoecimento. A condição do servidor público na contemporaneidade vem se aproximando, com grande similitude, aos trabalhadores em situação de desproteção, que vivenciam condições precarizadas de trabalho. Nesse sentido, o trabalho do(a) assistente social deve romper com as amarras do que é instituído em seu campo de trabalho e buscar, nas lutas históricas da profissão, a defesa do seu Projeto Ético-político profissional que, de acordo com

os(as) pesquisados(as), revela-se norteador das ações, tendo um lado evidente, o de seus usuários.

Uma das esferas que envolveram a análise dos objetivos dessa produção refere-se à concepção dos(as) assistentes sociais sobre o Projeto Ético-político profissional do Serviço Social, ao qual observou-se que os(as) pesquisados(as) demonstram, em sua maioria, compreendem, de forma clara e fortalecida, e essa clareza se reflete nos demais eixos pesquisados. Ao relatarem as dificuldades do cotidiano, a forma de atendimento das demandas que se apresentam inicialmente e que são traduzidas a partir de um nível de imediatismo expresso nos encaminhamentos institucionais, perpassando a desculpabilização dos usuários e na perspectiva de atendê-los enquanto sujeitos de direitos, reafirmam o comprometimento com o Projeto Ético-político profissional.

Os profissionais também declaram que esse espaço é legítimo e construído para pensar a saúde dos trabalhadores do serviço público, ainda que as instituições queiram dar um tom diferente, administrativo e de assujeitamento. Os(as) assistentes sociais pesquisados levam a esfera do atendimento de demandas iniciais para a discussão sobre os processos de precarização que se evidenciam no cotidiano de trabalho do servidor público, tendo a concepção de um projeto profissional tangível, que pode ser lido e traduzido no seu trabalho, realizando as associações às determinações da profissão, que se desenvolveram com as transformações da sociedade.

Segundo os(as) profissionais entrevistados(as), o desenvolvimento das diretrizes deveria ser protagonizado pelos servidores públicos, como sujeitos ativos, os quais têm condições de construir e orientar as ações necessárias nesse espaço de trabalho para o atendimento de suas demandas. Tal visão diz respeito a uma das premissas fundamentais do Projeto Ético-político profissional, que versa sobre o compromisso com a população usuária dos seus serviços com base na liberdade, democracia, cidadania e igualdade social. Nesse sentido, reafirma-se a direção social que a profissão adotou nas últimas décadas, que se compromete com os trabalhadores, tornando-os partícipes nas instâncias que definem as políticas sociais.

Ressalta-se que a Lei 8.662/93 versa sobre um dos princípios fundamentais do PEPP, a articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios do Código e com a luta geral dos(as) trabalhadores(as). Portanto, buscar alianças com as demais profissões que atuam nesse contexto faz-se

necessário e relevante, inclusive para que se percebam também enquanto classe trabalhadora, que vivencia os diferentes níveis dos rebatimentos da reestruturação produtiva, materializando-se em más condições de trabalho para os servidores públicos.

Evidencia-se, também, os desafios postos devido às adversidades que se põem no cotidiano de trabalho através de uma conjuntura de desmonte de direitos que os(as) assistentes sociais carecem para fortalecer seu trabalho, na perspectiva de ampliar as ações nesse espaço acerca da Saúde do Trabalhador. Conforme os relatos dos(as) pesquisados(as), ainda é um local subaproveitado em suas possibilidades, utilizado como um espaço que avalia a incapacidade e a capacidade residual laborativa e demais manifestações já instaladas na vida dos usuários, sem indicações de ser um trabalho preventivo.

As inquietações iniciais que compuseram o problema da pesquisa encontram-se com o relato dos(as) assistentes sociais, quando ainda se deparam com a identidade atribuída aos profissionais, que revelam, em seu cotidiano de trabalho, a falta de entendimento das equipes e de alguns usuários quanto àquilo que o Serviço Social desenvolve em seu cotidiano de trabalho. As requisições das instituições através das demandas preestabelecidas, ou “tudo o que não é de caráter médico”, ao Serviço Social ainda se estabelecem devido aos resquícios do conservadorismo que permeou por muito tempo o processo formativo e o trabalho do(a) assistente social. Percebeu-se, no decorrer desse estudo, que analisar a identidade profissional pós-processo de ruptura é um dos desafios cotidianos no trabalho.

Também é revelado o fato de as precarizações serem históricas, o que determina um caráter pejorativo ao servidor público municipal. O aparelhamento também se configura como dificuldade, tanto no trabalho do(a) assistente social quanto no dos servidores públicos, de modo geral. Os projetos e processos de trabalho nos quais os servidores se inserem, quando evoluem e se materializam enquanto operacionalização das políticas públicas, sofrem severos ataques e rupturas a cada troca de gestão. Os gestores possuem contratação com vínculos precários, havendo também grande rotatividade, e os trabalhos dos servidores reconfiguram-se ou mesmo partem do “zero”, de acordo com o interesse da gestão pública municipal vigente. Tais aspectos exigem do(a) assistente social reforçar o caráter de mediação dentro da instituição. O designado servidor que sofre com a alcunha pejorativa de “servidor problema” é apresentado como a motriz de uma inoperacionalidade das

políticas sociais reveladas no decorrer dessa pesquisa, o que é proveniente de um contexto de reestruturação, que implementa diretrizes maiores, de um contexto de manutenção e perpetuação do sistema capitalista vigente que precariza o serviço público em detrimento do mercado.

Delegar à iniciativa privada o serviço “bom” ao serviço público a não contemplação das necessidades sociais, a tudo o que é ineficiente, é proveniente de um processo que visa à desoneração do Estado, ao afastamento de um Estado Social e à aproximação cada vez maior do Estado enxuto para a população e dádioso ao empresariado, sob a égide neoliberal. O posicionamento ideológico do Estado revela-se no sucateamento das políticas públicas que, com o baixo, ou às vezes inexistente, investimento necessário, precariza o trabalho do servidor público, levando-o ao adoecimento e a sucessivos afastamentos. Encontra-se aí um círculo vicioso em que o sistema capitalista sai ganhando, quando a procura pelos serviços públicos é encontrada nos “braços” da iniciativa privada, a solução para os “problemas” que o serviço público, dito oneroso e ineficiente, provoca.

Assim, essa produção não se esgota em si, nem objetiva finalizar a discussão sobre a materialização do Projeto Ético-político profissional. Para tanto, acredita-se serem necessárias incessantes pesquisas, sistematizações e debates que revelem o quanto o trabalho do(a) assistente social é permeado por condicionantes que se desassociam do direcionamento ético e político da profissão. Todavia, a matriz ideológica do PEPP posiciona-se em favor do trabalhador, e seus profissionais seguem em um movimento incessante de torná-lo visível, relevante e necessário frente aos ataques de um sistema que está sempre um passo à frente no que diz respeito ao aniquilamento de tudo o que a sociedade conquistou quanto a direitos sociais.

Os direitos adquiridos historicamente, apesar de parecerem inatingíveis, são confrontados com o capitalismo, que a cada crise se reinventa e forja novos condicionantes de expropriação e remodelagens. Em grande parcela da sociedade naturaliza-se que a perda de direitos será benéfica, preconizando e proliferando a ideia do público ineficiente e esquecendo de que a falta de condições para a prestação do serviço público atinge diretamente todas as áreas. Portanto, a luta pela saúde do servidor público transcorre as condições de trabalho destes que se refletem diretamente nas políticas públicas que atendem a sociedade como um todo, na convicção de um serviço público de qualidade, que é dever do Estado.

Identifica-se, no cenário das privatizações, uma relação direta e perversa que produz a precarização, essencialmente após os processos de contrarreforma do Estado nos anos de 1990, elencados pelas mudanças do sistema capitalista mundialmente. Tais acirramentos continuam em uma sociedade brasileira em que as desigualdades sociais latentes e os impactos da precarização, a priori, evidenciam-se na prestação dos serviços escassos, impactando nos direitos fundamentais como a vida, a saúde e a dignidade do ser humano.

Pode-se afirmar que o Serviço Social brasileiro, após as profundas transformações societárias impostas pela lógica capitalista, reconfigura-se e cria espaços sócio-ocupacionais que investem em novas requisições de atendimento a demandas ao(a) assistente social, e, subsequentemente, exigem novas atribuições. O desafio reside em tornar esses elementos exequíveis sob a luz do Projeto Ético-político profissional, pois há forte movimento na sociedade que leva o(a) assistente social a se posicionar entre o conservadorismo e a resistência. Quando existe a associação do trabalho do(a) assistente social, por parte da instituição, à “ajuda ao servidor” e ao atendimento “psicossocial” em um âmbito individualizado, reafirma-se o compromisso do Serviço Social na perspectiva de um trabalho que vise à emancipação humana.

Com o avanço da ofensiva neoliberal, que expropria direitos sociais e trabalhistas, e precariza as condições e relações de trabalho, o Serviço Social assume seu compromisso com as lutas coletivas, ainda que estas também venha sofrendo os impactos de um projeto que visa ao seu aniquilamento. O próprio PEPP do Serviço Social, na conjuntura atual, vem sofrendo ataques severos de uma onda neoconservadora que assola o país, o que desafia as instâncias representativas da profissão em suas diversas esferas e a categoria em si a reafirmar a sua relevância.

Por fim, pretende-se expressar que o trabalho desenvolvido pelo(a) assistente social nos espaços vinculados à saúde dos servidores públicos municipais no estado do Rio Grande do Sul extrapola a esfera do que as instituições preconizam em suas diretrizes. Destaca-se que, alicerçados no Projeto Ético-político profissional, trazem possibilidades aos trabalhadores do serviço público municipal, socializando informações que visam à proteção social destes sujeitos, ainda que as políticas de saúde do trabalhador estejam aquém de contemplar as necessidades reais dessa população.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV/EBAPE, 2007. V 41.

ALVES, Giovanni. **A condição de proletariado**: a precariedade do trabalho no capitalismo global. Bauru: Canal 6, 2009.

ALVES, Giovanni. A nova precariedade salarial e o sociometabolismo do trabalho no século XXI. In: **Precarização do Trabalho e Saúde Mental: O Brasil da Era Neoliberal**. CASULO, A. C., Siveira, C., ALVES, G., VASQUEZ, P. (orgs.). Bauru: Canal 6, 2018.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho**: Ensaio de sociologia do trabalho. Bauru: Práxis, 2009.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.

ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves. O metodologismo e o desenvolvimento no Serviço Social brasileiro (1947 a 1961). **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, 2008. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/13>.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e Precarização Numa Ordem Neoliberal. In: **A Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho**. Pablo Gentili; Gaudêncio Frigotto (org.). São Paulo: Cortez, 2001.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edição Revista e Atualizada. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2009.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine R. **Política Social no Capitalismo Tardio**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOITO Jr., A. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora da Unicamp/São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.

BOURDIEU, PIERRE. **Contrafogos**: táticas para resistir à invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 133, de 2019 - PEC Paralela da previdência; reforma da Previdência**. Permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/138555>. Acesso em: 28/11/2019. Texto Original.

CASULO, A. C; SILVEIRA, C.; ALVES, Giovanni; VASQUEZ, Petilda. Reforma Trabalhista – A nova ofensiva neoliberal no Brasil. **Precarização do trabalho e saúde mental**: o Brasil da era neoliberal. Bauru: Canal 6, 2018.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A questão social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CHIAVENATO, Idalberto. **Princípios da Administração**: O Essencial em Teoria Geral da Administração. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL.(Org.). **Assistentes Sociais no Brasil. Elementos para estudo do perfil profissional**. Brasília /Maceió: UCFESS-UFALCRESS, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: CFESS, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. Brasília: CFESS, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 383/99, de 29 de março de 1999**. Caracteriza o Assistente Social como profissional da Saúde. Brasília: CFESS, 1999.

COSTA, Ana Maria *et al.* Intersectorialidade na produção e promoção da saúde. In: CASTRO, Adriana e MALO, Miguel (orgs.). **SUS**: ressignificando a promoção da saúde. São Paulo: HUCITEC/OPAS, 2006.

COSTA, Ruthe Corrêa. **A terceira idade hoje sob a ótica do Serviço Social**. Canoas: Editora Ulbra, 2007.

DEBUS, Ilvo; NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Lei Complementar Número 101/2000. **Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2001.

DELEUZE, Giles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ECONOMIA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **O Emprego no Setor de Telecomunicações 10 anos após a Privatização**. Brasil, 2008.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas**. São Paulo: Atlas, 1999.

DOXSEY J. R.; DE RIZ, J. **Metodologia da pesquisa científica**. ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2002-2003.

DRUCK, Graça. A Terceirização Na Saúde Pública: Formas Diversas De Precarização Do Trabalho. **Revista Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. 15-43, 2016.

FERREIRA, Norma de Sandra Almeida. As pesquisas denominadas “ESTADO DA ARTE”. **Revista Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, Campinas: Unicamp, Agosto/2002.

FISCHER, André Luiz. Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. In: **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2002.

FORTI, V; GUERRA, Y. (org.). **Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2014.

GUERRA, Yolanda. A “virada” do Serviço Social. **Revista Inscrita**, Brasília, ano 8, n. 12, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo, Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) Assistente Social na atualidade. In: CONSELHO Federal de Serviço Social. **Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão**. 2012. p.33-72.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1985.

KNAUTH, D. R., MEINERZ, N. E. Reflexões acerca da devolução dos dados na pesquisa antropológica sobre saúde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 20(9):2659-2666, 2015.

LAPIS, Naira Lima. MERLO, Álvaro Roberto Crespo. A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho. **Revista Psicol. Soc.** v.19, n.1, Porto Alegre, Jan./Apr. 2007.

LESPAUBIN, Ivo. **O desmonte da Nação em Dados**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Trad. de Florestan Fernandes. São Paulo: Mandacaru, 1989.

MARX, Karl. **O Capital**. 3 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988. V 3.

MARX, Karl. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. In: **O Capital**. Livro 4. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980. V 1.

MAFRA FILHO, Francisco de Salles Almeida. **O Servidor Público e a Reforma Administrativa**. São Paulo: Forense, 2008.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. Política e crise do capitalismo atual: aportes teóricos. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, n 1, 2018, p. 46-69. V 9.

MASCARO, Alysson Leandro. Políticas e geopolíticas do direito. **Revista Megafón**: La batalla de las idea do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. n 6/4, maio de 2016.

MATIAS-PEREIRA, José. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Européia. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, jan/fev 2008. p. 61-82. V 42.

MATOS, M. C. de. **Serviço Social, ética e saúde**: reflexões para o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2013.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WUNSCH, Dolores Sanches. Serviço Social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p.461-481, julho/setembro de 2011.

MENDES, Eugênio Vilaça. 25 anos do Sistema Único de Saúde: resultados e desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo, n 78, p. 27-34, 2013. V 27.

MÉSZAROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, M. C. de S. Amostragem e Saturação em Pesquisa Qualitativa: Consensos e Controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, n 7, p 01-12, abril de 2017. V 5.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO (MARE). **Questões Sobre a Reforma Administrativa**: respostas a questões formuladas pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, destinada a proferir parecer à PEC no. 173-A/95, em reunião realizada no dia 7 de dezembro de 1995. Brasília: MARE, 1997.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. O serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional. **Serviço Social e Sociedade**, n. 127. São Paulo, Cortez: 2016.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Editora SENAC, 2001.

MOTA, A. E.; AMARAL, Â. S. do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E.(Org.). **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea. In: **Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 01. Brasília. CFESS/ABEPSS/DSS e CEAD-UnB, 1999.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. 7 ed. São Paulo, Cortez, 2004.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura**. São Paulo: Cortez, 2014.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As Possibilidades da Política**: idéias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. **A “periferia” do capital: na cadeia produtiva de eletroeletrônicos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

PAIVA, Ricardo Silveira de; GROTT, João Manoel. **Legislação e política referentes à Segurança e Saúde no Trabalho (SST) para o servidor público estatutário federal**: o caso da Receita Federal do Brasil. Disponível em: <http://investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direito-trabalho/334515-legislacao-e-politica-referentes-a-seguranca-e-saude-no-trabalho-sst-para-o-servidor-publico-estatutario-federal-o-caso-da-receita-federal-do-brasil>. Acesso em: 28/11/2019.

PEC Paralela altera drasticamente Previdência de servidores estaduais e municipais. CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Rio Grande do Sul, 6 novembro, quarta-feira, 2019. Disponível em: <http://cutrs.org.br/pec-paralela-altera-dramaticamente-previdencia-de-servidores-estaduais-e-municipais/>. Acesso em: 29/11/2019.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Sheila da Silva. **O projeto ético-político do serviço social no debate profissional**: uma análise das produções apresentadas no XI CBAS sobre a particularidade da política de assistência social. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=89166. Acesso em: 18/11/2019.

PINTO, Geraldo. Uma introdução à indústria automotiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PIRES, José Calixto de Sousa & MACEDO, Kátia Barbosa (2006). Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, 1(40),81-105. Acesso em: 03/11/2019.

PONTES, Reinaldo Nobre. A Propósito da Categoria de Mediação. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1990. n. 31.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria necessária para a prática do assistente social. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; Conselho Federal de Serviço Social; Universidade de Brasília - CEAD. (Org.). **Capacitação Em Política social e Serviço Social**. 2000. V 3.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

PRATES, Jane Cruz, CLOSS, Thaisa Teixeira. Relações de trabalho e competências profissionais dos assistentes sociais na região metropolitana de Porto Alegre. **Temporalis**, Porto Alegre, n. 30, 2015. V 15.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, set. 2011.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

REIDEL, Tatiana. O projeto ético-político e a relação com as entidades representativas da categoria. **Cartilha Sobre o Conselho Regional de Serviço Social**. 10ª Região. CRESS 10ª Região: Porto Alegre, 2014.

RIBAS, Andreia; DURAN, Cristiana. **Gestão de Pessoas nas Organizações**. Disponível em: <http://www.impconcursos.com.br/pdf/pdf/APOSTILADEGESTaODEPESSOAS-TST.pdf>. 2012.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; MANCEBO, Deise. O servidor público no mundo do trabalho do século XXI. **Revista Psicol. cienc. prof.** n.1, Brasília, 2013. V 33.

RIOS, T. A. Ética, ciência e exclusão social. In: Carvalho, J. S. (Org.) **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 118-129.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SETÚBAL, A. A. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SCHUNKE, Lúcia Käfer; GIONGO, Carmem Regina. Atravessamentos políticos: a cultura organizacional e o sofrimento moral no serviço público. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília, n. 3, p. 449-456, jun. 2018. V 18. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572018000300007&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 14/11/2019.

SCHEFER, Graziela; CLOSS, Thaisa; ZACARIAS, Inez. Antecedentes da Reconceituação Latino-Americana na Escola de Porto Alegre-RS. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, n. 1, p. 67-80, jan./jul. 2018. V 17. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/30390/17153>.

SCHEFER, Graziela; CLOSS, Thaisa; ZACARIAS, Inez. Fundamentos e tendências da formação profissional na escola de serviço social de porto alegre (1945-1954). **Anais do 6º Encontro Internacional de Política Social e 13º Encontro Nacional de Política Social**. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/20193/13534>.

SCHEFER, Graziela; CLOSS, Thaisa; ZACARIAS, Inez. Reconceituação Latino-Americana e a Ditadura no Brasil: A Renovação do Serviço Social Gaúcho. **Anais do XXII Seminário Latinoamericano De Escuelas Trabajo Social**. Bogotá, 24 al 28 de septiembre de 2018.

SCHERER, Giovane. Transformações Societárias, Reestruturação Produtiva e a Exigência de Novas Competências, Espaços Ocupacionais e Relações de Trabalho. In: **Serviço Social Contemporâneo**. Canoas: Editora Ulbra, 2011.

SILVA, José Fernando Siqueira da; SILVA, Maria Izabel da. Pesquisa e Serviço Social: contribuições à crítica. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, n. 2, p. 238 - 252, ago./dez. 2015. p. 248. V 14.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira (org). **Serviço Social no Brasil - História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUTO, Marcos Juruena Villela. **Desestatização: Privatização, Concessões e Terceirizações**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 1997.

SOUZA, Lucas Massimo Tonial Antunes de. **A implantação das reformas neoliberais no Brasil na década de 1990: a produção das revistas "Economia e Sociedade" e "Dados" em debate**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, 2012.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, CEFESS/ABEPSS, 2009.

TONELLI, M. J.; LACOMBE, B. M. B.; CALDAS, M. P. Desenvolvimento Histórico do RH no Brasil e no Mundo. In: **Manual de Gestão de Pessoas e Equipes: Estratégias e Tendências**. Boog G.; Boog M. (coord.) São Paulo: Gente, 2002.

VALLE, Karla Fernda; LEITE, Janete Luzia. Contrarreforma do Estado e gerencialismo: novo fetiche, velha proposta. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 131, p. 109-129, jan./abr. 2018.

VÍCTORA, C. G.; KNAUTH, R. D.; HASSEN, M. de N. A. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WÜNSCH, Dolores Sanchez. **A construção da desproteção social no contexto histórico-contemporâneo do trabalhador exposto ao amianto**. Tese de doutorado. Serviço Social. Faculdade de Serviço Social. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

WÜNSCH, Dolores Sanchez. **As Determinações e Implicações do Afastamento do Trabalho**: o impacto social do adoecimento. Dissertação de Mestrado. Serviço Social. Faculdade de Serviço Social. Porto Alegre: PUCRS, 2001.

WÜNSCH, Dolores Sanchez. **Serviço Social e a saúde do trabalhador**: uma dispersa demanda. Serviço Social e Sociedade. n. 107. São Paulo: Cortez, jul/set de 2011. p. 461-481.

YASBEK, M; MARTINELLI, M; RAICHELIS, R. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 95. ano XXIX. São Paulo: Cortez, 2008.

APÊNDICE A - CARTA CONVITE

A/C Assistentes sociais

Boa tarde,

Ao saudá-los(as) cordialmente através deste contato, gostaríamos de convidá-los(as) a participar de uma pesquisa desenvolvida pelo Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social acerca do trabalho do(a) assistente social nos RHS nos municípios do RS, sob orientação da Prof. Dr. Tatiana Reidel.

Esta pesquisa visa a realizar uma produção acerca da constituição do trabalho do(a) assistente social nos espaços vinculados à saúde do servidor público municipal e qual a sua contribuição para a efetivação do projeto ético-político.

O convite é, portanto, para colaborar nesse projeto, participando da pesquisa através de entrevistas semiestruturadas elaboradas, com duração prevista de até 40min, que serão realizadas em local previamente combinado com o entrevistado. Não está previsto nenhum pagamento e nem acarretará gastos para o participante.

A participação no estudo contribuirá para o aumento do conhecimento sobre o assunto e os resultados poderão auxiliar a realização de estudos futuros. Destaca-se que a realização desse estudo traz à luz a discussão e dá visibilidade para o trabalho do(a) assistente social nas equipes multidisciplinares, e suas futuras publicações serão devolvidas para os(as) entrevistados(as), fornecendo subsídios para discussões vindouras acerca do cotidiano do trabalho, o projeto ético-político do Serviço Social e contribuindo para os locais de trabalho do(a) assistente social.

Em anexo os termos de aprovação e o roteiro estruturado.

Havendo o aceite, pedimos a gentileza de retorno no e-mail indicado ou contato telefônico.

Número de aprovação no CAAE: 12497119.5.0000.5334

Instituto de Psicologia UFRGS

Dra. Tatiana Reidel

Docente PPG Política Social e Serviço Social UFRGS

Rosália Vargas Campanha

Mestranda PPG Política Social e Serviço Social UFRGS

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado Sr(a). Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: **O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DO RS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL.**

Esta pesquisa visa a realizar uma produção acerca da constituição do trabalho do(a) assistente social nos espaços vinculados à saúde do servidor público municipal do estado do Rio Grande do Sul e qual a sua contribuição para a efetivação do projeto ético-político.

O convite é, portanto, para colaborar nesse projeto, participando da pesquisa através de entrevista semiestruturada, com duração prevista de aproximadamente 40 minutos, que será realizada em local apropriado e acordado entre você e a pesquisadora. Não está previsto nenhum pagamento e nem acarretará gastos para o participante.

Como benefícios da pesquisa, destaca-se que a sua participação no estudo contribuirá para o aumento do conhecimento sobre o assunto e os resultados poderão auxiliar a realização de estudos futuros. Destaca-se que a realização deste estudo traz à luz a discussão e dá visibilidade para o trabalho do(a) assistente social nas equipes multidisciplinares, e suas futuras publicações serão devolvidas para as entrevistadas, fornecendo subsídios para discussões vindouras acerca do cotidiano do trabalho, o projeto ético-político do Serviço Social e contribuindo para os locais de trabalho do(a) assistente social. Trata-se de uma pesquisa com risco mínimo, como possível desconforto em responder algumas das questões sobre seu trabalho, que caso ocorra, poderá ser interrompida a qualquer momento e, caso demande atendimento, a pesquisadora responsável acionará o serviço de saúde da rede pública de atendimento do município.

Serão observados todos os aspectos que garantam o anonimato e confidencialidade em todas as etapas da pesquisa. Sua participação é completamente voluntária e, caso decida não participar, não haverá prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. A qualquer momento poderá desistir e retirar seu consentimento, bem como retornar ao processo de pesquisa, desde que esta esteja ainda em vigência, sem penalização alguma.

Com a sua concordância, a entrevista será gravada pela entrevistadora, caso não queira, os dados serão transcritos no momento da pesquisa e posteriormente validados. Serão feitas as transcrições, análise dos dados e conclusão da pesquisa a qual você terá acesso aos resultados e posteriores publicações. As gravações e transcrições ficarão sob responsabilidade da pesquisadora Dra. Tatiana Reidel, na sala 308, do Anexo Saúde da UFRGS, Rua Ramiro Barcelos, 2777, Porto Alegre/RS, armazenadas pelo período de cinco anos e depois destruídas.

Para publicação dos resultados dessa pesquisa, sua identidade será mantida em sigilo, sendo omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a); suas informações serão analisadas exclusivamente para fins deste projeto.

Em qualquer etapa da pesquisa é possível solicitar informações à Assistente Social mestranda em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul **Rosália Vargas Campanha** através do e-mail rosaliavargas@gmail.com, bem como à orientadora e pesquisadora responsável Prof^a Dr^a **Tatiana Reidel**, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, pelo telefone (51)3308.5700. Para esclarecimentos adicionais, o(a) Sr. (a) também poderá entrar em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisado Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Porto Alegre/RS – Telefone: 3308 5698).**

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido tem duas vias de igual teor: uma fica com o entrevistador, para ser arquivada, e a outra via para o participante da pesquisa, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, assim como pelo pesquisador responsável ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinaturas estarem na mesma folha.

Nome	Assinatura do participante da pesquisa	Data
------	----------------------------------------	------

Nome	Assinatura da pesquisadora	Data
------	----------------------------	------

APÊNDICE C - TERMO DE CONCORDÂNCIA INSTITUCIONAL

Título da Pesquisa: **O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DO RS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL.**

O presente estudo visa a analisar a constituição do trabalho do(a) assistente social nos espaços vinculados à saúde do servidor público municipal no estado do Rio Grande do Sul, com vistas a apontar qual sua contribuição para a efetivação do projeto ético-político. Está sob coordenação da pesquisadora Prof^a Dr^aTatiana Reidel, do Depto. de Serviço Social da UFRGS, e de sua mestranda pesquisadora Rosália Vargas Campanha. Para tanto, solicitamos ao responsável pelo espaço vinculado ao atendimento dos servidores municipais autorização para que a profissional Assistente Social que trabalha neste local possa participar da pesquisa. Além do exposto, posteriormente destacamos que, em contato com a profissional, será apresentado também um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. A metodologia utilizada será inicialmente a apresentação dessa solicitação de autorização ao local de trabalho. Com o aceite, o(a) assistente social será contatado(a) através de contato telefônico e/ou e-mail, em que será explicado os objetivos do estudo e assim será agendada a coleta de dados conforme disponibilidade da profissional, e terá como instrumento uma entrevista semiestruturada, com duração aproximada de 40 minutos, sendo realizada pela pesquisadora e a mestranda Rosália Vargas Campanha

O(A) participante será informado(a) que sua participação é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer tempo, sem prejuízo próprio e com a preservação de sua identidade. Ainda, destaca-se que a qualquer momento os(as) participantes e/ou responsáveis pela entidade poderão solicitar informações sobre os procedimentos e o estudo. O presente projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que preconizou o resguardo do sigilo e confidencialidade das informações, preservando as identidades dos municípios e dos(as) participantes envolvidos(as). Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios de ética na pesquisa com seres humanos, conforme a Resolução 510/16, do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos realizados oferece riscos à dignidade dos participantes. No que tange aos benefícios, poderá contribuir com a categoria profissional dos assistentes sociais e seus locais de trabalho, visando à qualificação do atendimento aos servidores e à contribuição para a garantia de direitos. Compreende-se que os riscos com a participação da pesquisa são mínimos, podendo haver desconforto para o(a) entrevistado(a) em rememorar processos de trabalho. No entanto, o(a) entrevistado(a) estará atento(a) e optará pela suspensão da coleta e possível acompanhamento aos serviços da rede de saúde, caso necessário.

A realização da coleta de dados será indicada pelo(a) participant,e salvo garantia de sigilo para o(a) profissional, respeitando-se o ritmo do entrevistado. O material levantado desta pesquisa ficará sob responsabilidade da pesquisadora, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sala 318, Anexo da Saúde, Rua Ramiro Barcelos, 2777, e será destruído após cinco anos. Agradecemos a colaboração deste município para a realização da atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a Prof. Dr. Tatiana Reidel, do Departamento de Psicologia da Faculdade de Serviço Social da UFRGS, e como pesquisadora colaboradora a aluna de mestrado em Política Social e Serviço Social da UFRGS, Rosália Vargas Campanha. Em qualquer etapa da pesquisa é possível solicitar informações à Assistente Social mestranda em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul **Rosália Vargas Campanha** através do e-mail rosaliavargas@gmail.com, bem como à orientadora e pesquisadora responsável Prof. Dr. **Tatiana Reidel**, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, pelo telefone (51)3308.5700. Para esclarecimentos adicionais, o(a) Sr(a). também poderá entrar em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisado Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Porto Alegre/RS – Telefone: 3308 5698).**

Assinaturas:

Tatiana Reidel

Rosália Vargas Campanha

Informado(a) destas questões, eu _____,
responsável pelo órgão municipal _____,
autorizo a participação do(a) assistente social, vinculando-o(a) para realização de entrevista e coleta de dados.

Assinatura: _____ Data: _____

**APÊNDICE D - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA -
ASSISTENTES SOCIAIS**

- 1) Idade:
- 2) Sexo: M () F ()
- 3) Escolaridade/especialização:
- 4) UFA:
- 5) Ano de formação:
- 6) Data da última especialização:
- 7) Tempo de trabalho no espaço vinculado à saúde dos servidores:

Quais as principais demandas que aparecem no cotidiano de trabalho?

Qual o tipo de encaminhamento das principais demandas (busca espontânea/chefias/junta médica)?

Como são atendidas as demandas que se apresentam?

Existem fatores relacionados ao trabalho que influenciam na saúde (processos de adoecimento dos servidores)? Quais poderia destacar?

Como percebe/define o seu trabalho?

Como se dão os processos de trabalho em que se inserem o(a) assistente social nos espaços vinculados à saúde do servidor municipal?

Qual a sua concepção sobre o Projeto Ético-político?

Quais as principais dificuldades no cotidiano de trabalho?